

Ministério da Integração Nacional  
Política Nacional de Desenvolvimento Regional



**Plano Estratégico  
de Desenvolvimento  
Sustentável do Nordeste:**  
Desafios e Possibilidades para o  
Nordeste do Século XXI

Versão para Discussão

Documento de Base

4



Ministério da  
Integração Nacional

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
IICA – INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A  
AGRICULTURA**

**PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**

*Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI*

**VERSÃO PARA DISCUSSÃO**

**RECIFE, ABRIL DE 2006**



**Elaboração:****Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene**

Diretor Geral  
José Zenóbio Vasconcelos

Diretores  
Manoel Brandão Farias  
Enildo Meira de O. Junior (interino)  
Francisco José Rabelo Amaral (interino)

**Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR**

Secretário  
Maurício Teixeira Rodrigues

**Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional – DPR/SDR**

**Diretor**  
Henrique Villa da Costa Ferreira

**Coordenação Técnica Adene****Equipe Técnica da Adene**

Enildo Meira de O. Junior (coordenador)  
Vernon George Wamsley  
Frederico Augusto de A. Cavalcanti  
Fernanda Ferrário de Carvalho  
Antonio de Pádua Gelenske  
Lautermyr Xavier C. Canel  
Eliane Maria B. Acioly  
Janete Correia Leitão  
Maria do Carmo Pedrosa  
Maria José A. Lins

**Equipe de Consultores**

Carlos José Caldas Lins  
Leonardo Guimarães Neto  
Sérgio C. Buarque  
Otamar de Carvalho

**Equipe Técnica do Ministério da Integração**

Henrique Villa da Costa Ferreira  
Paulo Pitanga do Amparo  
João Mendes da Rocha Neto  
Ronaldo Vasconcelos  
Marcos Paixão

**Colaboradores**

Antonio Carlos F. Galvão – CGEE  
Clélio Campolina – CEDEPLAR  
Rodrigo Simões – CEDEPLAR  
Ricardo Suassuna – CHESF  
Claudio Ferreira Lima – DNOCS  
Claudio A. G. Egler – Consultor

**Apoio:**

Silvana Costa Cavalcanti  
Juçara Maria Melo da Fonseca

## PREFÁCIO

### Um pacto pelo Nordeste

A superação das desigualdades regionais é considerada no atual governo uma questão central dentre os problemas que o Brasil enfrenta. Por esta razão, uma de suas prioridades é a remontagem da estrutura de planejamento do Estado e dos instrumentos de intervenção capazes de dar resposta rápida e eficiente aos desafios que se apresentam para a construção de uma nação solidária e coesa.

Durante muitos anos, a questão das desigualdades regionais ficou ausente da agenda do governo federal, fato que resultou no aprofundamento do hiato que separa as diferentes regiões brasileiras. Mesmo durante o período de existência da Sudene e da Sudam, a ausência de uma estratégia de desenvolvimento regional, de integração nacional e de redução das desigualdades socioeconômicas no território resultou no agravamento desse hiato.

Diante disso, tornou-se necessário retomar a estratégia de examinar o território brasileiro em sua totalidade, observando as dinâmicas recentes e os fatores históricos que levaram à atual configuração, marcada por profundas desigualdades entre as macrorregiões do País. O primeiro passo nesse sentido foi a elaboração, em 2003, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tornou possível 1) a observação do território brasileiros em seus diferentes aspectos econômicos e sociais, 2) a convicção de que o desafio das desigualdades abrange todas as regiões brasileiras e 3) a confirmação de que os maiores desafios regionais se localizam no Norte e no Nordeste.

A versão para discussão do *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PNDE)*, que o Ministério da Integração Nacional torna pública, é resultado de um esforço conjunto de sua Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) e da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), sendo ainda mais um dos compromissos cumpridos pelo atual governo no sentido de dar corpo à PNDR. Pretende-se, com a ampla divulgação da proposta do PDNE, levar à sociedade o debate relativo à superação dos problemas e desafios que se apresentam para o desenvolvimento da Região Nordeste. É neste sentido que se inserem algumas das principais propostas incluídas na agenda de prioridades de governo, como, por exemplo, a criação da nova Superintendência de

Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a implementação do Projeto São Francisco e da Ferrovia Transnordestina.

Esta versão do documento oferece um diagnóstico dos principais problemas que afligem o Nordeste e procura entender as tendências econômicas, sociais, demográficas e espaciais em curso. Além disso, apresenta uma proposta de estratégia de atuação dividindo a região em oito sub-regiões, aproximando o planejamento e a ação no território. Em seguida, define alguns elementos, também estratégicos, aliados a um conjunto de ações e de investimentos previstos para os próximos anos.

A versão preliminar do PDNE estará, a partir de agora, submetida à crítica da sociedade nordestina. Esperamos que, ao final desse amplo e transparente processo de discussão, de mobilização e de envolvimento dos atores sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais da região, celebremos um pacto de compromisso por um Nordeste mais equânime, mais juntos e mais produtivamente integrado à dinâmica da economia do País.

## APRESENTAÇÃO

A despeito de significativos avanços obtidos nos aspectos econômicos e sociais, as disparidades do nível de condições de vida entre o Nordeste e as regiões mais evoluídas do país, continua a ser um tema recorrente na agenda de desenvolvimento sustentável do Brasil. Vale salientar que tais disparidades permanecem após quase cinquenta anos de intervenção – ainda que às vezes descontinuada – do Estado brasileiro na Região. A permanência de tal problema compromete a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro e afeta e, de certa forma até ameaça, os princípios federativos nos quais se apóia a organização social e política da Nação.

A elaboração, pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, junto com o Ministério da Integração Nacional, de uma proposta para discussão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – PDNE, dá prosseguimento ao esforço de retomada do processo de planejamento do desenvolvimento regional, iniciado em 2003 com a formulação, por este Ministério, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a qual significava uma decisão política de conferir a adequada importância às diversas realidades vigentes num País de dimensões continentais como o Brasil. Fruto dessa decisão, foram elaborados o Plano Amazônia sustentável – PAS, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – PDNE e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido – PDSA.

A retomada, a partir de 2003, de um esforço de desenvolvimento regional e ordenamento do território nacional, levou o Governo à busca de uma nova concepção de estratégia de desenvolvimento regional centrado em três vertentes fundamentais:

- a funcionalidade e aderência da política de desenvolvimento regional ao projeto de país que se pretende para o Brasil, percebendo que os problemas regionais estão presentes em todas as macrorregiões, apesar da gravidade no Norte e no Nordeste;
- o entendimento de que a política de desenvolvimento regional deve ter um escopo seletivo, ocupando-se tão somente de elementos estratégicos, capazes de alavancar transformações sustentáveis para a população regional; e

- a consideração do território enquanto *locus* da atuação e sobrevivência dos atores sociais, implicando na necessidade de articulação de múltiplas escalas espaciais e retirando a atenção exclusiva à escala macrorregional até então adotada.

No caso específico do Nordeste, a diversidade das realidades sociais encontradas tornou complexa a tarefa de articular as diversas escalas de planejamento, entretanto colocou em relevo o potencial representado por essa diversidade e indicou claramente a necessidade de tratar diferenciadamente o espaço semi-árido.

Outro elemento que se impôs à formulação da presente proposta foi a agudeza e disseminação das carências sociais da Região, que levou à necessidade de ampliar o escopo do PDNE, diante da irrecusável urgência de focar adequadamente tais carências, ainda que muitas vezes remetendo sua solução ao campo das políticas de inclusão social, no qual encontravam melhor enquadramento e maior disponibilidade de instrumentos para o seu encaminhamento.



## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>4</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO NORDESTE.....</b>	<b>16</b>
<b>2. EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS REGIONAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 TENDÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DO NORDESTE.....</b>	<b>23</b>
2.1.1 <i>Tendências Demográficas .....</i>	23
2.1.2 <i>Tendências sociais.....</i>	30
2.1.3 <i>Tendências econômicas.....</i>	33
<b>2.2 PROBLEMAS E ESTRANGULAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....</b>	<b>41</b>
2.2.1 <i>Estrangulamentos econômicos .....</i>	41
2.2.2 <i>Estrangulamentos científicos e tecnológicos.....</i>	44
2.2.3 <i>Problemas sociais.....</i>	45
2.2.4 <i>Problemas Sub-regionais .....</i>	47
2.2.5 <i>Problemas Ambientais.....</i>	49
<b>3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES .....</b>	<b>50</b>
<b>3.1 CENÁRIO TENDENCIAL DO NORDESTE .....</b>	<b>50</b>
<b>3.2 DESAFIOS DO NORDESTE .....</b>	<b>55</b>
3.2.1 <i>Desafios econômicos .....</i>	56
3.2.2 <i>Desafios científicos e tecnológicos.....</i>	58
3.2.3 <i>Desafios sociais.....</i>	58
3.2.4 <i>Desafios Sub-regionais.....</i>	60
3.2.5 <i>Desafios ambientais.....</i>	61
3.2.6 <i>Considerações adicionais.....</i>	62
<b>3.3 OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>63</b>
3.3.1 <i>Oportunidades econômicas .....</i>	63
3.3.2 <i>Oportunidades tecnológicas.....</i>	66
3.3.3 <i>Oportunidades sociais.....</i>	68
3.3.4 <i>Oportunidades das sub-regiões .....</i>	69
3.3.5 <i>Oportunidades ambientais.....</i>	71
<b>4. ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO PLANO .....</b>	<b>73</b>
<b>4.1. A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PNDR.....</b>	<b>73</b>
<b>4.2 O CONHECIMENTO DE REALIDADE REGIONAL .....</b>	<b>74</b>
<b>4.3 A DIVERSIDADE TERRITORIAL .....</b>	<b>75</b>
4.3.1 <i>Regionalização .....</i>	77
4.3.1.1 <i>O Meio Norte.....</i>	79
4.3.1.2 <i>A Região Litorânea Norte.....</i>	81
4.3.1.3 <i>O Sertão Norte.....</i>	82
4.3.1.4 <i>A Ribeira do São Francisco .....</i>	84
4.3.1.5 <i>O Sertão Sul.....</i>	85
4.3.1.6 <i>A Região Litorânea Leste .....</i>	86
4.3.1.7 <i>A Região Litorânea Sul .....</i>	88
4.3.1.8 <i>Os Cerrados .....</i>	89
4.3.1.9 <i>O Sistema Urbano e os Centros Articuladores.....</i>	90
<b>4.3.1.9.1 Classificação dos Centros Urbanos Segundo a População.....</b>	<b>92</b>
4.3.2 <i>Níveis de Centralidade das Cidades do Nordeste.....</i>	93
4.3.2.1 <i>Caracterização dos Níveis Hierárquicos das Cidades .....</i>	96
<b>5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE .....</b>	<b>97</b>
<b>5.1 CENÁRIO DESEJADO .....</b>	<b>97</b>

<b>5.2 MACRO-OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....</b>	<b>103</b>
<b>5.3 METAS 104</b>	
<b>5.4 EIXOS ESTRATÉGICOS .....</b>	<b>106</b>
<b>5.5 PROJETOS ESTRATÉGICOS .....</b>	<b>110</b>
5.5.1. <i>Distribuição de Ativos Sociais</i> .....	110
5.5.2. <i>Construção da competitividade sistêmica</i> .....	111
5.5.3. <i>Gestão ambiental</i> .....	126
<b>5.6 ESTRATÉGIA ESPACIAL.....</b>	<b>127</b>
5.6.1 <i>Análise por Sub-Região</i> .....	130
5.6.2 <i>Tendências espaciais dos investimentos no Nordeste</i> .....	141
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXO 1 – QUADRO 1 – PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA NO NORDESTE</b>	<b>151</b>
<b>ANEXO 2 – QUADRO 2 – INVESTIMENTOS PRIVADOS PREVISTOS NO NORDESTE E ESPÍRITO SANTO (2004-2007)</b> .....	<b>153</b>
<b>ANEXO 3 – QUADRO 3 – ÁREA DE ATUAÇÃO DA ADENE – FUNÇÕES URBANAS DEFINIDORAS DOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS DE CIDADES</b> .....	<b>158</b>

## RELAÇÃO DE GRÁFICOS, TABELAS E CARTOGRAMAS

Gráfico 1 – Evolução do PIB, por grandes regiões e Brasil (1985-2002) .....	17
Gráfico 2 – Nordeste: Trajetória dos Grandes Setores da Economia (1985 – 2002).....	19
Gráfico 3 – Taxa Anual de Crescimento do Produto, por Estados (1985-2002) .....	21
Gráfico 4 – Brasil e Nordeste - Evolução da População (1960-2005).....	24
Gráfico 5 – Brasil e Nordeste - Evolução da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População (1960-70 a 1991-2000).....	24
Gráfico 6 – Brasil e Nordeste - Evolução do Saldo Migratório Líquido Inter-regional do Nordeste (1960 –2000).....	25
Gráfico 7 – Brasil e Nordeste - Evolução da Densidade Demográfica (1960-2000).....	26
Gráfico 8 – Estrutura Etária do Nordeste em 2000.....	27
Gráfico 9 – Evolução da Repartição Setorial da População do Nordeste (1960-2000).....	28
Gráfico 10 – Evolução da Repartição Setorial da População do Brasil (1960-2000) .....	28
Gráfico 11 – Nordeste do Brasil - Taxas Médias Geométricas de Crescimento Anual da População (1960-70 a 1991-2000).....	29
Gráfico 12 – Brasil e Nordeste - Taxas de Mortalidade Infantil e Analfabetismo e Esperança de Vida ao Nascer (1960 e 2003).....	31
Gráfico 13 – Rol Decrescente dos Dez Menores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil em 2000.....	31
Gráfico 15 – Brasil e Nordeste - Domicílios com Canalização Interna de Água, Esgotamento Sanitário e Lixo Coletado Diretamente (1970 e 2003) .....	33
Gráfico 16 – Nordeste – Participação nas exportações brasileiras (1964-2004).....	36
Tabela 1 – Nordeste: Indicadores do Mercado de Trabalho – 1992-2003 .....	38
Gráfico 17 – Nordeste – Grau de informalidade da ocupação nos setores predominantemente urbanos (1992 e 2003).....	40
Tabela 2 – Indicadores do Cenário Tendencial.....	54
Cartograma 1 – Área de Atuação da ADENE – Regiões de Planejamento.....	78
Tabela 3 – Área de Atuação da Adene - Número de Municípios, Área, População, Densidade Demográfica e Taxa de Urbanização das Regiões de Planejamento em 2000.....	79
Gráfico 18 – Evolução da Participação do PIB das regiões de Pla .....	80
Gráfico 19 – PIB per capita, por regiões de planejamento da área da ADENE.....	80
Cartograma 2 – Níveis de centralidade das cidades da área de atuação da ADENE .....	94
Tabela 4 – Indicadores do Cenário Desejado .....	100
Tabela 5 – Comparação do Cenário Tendencial com o Cenário Desejado .....	103
Cartograma 3 – Principais Projetos de Infra-Estrutura .....	114
Cartograma 4 – Transnordestina .....	115
Cartograma 5 – Interação de Bacias do Rio São Francisco .....	118
Cartograma 6 – Intenções de Investimentos Privados RENAI-MDIC.....	128
Cartograma 7 – Intenções em Infra-estrutura.....	128
Cartograma 8 – Intenções de Investimentos Privados RENAI-MDIC.....	130
Tabela 6 – Sub-região Litorânea Sul - Previsão de Investimentos.....	131
Tabela 7 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Litorânea Leste .....	134
Tabela 8 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Litorânea Norte .....	135
Tabela 9 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Cerrados .....	136
Tabela 10 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Meio-Norte.....	137
Tabela 11 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Ribeira do São Francisco .....	138
Tabela 12 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Sertão Norte .....	139
Tabela 13 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Sertão Sul.....	140
Cartograma 9 – Total de Investimentos (FNE, Infra-Estutura, Privados).....	143
Cartograma 10 – Benefício Sociais per capita .....	144



*O problema central dos países subdesenvolvidos é a escolha de uma estratégia de modificações das estruturas, e não a formulação de planos convencionais de desenvolvimento.*

(Celso Furtado)

## INTRODUÇÃO

Esta Versão para Discussão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – PDNE, elaborada pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE em parceria com o Ministério da Integração Nacional, tem como objetivo apresentar à sociedade brasileira, e particularmente à nordestina, uma proposta de estratégia para discussão e formação de um projeto nacionalmente articulado de desenvolvimento da Região Nordeste.

Embora seja resultado de um trabalho estritamente técnico, o documento incorpora análises e propostas que vêm sendo formuladas e discutidas pela sociedade, com destaque para o documento formulado em 2003 pelo GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para Recriação da SUDENE (Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2003), que organizou várias reuniões de trabalho e discussão com grupos sociais e atores relevantes do Nordeste. O PDNE foi produzido com o propósito de organizar o processo de consulta e de envolvimento da sociedade na formulação de uma estratégia de desenvolvimento regional que expresse a vontade e os anseios da Região. Parte-se da concepção de planejamento como um processo de construção participativo, pretendendo buscar alianças na sociedade, culminando na definição de estratégias que reflitam as aspirações dos diversos segmentos sociais.

No contexto atual da retomada do planejamento no país, com diversas iniciativas em curso, abre-se uma nova possibilidade para o exercício do planejamento regional, buscando diminuir as históricas desigualdades existentes entre as diversas regiões do Brasil.

Tendo presente essa questão, percebe-se a necessidade de que uma proposta de mudança estratégica para o Nordeste apresente uma estreita vinculação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, formulada pelo Ministério da Integração Nacional, de forma a garantir a funcionalidade da proposta regional, no âmbito das opções estratégicas adotadas para o conjunto do País. Por outro lado, para assegurar consistência às estratégias e ações sugeridas para o desenvolvimento do Nordeste, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido – PDSA assume e aplica na sub-região os fundamentos e diretrizes centrais de desenvolvimento da estratégia regional.

Seguindo a concepção de Celso Furtado, enunciada no início desse documento, o que se pretende com o processo de elaboração do PDNE é a obtenção de uma proposta focada nos

elementos *estratégicos*, ou seja, naqueles capazes de, no mais breve espaço possível de tempo, promover mudanças estruturais nos processos sociais e econômicos vigentes na região.

O principal desafio da sustentabilidade do desenvolvimento do Nordeste reside nos elevados índices de pobreza e conseqüente necessidade de incorporar parcela significativa da população na economia e na oferta de serviços sociais básicos. A escala de pobreza e das carências tende a estimular a busca de soluções imediatistas e de curto prazo que, normalmente, atrasam as iniciativas estruturais capazes de reorganizar o estilo de desenvolvimento regional. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste deve orientar-se para a redução da pobreza, mas não pode se deixar contaminar por visões de caráter imediatas e compensatórias, na medida em que a pobreza só será enfrentada com ações estruturadoras que reorientam o processo econômico e social da região. Neste sentido, deve-se definir uma “Agenda Mínima” (seletiva) de temas estratégicos, em torno da qual se possa realizar um amplo processo de mobilização, envolvimento e compromisso da sociedade regional e nacional com as opções adotadas.

A estratégia de desenvolvimento sustentável do Nordeste deve perseguir três objetivos gerais, estreitamente articulados e interdependentes: a *competitividade* da economia regional, que permita a inserção adequada da região na economia nacional e mundial; a *inclusão social*, pela redução das desigualdades e da pobreza; e *sustentabilidade do meio ambiente*, que assegura a continuidade do processo econômico e a qualidade de vida da população.

Para que se possa atender ao objetivo da *seletividade* é indispensável deter o *conhecimento da realidade regional*, de forma a identificar com maior precisão os elementos estratégicos. Isso, contudo, só pode ser obtido quando se reduz a abrangência dos espaços a serem estudados, ou seja, a área de atuação deve ser objeto de um esforço de *regionalização*, que permita apreender a diversidade do território acompanhado de um processo de articulação de múltiplas escalas espaciais, de maneira a não perder a compreensão e a capacidade de intervir na escala macrorregional. Por fim, é essencial ter em perspectiva o acelerado processo de urbanização experimentado pelo Nordeste, incluída aí a sua porção semi-árida, o que tornou fundamental o papel das *redes de cidades* na promoção do desenvolvimento regional. Portanto, o *conhecimento da realidade regional*, a *seletividade*, a *regionalização e as redes de cidades* são os elementos em torno dos quais se estrutura a proposta estratégica ora esboçada.

Reafirme-se, por oportuno, que o elemento fundamental a ser buscado ao longo do processo de formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste é

o de obter a contratação de um pacto entre os atores sociais envolvidos com a viabilização e implementação da agenda estratégica. O Plano (agenda) é apenas o instrumento que organiza e expressa o pacto em prol do Nordeste, refletindo o compromisso da sociedade com o desenvolvimento sustentável da região.

Esta Versão para Discussão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – PDNE está organizada em cinco capítulos. Os três primeiros capítulos procuram compreender a realidade regional e as condições do contexto externo em que se insere, destacando as tendências da Região, incluindo um cenário tendencial, bem como os grandes desafios e oportunidades de desenvolvimento do Nordeste. O capítulo 4 focaliza os elementos que estruturaram o Plano; nele, elaborou-se uma proposta de regionalização, destacando-se as particularidades de cada uma. O quinto capítulo é a parte central do documento, apresentando a estratégia de desenvolvimento, como a resposta da região aos desafios e oportunidades para viabilizar a construção do cenário normativo, que expressa o futuro que se pretende construir procurando representar o que a sociedade nordestina gostaria de alcançar no futuro.



## 1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO NORDESTE<sup>1</sup>

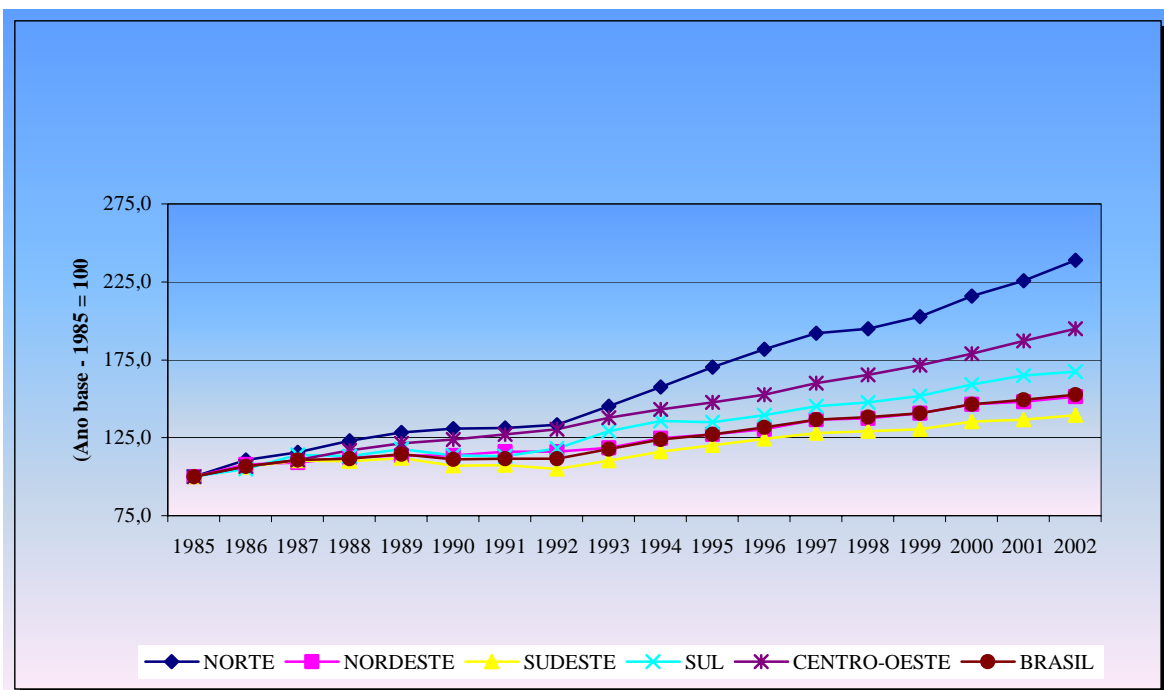
A população estimada do Nordeste para 2005 era de 51,0 milhões de pessoas, de acordo com a estimativa do IBGE - PNAD, representando em torno de 28% da população nacional. Seu produto *per capita* alcançava, no início da presente década (2002), menos da metade do produto por habitante do Brasil (48,4%). Associado a este último indicador econômico e à desigual distribuição de renda prevalente na região, existe todo um conjunto de índices das condições de vida que ressaltam as diferenças marcantes entre o Nordeste e o País, em seu conjunto.

Da perspectiva econômica, de acordo com a estimativa mais recente (2002) do produto interno bruto a preços de mercado corrente, o Nordeste registrava um valor equivalente a R\$ 181,9 bilhões, o correspondente, segundo o IBGE, a 13,5% do total do País (R\$ 1.346,0 bilhões). No período de 1985-2002 – caracterizado por grandes dificuldades econômicas associadas à crise fiscal e financeira, à vulnerabilidade da economia nacional aos movimentos da economia mundial e às suas crises, à adoção de políticas restritivas –, para o qual estão disponíveis as informações oficiais sobre o produto, estimadas pelo IBGE, a economia regional acompanhou de perto o reduzido crescimento brasileiro. De fato, neste período as duas economias apresentaram uma expansão de apenas 2,5% ao ano. Vale registrar que, à época, a população nordestina expandiu-se a uma taxa anual próxima de 1,3% e a brasileira a 1,6%, do que decorre uma expansão do produto *per capita* nordestino maior que o nacional.

Enquanto o Nordeste apenas acompanhava o ritmo, modesto, de crescimento da economia brasileira, algumas outras regiões brasileiras conseguiram, nesta fase de expansão econômica muito reduzida, registrar crescimento maior que o País e que o Nordeste. O Gráfico 1 mostra, para as grandes regiões brasileiras e para o Brasil, em seu conjunto, a trajetória do produto interno entre 1985 e 2002.

---

<sup>1</sup> A área de atuação da Adene engloba, além dos Estados nordestinos (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), parte do Estado de Minas Gerais e parte do Estado do Espírito Santo, entretanto os dados utilizados na presente análise referem-se à área delimitada pelo IBGE.



**Gráfico 1 – Evolução do PIB, por grandes regiões e Brasil (1985-2002)**

Fonte: IBGE – Departamento de Contas Regionais.  
Observação: 1985 = 100

Através da análise dos anos extremos da série, constata-se que, à expansão anual de 2,5% das economias nacional e nordestina (no Gráfico 1, as curvas representativas de suas trajetórias se confundem), corresponde um crescimento do produto de 5,2% para a região Norte e de 4% para o Centro-Oeste. De crescimento mais moderado, no entanto superior ao constatado para o País e para o Nordeste, o Sul apresenta uma expansão de 3,1%. De todas as grandes regiões, a única que registra crescimento inferior ao apresentado pela média do País é o Sudeste, com uma expansão de apenas 2%.

O Nordeste, que apresentava uma participação na economia nacional, nos meados dos anos 80, correspondente a 14%, registra, de 1988 a 1995, participação média de 12,9% para, no final dos anos 90 e início da década atual registrar valores um pouco maiores de 13%, como se assinalou anteriormente.

É importante considerar, conforme será ressaltado adiante, que o Nordeste, dependendo mais que as regiões com maior grau de industrialização dos investimentos públicos, diante da crise fiscal do setor público, a partir dos anos 80, reduz significativamente sua capacidade de investimento, traduzida pela relação entre o valor da sua formação bruta de capital e o produto interno (coeficiente de investimentos). Se na fase mais acelerada de crescimento da economia regional, esta relação alcançou cerca de 22% nos anos 70, chegando

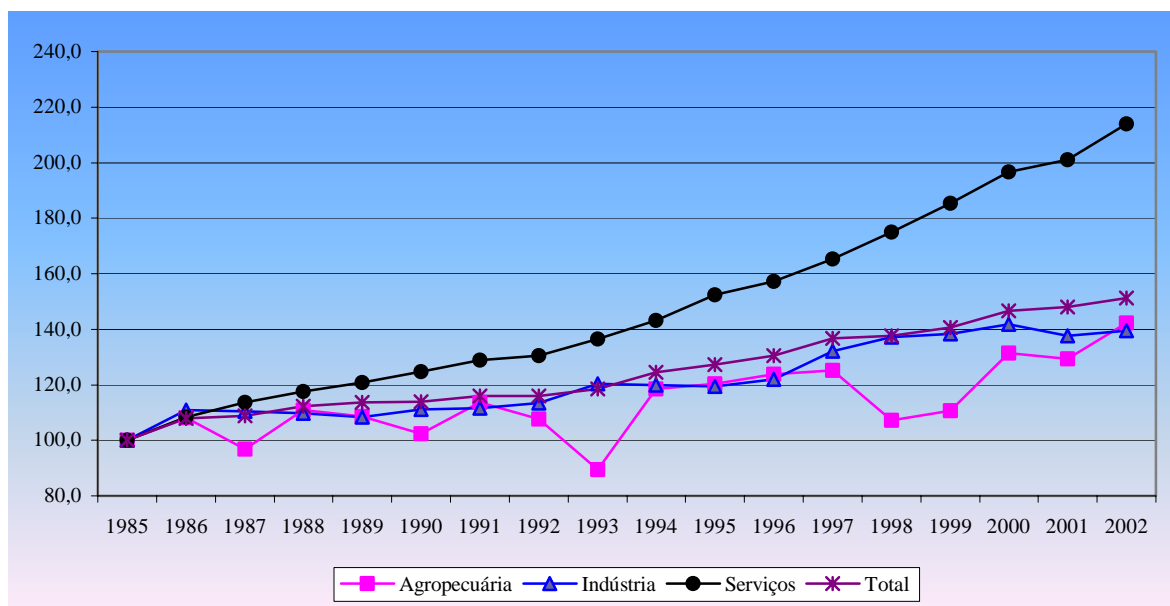
a 27,6% em 1976, nos anos 90 situou-se no nível de 15 a 17%. A crise fiscal, já referida, e o declínio da influência da política regional de desenvolvimento, explicam, em grande parte, este desempenho.

### *Evolução dos setores da economia regional*

No que se refere aos grandes setores produtivos nordestinos, seu dinamismo é muito diferenciado, com o setor terciário (comércio e serviços) registrando um crescimento bem maior que os demais. No período de 1985 a 2002, para o qual existem informações oficiais, elaboradas com a mesma metodologia, sobre o produto agropecuário da região, o Nordeste registrou um crescimento de apenas 2,1%, considerando-se os valores constantes dos anos extremos da série. A instabilidade desse setor, associado, em grande parte, à extrema vulnerabilidade da agricultura do semi-árido às condições de clima, explica esse seu medíocre desempenho. Para que se tenha uma idéia a respeito, registre-se que a economia agrícola brasileira expandiu-se, neste mesmo período, a uma taxa de 3,4% ao ano e que as demais regiões registraram expansão maior que o Nordeste: o Sudeste (2,6%), o Sul (3,9%), o Centro-Oeste (7,3%) e o Norte (3,4%).

No Gráfico 2, são apresentadas as trajetórias dos grandes setores da economia nordestina, no período referido. Chama, de imediato, atenção a trajetória da agropecuária nordestina em comparação com os demais setores econômicos regionais. Sua instabilidade é marcante e no intervalo de 18 anos (de 1985 a 2002) o setor registra, em seis anos, taxas negativas anuais, o que explica o desempenho anteriormente comentado.

O setor industrial – constituído pela indústria extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil e pelos serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás e abastecimento de água) – apresenta um crescimento de 2% ao ano, menor que o registrado pelos serviços e pelo conjunto da economia regional. Parte importante desse desempenho é explicada pela reduzida expansão do subsetor da indústria de transformação que, na fase de intensa abertura da economia brasileira, sofreu acirrada concorrência da produção internacional: sua expansão no período foi de 1,9%. Um pouco mais dinâmicos foram os subsetores da construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública que registraram, respectivamente, crescimento de 3% e 2,4% ao ano, entre 1985 e 2002.



**Gráfico 2 – Nordeste: Trajetória dos Grandes Setores da Economia (1985 – 2002)**

Fonte: IBGE – Departamento de Contas Regionais.

Relativamente aos segmentos da indústria de transformação, enquanto o Nordeste acompanha, no período de 1985 a 2002, o crescimento da economia nacional (crescimento de 1,9% ao ano, como se fez referência anteriormente, contra 1,7% para o Brasil), o Sudeste registra uma expansão bem menor (0,8%). O Sul apresenta uma expansão maior, de 2,9%, bem menor que a do Centro-Oeste (5,4%) que parte de uma base pequena, e que a da região Norte (8,7%). Nesta última região, tal crescimento está, sem dúvida, muito influenciado pela expansão industrial do Estado do Amazonas (11,1%), sobretudo pelo pólo da Zona Franca de Manaus.

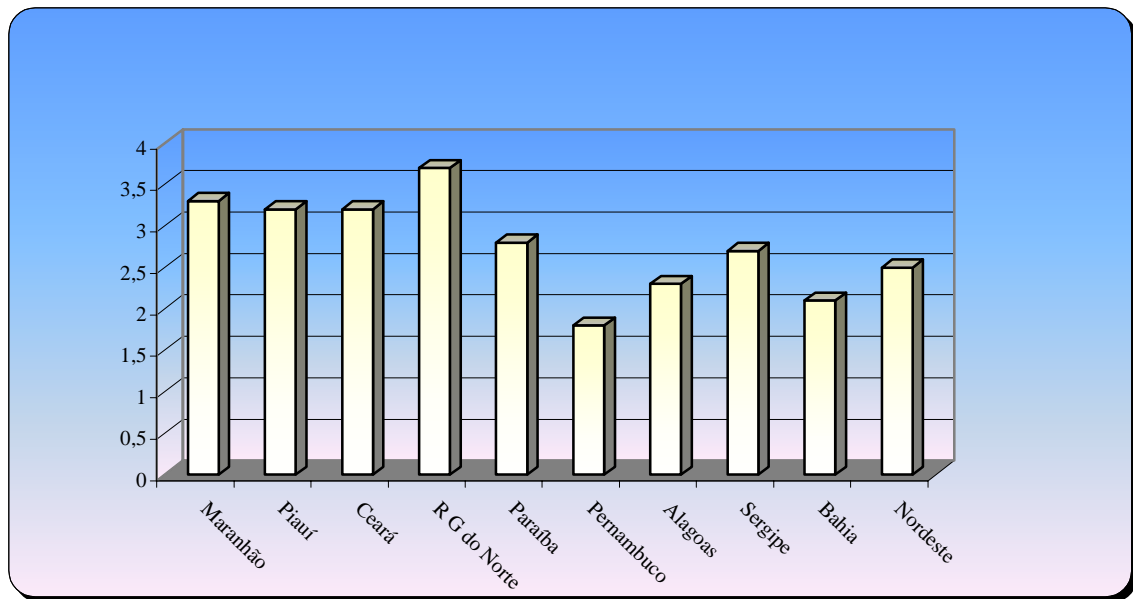
Quanto aos serviços – que compreendem os segmentos do comércio, dos serviços de reparos, de alojamento e alimentação, de transporte e armazenagem, de comunicação, de intermediação financeira, de atividades imobiliárias, de serviços às empresas, de administração pública e seguridade social, de saúde e educação mercantis e de serviços domésticos e outros serviços –, seu crescimento no período 1985-2002 ocorreu com taxa maior que a registrada para o total da região: uma expansão de 4,6%, que permitiu que a economia nordestina, em seu conjunto, registrasse crescimento maior que o apresentado pelo setor industrial e pelo setor agropecuário. Vale destacar que o peso do setor terciário no produto do Nordeste é maior (55% em 2002) que o do mesmo setor na economia nacional (50%).

Nesta heterogênea gama de atividades no interior dos serviços, cabe registrar, não obstante o reduzido crescimento da economia regional, a presença de segmentos muito dinâmicos, como o de comunicações, que registrou uma expansão anual de 11,2% no período, e o de transporte e armazenagem, que cresceram a uma taxa anual de 5%. Com estreita vinculação com o turismo, os serviços de alojamento e alimentação apresentaram uma expansão maior que a economia regional, registrando uma taxa de 4,1% ao ano. Essa intensidade de crescimento não se repete para segmentos como a administração pública (1,3%), saúde e educação mercantis (1,4%) e outros serviços sociais e pessoais (1,8%).

Fica evidente, portanto, o papel dos serviços para o crescimento da economia, superando o registrado pelos demais setores. No que se refere à agropecuária, o que se constatou é que, não obstante as grandes transformações ocorridas, sobretudo com o desenvolvimento da agricultura irrigada e da produção de grãos, a atividade agrícola da região continua muito vulnerável e instável, do que decorre reduzida expansão, no longo prazo. Relativamente ao setor industrial, o período que vai de 1985 a 2002 corresponde a uma fase crítica da economia industrial regional e nacional. No caso do Nordeste, a crise fiscal e financeira alcançou não só os estímulos fiscais que se concentravam no setor, como os investimentos públicos na região, notadamente o das empresas estatais que em período recente haviam desempenhado papel relevante na economia nordestina. Acrescente-se a isto, como se assinalou, a abertura do mercado brasileiro à importação de produtos industriais, que trouxe repercussão negativa sobre a demanda da indústria regional e nacional.

#### *As tendências das economias estaduais*

Essas diferenças e a heterogeneidade de comportamento que foram constatadas para as grandes regiões brasileiras e para o comportamento dos setores e subsetores da economia nordestina também se verificam em relação à evolução dos Estados nordestinos. De fato, considerando-se o total dos Estados nordestinos, seis deles registram taxas anuais de crescimento maior que a média da região e os três restantes, taxas inferiores. No Gráfico 3, são apresentadas as taxas anuais estimadas para o período 1985-2002, considerando-se os anos extremos da série.



**Gráfico 3 – Taxa Anual de Crescimento do Produto, por Estados (1985-2002)**

Fonte: IBGE – Departamento de Contas Regionais.

Todos os estados nordestinos com menor dimensão econômica – com exceção de Alagoas – apresentam expansão maior que a média regional. Dos três Estados nordestinos que registram a maior participação no produto regional, apenas o Ceará apresenta uma taxa de crescimento maior que a média regional. Bahia e Pernambuco registram uma expansão relativa menor que o Nordeste em seu conjunto. A taxa de crescimento de Pernambuco, de 1,8% - a menor entre os Estados nordestinos -, corresponde a pouco menos da metade da taxa registrada para o Rio Grande do Norte que, no período, foi a economia estadual mais dinâmica.

Trata-se, portanto, de indícios de um processo de desconcentração espacial do produto que ocorreu, nos anos considerados, em detrimento dos Estados que ainda mantêm a maior participação no produto regional – Pernambuco e Bahia – e que favoreceu as unidades da Federação de menor porte, além do Ceará que se situa na terceira posição no contexto da economia regional.

Não se pode deixar de levar em conta que essa heterogeneidade de comportamento, que se constata quando se faz o corte territorial por Estados da Federação, repete-se quando se consideram espaços menores. De fato, no interior de cada um desses Estados, estudos recentes têm assinalado a presença de sub-regiões ou microrregiões dotadas de grande dinamismo. Mesmo no interior de Estados que, em média, registraram crescimento muito reduzido, estão se consolidando espaços dinâmicos que convivem com outros espaços estagnados ou de

menor dinamismo. A agricultura irrigada, o desenvolvimento da produção e do processamento de grãos, a consolidação do turismo, dos serviços médicos e de logística, da indústria de confecções e de calçados e a indústria de papel e celulose são, entre outras, atividades que vêm, recentemente, modificando o mapa da distribuição espacial da produção no interior da maioria dos Estados nordestinos.

## **2. EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS REGIONAIS**

### **2.1 Tendências Sócio-Econômicas e Demográficas do Nordeste**

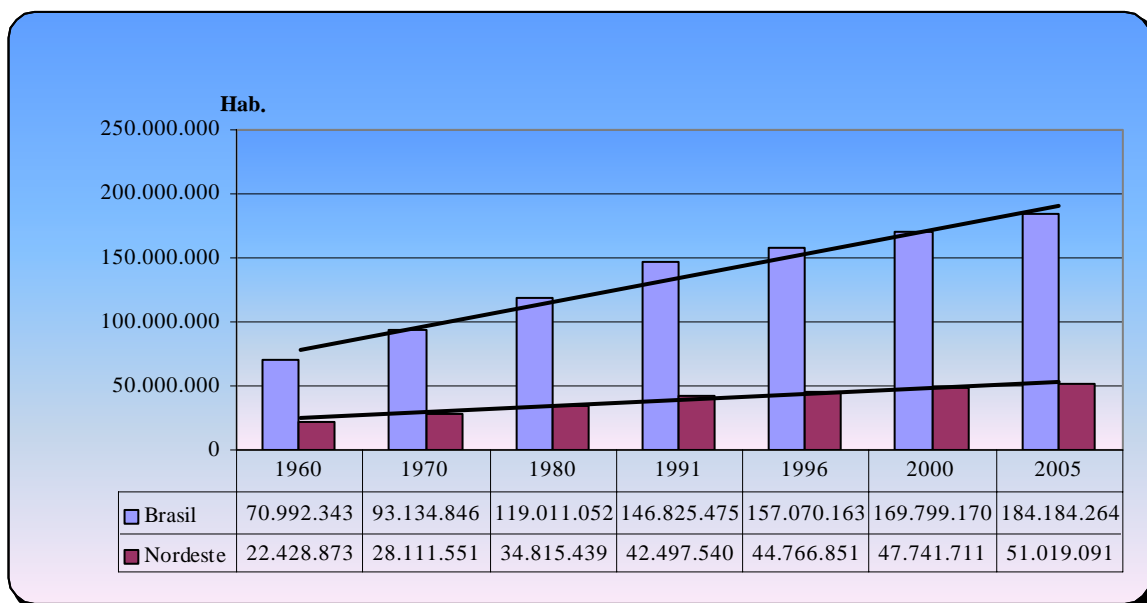
O que se faz a seguir é explicitar, para o Nordeste, as tendências mais evidentes ocorridas nas últimas décadas e que são consideradas mais relevantes para a formulação de estratégias de desenvolvimento. Tais tendências se referem à dimensão demográfica, social e econômica. Trata-se de uma parte predominantemente descritiva, em que se procura mais a identificação e quantificação do que a explicação e interpretação dos processos em curso.

#### **2.1.1 Tendências Demográficas**

Em 2005, a população nordestina, estimada pelo IBGE, de 51.019.091 habitantes (exclusive Espírito Santo e área mineira de atuação da ADENE), representando algo em torno de 27,7% do contingente demográfico nacional.

Através da análise do período 1960-2000, observa-se que a população do Nordeste vem crescendo em um ritmo mais lento do que a do Brasil como um todo, o que pode ser constatado pela inclinação das retas de tendência do Gráfico 4 e da evolução das taxas médias anuais de crescimento demográfico, representadas no Gráfico 5.

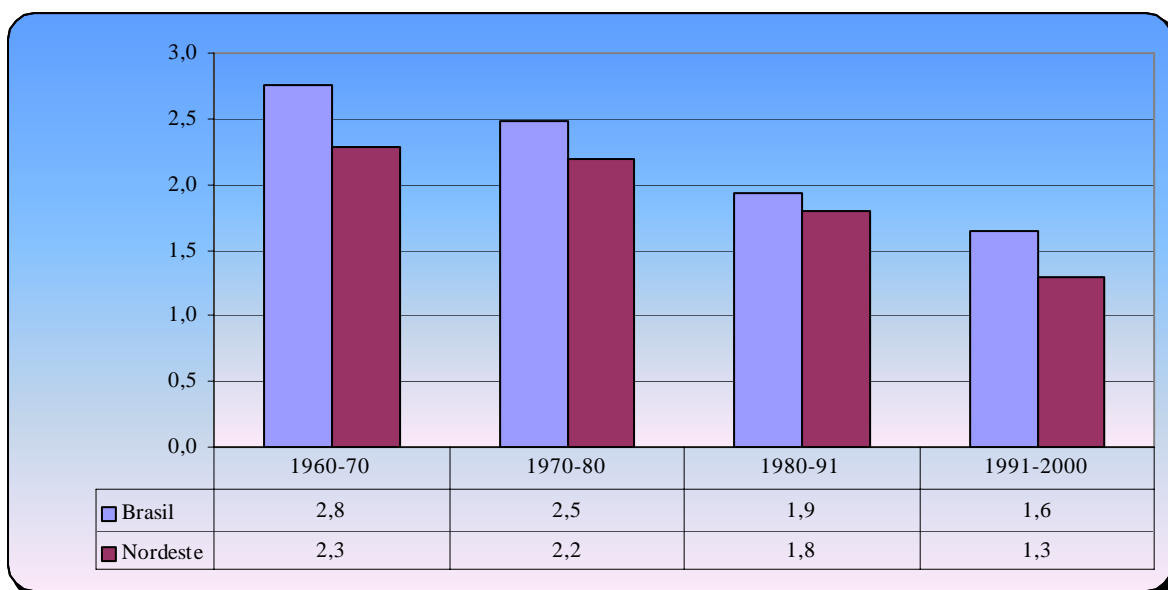




**Gráfico 4 – Brasil e Nordeste - Evolução da População (1960-2005)**

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1960 a 2000

\* IBGE. Projeção da População do Brasil para o Período 1980 – 2050. Revisão 2004.



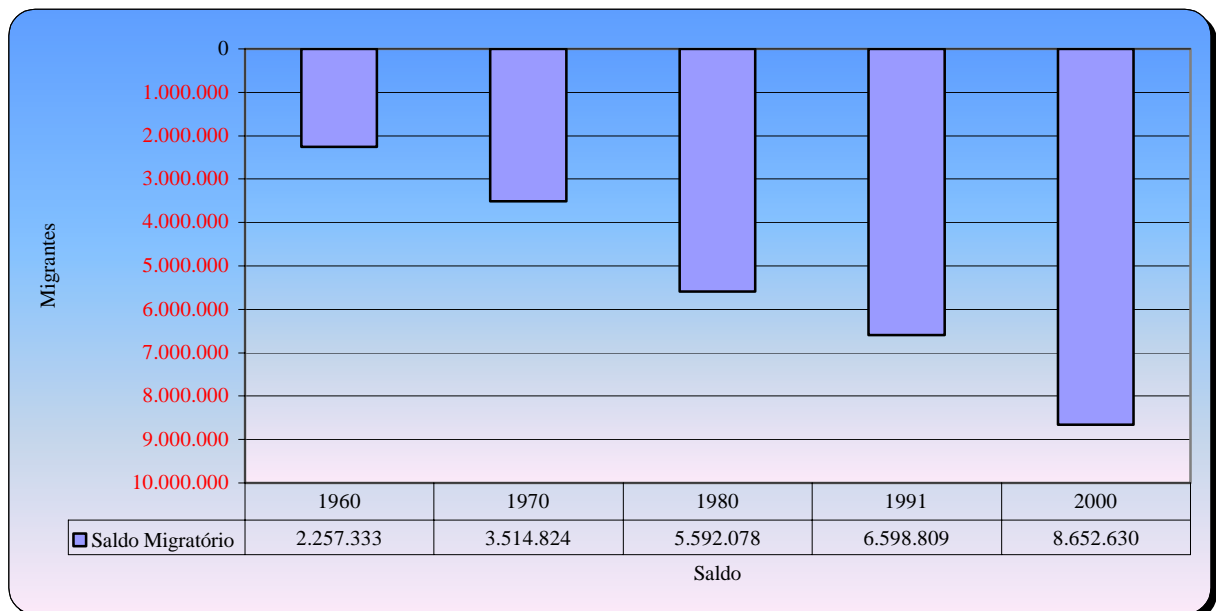
**Gráfico 5 – Brasil e Nordeste - Evolução da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População (1960-70 a 1991-2000)**

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1960 a 2000

Vale ressaltar o declínio do ritmo de crescimento demográfico tanto do Nordeste como do País.

O menor ritmo de crescimento demográfico do Nordeste em relação ao País explica-se principalmente pelas constantes emigrações de parte da população regional para outras regiões do País, sobretudo para o Sudeste. Conforme a série histórica dos censos, o Nordeste é a única macrorregião do Brasil que, durante toda a segunda metade do século XX, apresentou saldo migratório líquido inter-regional sempre negativo (Gráfico 6).

Segundo o IBGE, entre 1995 e 2000, 1.475.360 nordestinos emigraram para outras macrorregiões brasileiras, dos quais 70,9% para o Sudeste. Contudo, em termos relativos, isto é, analisando-se a variação média anual do saldo migratório regional, em percentagens da população do Nordeste, verifica-se oscilação no fluxo, com tendência geral à redução do déficit migratório.



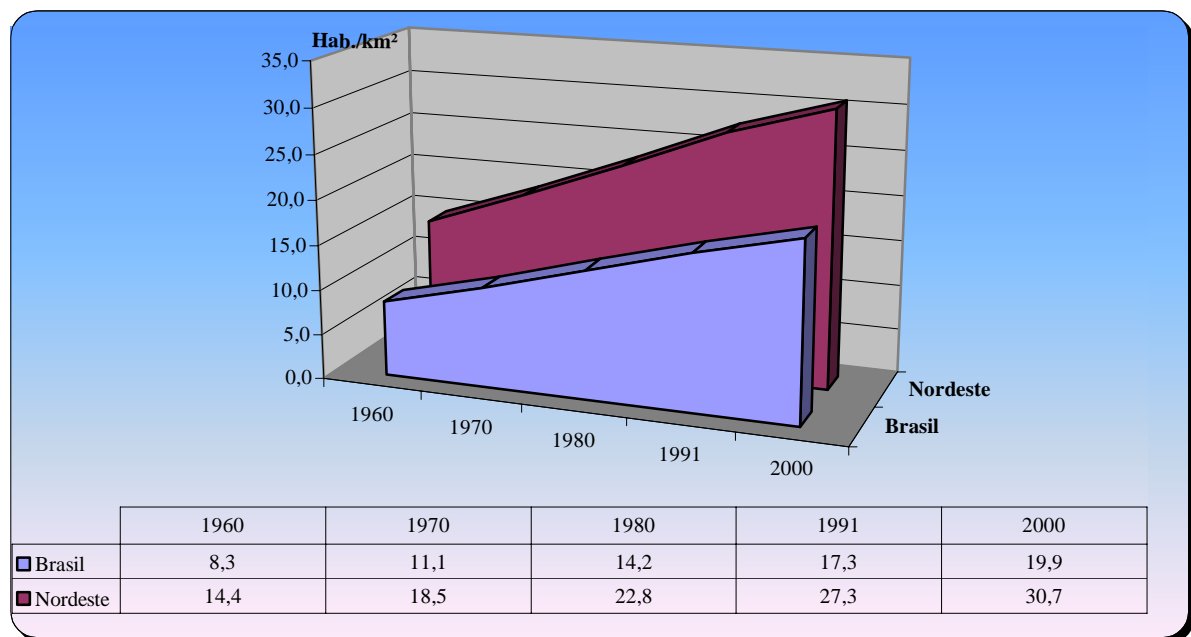
**Gráfico 6 – Brasil e Nordeste - Evolução do Saldo Migratório Líquido Inter-regional do Nordeste (1960 –2000)**

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1960 a 2000

As novidades do último censo (2000), em termos de movimento inter-regional de população, são: a) aumento do número de emigrantes do Sudeste com destino ao Nordeste, passando de 334 mil para 458 mil, caracterizando um provável fluxo de retorno; e b) crescimento das emigrações de nordestinos para as regiões Norte e Centro-Oeste. Isso se deve ao dinamismo econômico do Centro-Oeste baseado em grande parte na expansão da cultura da soja, bem como ao crescimento das oportunidades de ocupação da força de trabalho na região Norte, decorrentes principalmente da expansão da mineração e da fronteira agrícola.

A partir da década de 1980, as migrações intra-regionais passaram a ter maior relevância com o aumento do fluxo rural-urbano, como se pode inferir da mudança da estrutura setorial da população e das taxas médias geométricas de crescimento anual das populações rural e urbana, conforme focalizado mais adiante. Acrescente-se a esse movimento populacional o incremento do fluxo migratório ao longo do sistema hierarquizado de cidades, isto é, dos centros locais para os subzonais, desses para os zonais, e assim por diante, passando pelos sub-regionais, regionais, submetropolitanos e metropolitanos. Tudo levando à concentração demográfica como um reflexo da concentração econômica, acompanhando a mudança estrutural de uma economia de base rural, preponderante até os anos 60 do século XX, para uma outra de natureza urbano-industrial, atualmente dominante.

De outra parte, quando se analisa a população em relação à área territorial, observa-se que a densidade demográfica do Nordeste é mais alta do que a do conjunto do território nacional (Gráfico 7).



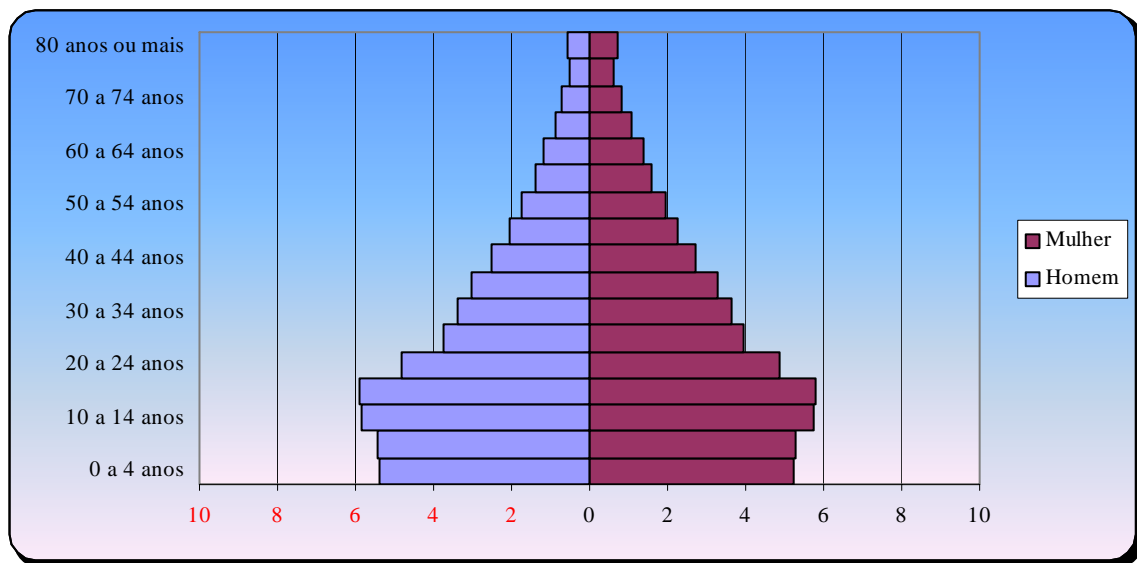
**Gráfico 7 – Brasil e Nordeste - Evolução da Densidade Demográfica (1960-2000)**

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

O Nordeste vem experimentando, a partir de 1970, importantes transformações na sua composição demográfica, tanto na sua estrutura etária como na sua repartição setorial. A população regional está se tornando mais velha, com uma progressiva redução relativa dos habitantes de faixas etárias mais jovens e aumento do número de indivíduos nas faixas etárias

mais velhas (Gráfico 8). Esse fenômeno também vem ocorrendo no País como um todo, tendo começado na Região Sudeste.

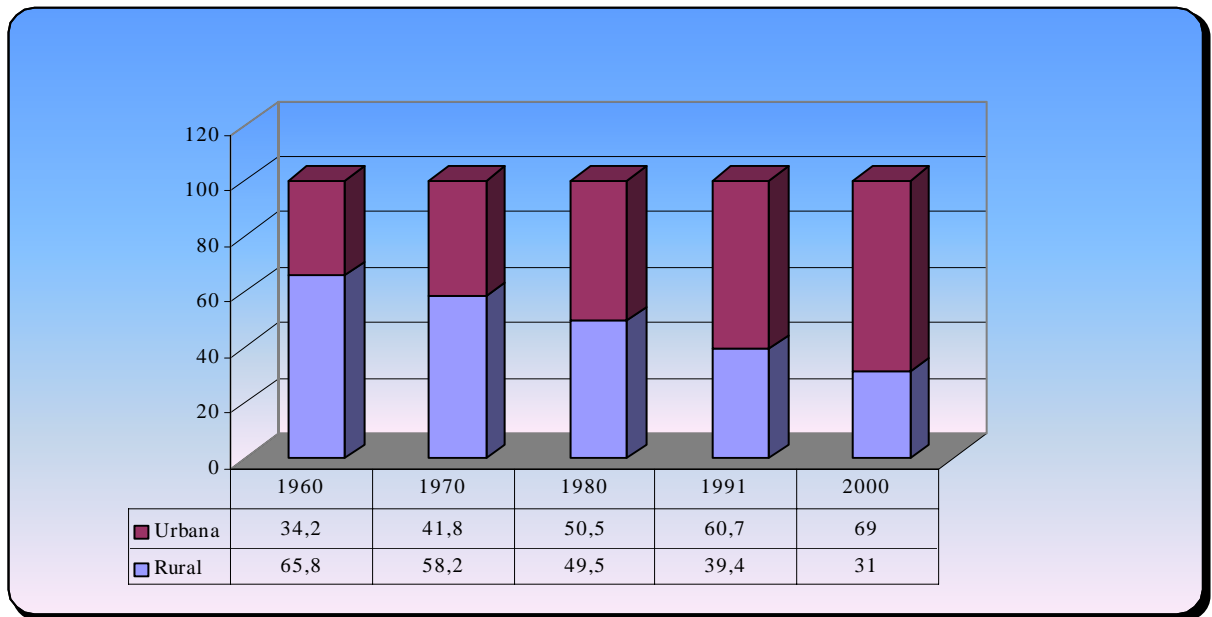
Em 1970, os habitantes com menos de 10 anos de idade somavam 29,3% (14,8% dos homens e 14,5% das mulheres), praticamente um terço da população regional, enquanto em 2000 a participação relativa dessa faixa etária decresceu para apenas 21,3% (10,8% dos homens e 10,5% das mulheres), isto é, pouco mais de um quinto dos moradores do Nordeste.



**Gráfico 8 – Estrutura Etária do Nordeste em 2000**

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 2000.

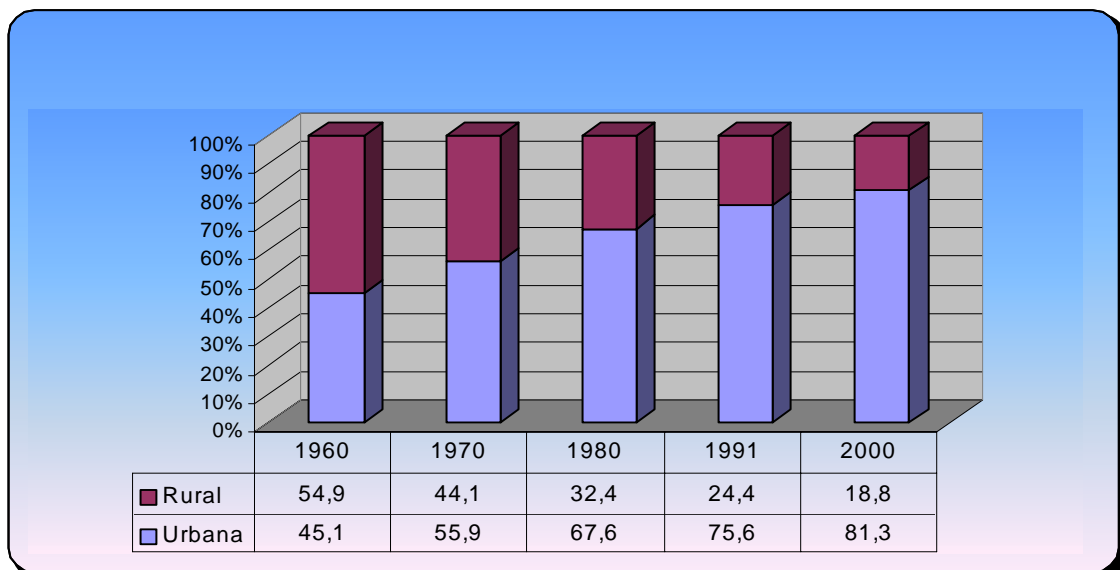
De outra parte, está ocorrendo um rápido processo de urbanização, isto é, um aumento considerável da proporção da população urbana no total dos moradores (Gráfico 9). Em 1960, 65,8% da população do Nordeste ainda viviam no setor rural, isto é, apenas 34,2% moravam nas áreas urbanas, mas, em 2000, a taxa de urbanização regional já era de 69,0%. Desde 1980, a região passou a ser predominantemente urbana e, em 2000, 31,0% dos habitantes permaneciam no campo.



**Gráfico 9 – Evolução da Repartição Setorial da População do Nordeste (1960-2000)**

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

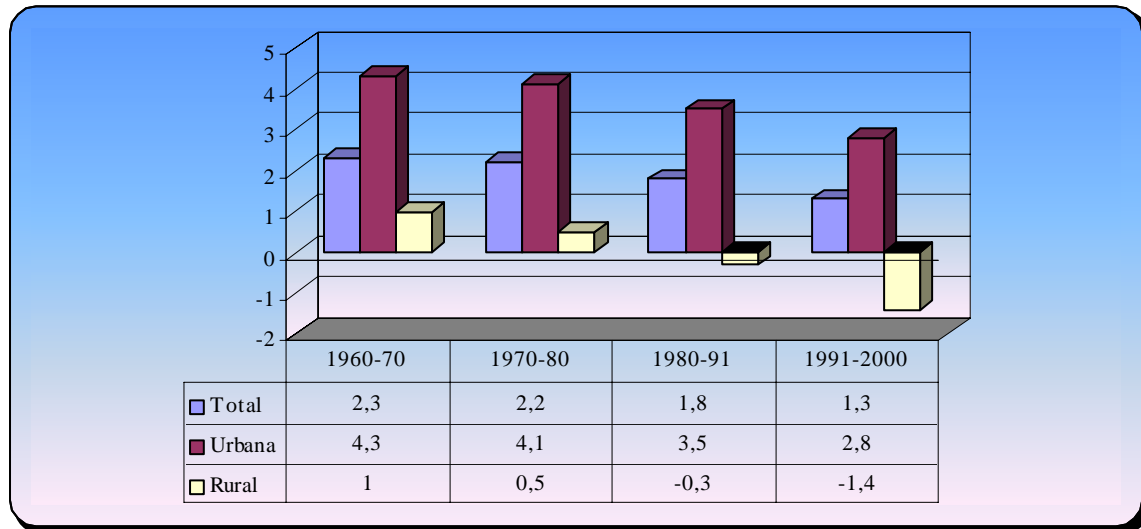
Essa repartição setorial é similar à que ocorreu no Brasil em 1980 (Gráfico 10). Assim, mantida a defasagem de 20 anos, em 2020 é provável que o Nordeste venha a ter aproximadamente 80% de sua população morando em cidades e vilas, restando no campo apenas 20% da sua população. Essa tendência de urbanização aponta para a necessidade de o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste conferir prioridade às ações destinadas ao setor urbano.



**Gráfico 10 – Evolução da Repartição Setorial da População do Brasil (1960-2000)**

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

O processo de urbanização acelerada do Nordeste passou a ser ainda mais importante a partir do período 1980-91 quando o processo de desruralização se acentua, passando a população rural a apresentar taxas médias geométricas de crescimento anuais negativas (-0,3% no período 1981-91, e -1,4% entre 1991 e 2000), indicando a ocorrência de um crescente processo de esvaziamento populacional do campo (Gráfico 11).



**Gráfico 11 – Nordeste do Brasil - Taxas Médias Geométricas de Crescimento Anual da População (1960-70 a 1991-2000)**

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

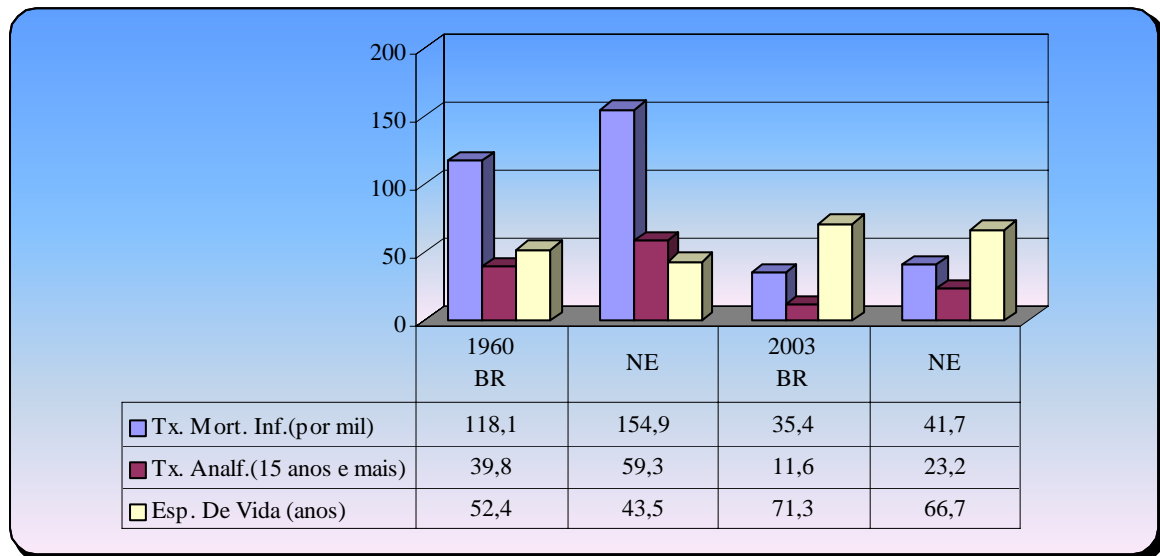
O fato é que o rápido crescimento populacional das cidades do Nordeste, nos últimos anos, ocorreu de forma desordenada, com a maior parte dos imigrantes com baixos índices de escolaridade e sem capacitação profissional para o trabalho urbano. Além disso, na grande maioria das cidades, o processo de urbanização foi dissociado de crescimento econômico, ao menos no mesmo ritmo, o que, juntamente com o despreparo da mão-de-obra, vem provocando aumento nas taxas de desemprego e subemprego urbano, com conseqüentes reflexos negativos na qualidade de vida das populações urbanas.

### 2.1.2 Tendências sociais

O modelo econômico e as constantes crises por que tem passado o sistema produtivo nacional causaram descompasso entre a evolução dos indicadores das atividades econômicas e das variáveis sociais, em todo o País.

O Nordeste, embora tenha melhorado substancialmente seus indicadores sociais a partir dos anos 60, ainda se encontra muito distante do que seria aceitável, em termos dos parâmetros preconizados pelos órgãos internacionais. Além disso, as variáveis sociais da região ainda apresentam valores abaixo dos estimados para quase todas as macrorregiões do Brasil.

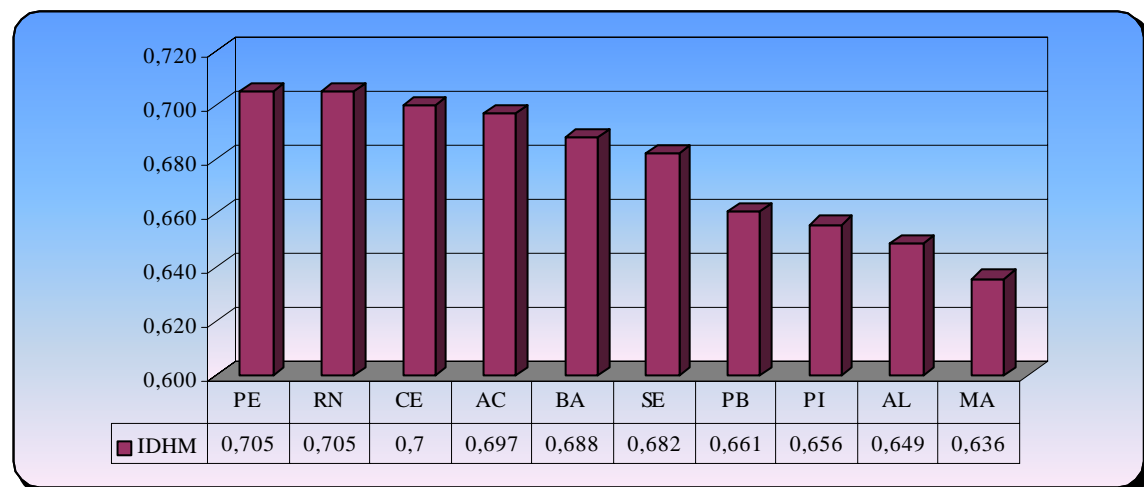
Contudo, é inquestionável que alguns indicadores sociais da região registraram significativos desempenhos, entre 1960 e 2003. A taxa de mortalidade infantil, por exemplo, foi reduzida de 154,9 por mil nascidos vivos para 41,7 por mil; a taxa de analfabetismo diminuiu de 59,3% para 23,2%, e a esperança de vida do nordestino aumentou de 43,5 para 66,7 anos (Gráfico 12). No entanto, quando se faz a comparação com os mesmos indicadores do Brasil, constata-se que, apesar da melhoria das condições sociais do Nordeste no período de 42 anos, ainda há uma considerável defasagem, tanto que a taxa de mortalidade infantil do Brasil, em 2003, é de apenas 35,4 (contra 41,7) por mil nascidos vivos; a taxa de analfabetismo do País é de somente 11,6% (contra 23,2%) dos que têm 15 anos ou mais e a esperança de vida chega a 71,3 (contra 66,7) anos.



**Gráfico 12 – Brasil e Nordeste - Taxas de Mortalidade Infantil e Analfabetismo e Esperança de Vida ao Nascer (1960 e 2003)**

Fontes: IBGE/UNFPA/BRASIL (BRA/98/P08), Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sociodemográficos.  
IBGE, Diretoria de Pesquisas, Estatísticas do Registro Civil 2003.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (IPEA/PNUD, 2003), o Nordeste, em 2000, era a região brasileira de IDH mais baixo do País, uma vez que todos os seus nove Estados se encontravam entre os dez últimos do rol decrescente dos índices (Gráfico 13). O único Estado da federação que também fazia parte desse conjunto e não pertence ao Nordeste era o Estado do Acre que ocupa a 21ª posição.

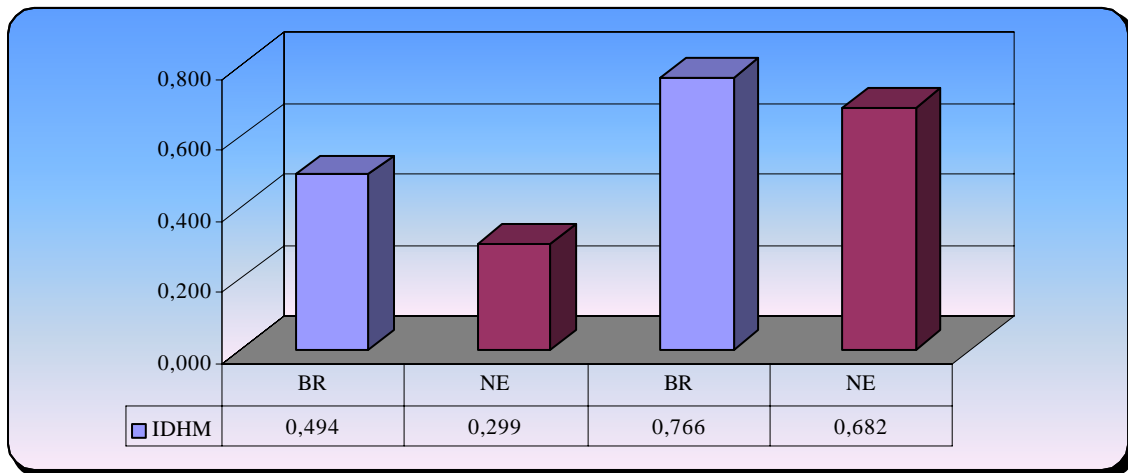


**Gráfico 13 – Rol Decrescente dos Dez Menores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil em 2000**

Fonte: IPEA/PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003.



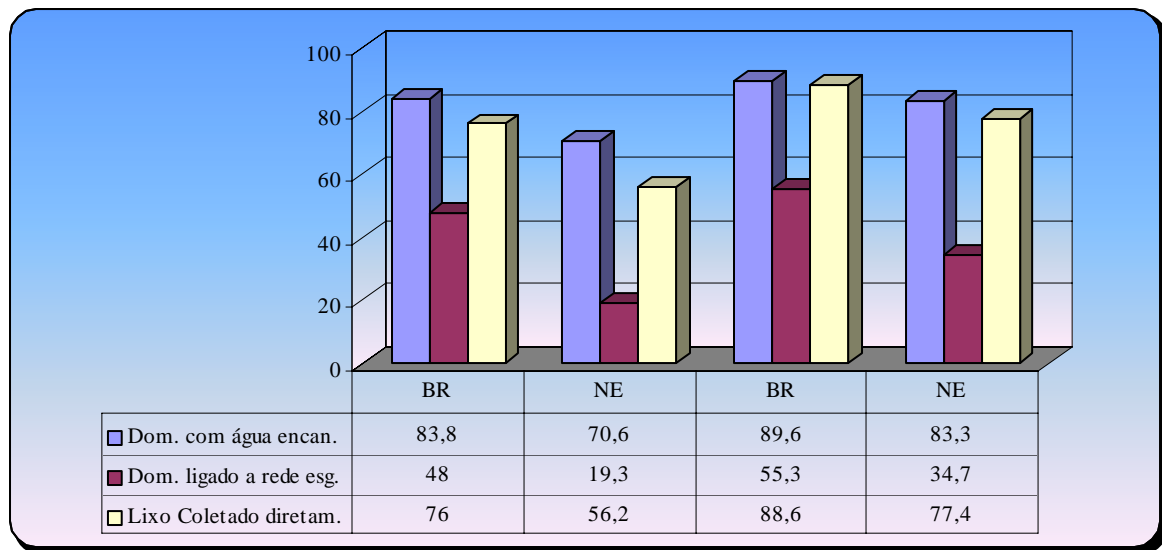
No que pese o fato de o Nordeste ainda ser, dentre as cinco macrorregiões brasileiras, a de IDHM mais baixo (0,682 em 2000, estimado pela mediana dos nove estados nordestinos), há de se considerar, por outro lado, a considerável redução da diferença para o IDHM do Brasil (0,776 no mesmo ano), dado que em 1970 o índice para a região era de apenas 0,299 e o do País como um todo alcançava o valor de 0,494 (Gráfico 14).



**Gráfico 14 – Brasil e Nordeste - Índice de Desenvolvimento Humano (1970 e 2000)**

Fonte: IPEA/PNUD

Por sua vez, os indicadores de saneamento básico também registraram substancial melhoria. Tanto que o percentual de domicílios urbanos com canalização interna de água passou de 70,6% em 1970, para 83,3% em 2003; a rede coletora de esgotamento sanitário, que servia somente a 19,3% dos domicílios, em 1970, passou a atender a 34,7%, em 2003; e o percentual de domicílios urbanos com coleta de lixo passou de 56,2% para 74,4%, no mesmo período (Gráfico 15). Embora o Nordeste tenha reduzido as diferenças dos indicadores de saneamento básico em relação ao País como um todo, no período 1970-2003, ainda está longe de alcançar o padrão nacional de 89,6% de domicílios servidos por rede de abastecimento de água, em 2003; 55,3% de domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário; e 88,6% de domicílios com coleta de lixo.



**Gráfico 15 – Brasil e Nordeste - Domicílios com Canalização Interna de Água, Esgotamento Sanitário e Lixo Coletado Diretamente (1970 e 2003)**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

Assim, no que pese a melhoria dos indicadores sociais e das condições de saneamento básico, inclusive em ritmo mais rápido do que o do Brasil como um todo, as diferenças de qualidade de vida entre o Nordeste e as demais macrorregiões brasileiras ainda são muito grandes. Portanto, ainda se faz necessário um esforço relativamente maior de investimentos no Nordeste, sobretudo nas áreas sociais – com destaque para educação e para as atividades geradoras de emprego e renda –, bem como em infra-estrutura – principalmente em saneamento básico e transportes –, para que esta região alcance o padrão nacional de desenvolvimento.

### 2.1.3 Tendências econômicas

A economia nordestina desde os anos 60 vem acompanhando o dinamismo da economia nacional, chegando a superar a expansão da economia nacional em alguns anos de sua evolução. As estimativas do produto interno feitas pela SUDENE, para o Nordeste, complementadas com estimativas da FGV e IBGE feitas para a economia nacional, mostram que, se nos anos 60 a região registrou uma expansão bem menor (3,5% contra 6,1% para o Brasil), nos anos 70 apresenta uma taxa um pouco maior (8,7% contra 8,6%), repetindo a diferença nos anos 80 (3,3% contra 1,6%) e nos anos 90 (3,1% contra 2,6%), já no contexto de desaceleração da economia nacional.

Desse comportamento pode-se assinalar que, nas fases de vigência dos principais instrumentos de política regional e setorial de desenvolvimento, o Nordeste respondeu com um crescimento de sua economia, que significou não só expansão das atividades produtivas como mudanças relevantes na sua estrutura econômica. As informações da SUDENE sobre o produto, que permitem uma visão da trajetória da economia regional no longo prazo, mostram que se na década de 70 os serviços registravam metade (exatamente 50%) do produto total, nos anos 80 eles alcançavam 55% e nos anos 90 superaram a marca dos 60%. Tal participação ocorre em detrimento, sobretudo, da atividade agropecuária que, nas respectivas décadas, passa de 22,8%, para 15,6% e, finalmente, alcança 13,3%. Mais complicada foi, de acordo com os dados da SUDENE, a trajetória do setor industrial, constituído pela indústria extrativa e de transformação, pela construção civil, pelos serviços de utilidade pública. Neste caso, a indústria registra uma participação de 27,2% nos anos 70, cerca de 29,2% nos anos 80, caindo para 20,8% nos anos 90.

O exame mais detido dos grandes setores produtivos mostraria, igualmente, a ocorrência de algumas mudanças de peso na economia regional. Na agropecuária, vale o registro do surgimento e consolidação da moderna agricultura irrigada e, em parte, voltada para a exportação, além da produção moderna de grãos, que se estende pelo oeste baiano e em parte considerável de território do Piauí e Maranhão.

Na indústria regional, notadamente a indústria de transformação, a consolidação da indústria petroquímica, da produção de papel e celulose, da produção mais recente de veículos e de segmentos de material elétrico e comunicações, além de modernos empreendimentos voltados para a produção de têxteis, constituem exemplos de mudanças que ocorreram nas últimas décadas.

Relativamente ao terciário, mesmo no contexto de uma pequena expansão econômica da região, deve-se ressaltar o aparecimento e consolidação de importantes atividades de serviços, algumas das quais se constituíram, nos centros urbanos de maior porte, pólos e cadeias produtivas bastante complexas. Os exemplos dos serviços mercantis de saúde e de educação, das atividades de varejo moderno (hiper e supermercado, *shopping-center*, loja de departamento, loja de conveniência etc.), dos serviços de logística, dos serviços de assessoria, planejamento e consultorias e, sobretudo, dos serviços associados ao turismo ilustram as transformações ocorridas nos centros urbanos regionais.

Além das mudanças na estrutura do produto interno, a economia regional apresenta significativas transformações na pauta das suas exportações. Para que se tenha uma idéia

dessas transformações, é suficiente assinalar-se que ocorre uma presença cada vez maior da exportação de produtos industrializados em detrimento dos chamados produtos básicos. Se em 1980 o Nordeste registrava cerca de 54,2% do total das exportações constituído por produtos básicos, em 1990 sua participação diminuiu para 24,7%, para alcançar 18,3% em 2000. Já os produtos industrializados exportados pela região passaram, no total das exportações, nos referidos anos, de 45,1% para 75% e para 79,9%. Tais mudanças ocorrem, também, no interior de cada uma dessas grandes categorias, sobretudo, mais recentemente, quando produtos como veículos, petroquímicos, papel e celulose, metalúrgica, material elétrico e de comunicações passam a fazer parte da pauta de exportações.

É importante ressaltar, sobretudo nos anos 60 e 70, a modernização da infra-estrutura econômica, notadamente a de transporte e de produção e distribuição de energia elétrica – que constituiu a base sobre a qual a economia nordestina cresceu e diversificou sua estrutura produtiva, à época –.

Não obstante tais registros relacionados com as grandes mudanças, é importante destacar que a economia regional acompanhou, nas duas últimas décadas, a desaceleração ocorrida na economia nacional. O término do intenso processo de industrialização do País, a partir da substituição de importações, a crise fiscal e financeira do setor público, a abertura da economia nacional a partir dos anos 90, além das seguidas políticas restritivas que foram implantadas em sucessivas administrações, definiram uma trajetória econômica que se caracterizou, no Brasil e no Nordeste, por um crescimento muito reduzido e instável, como se assinalou.

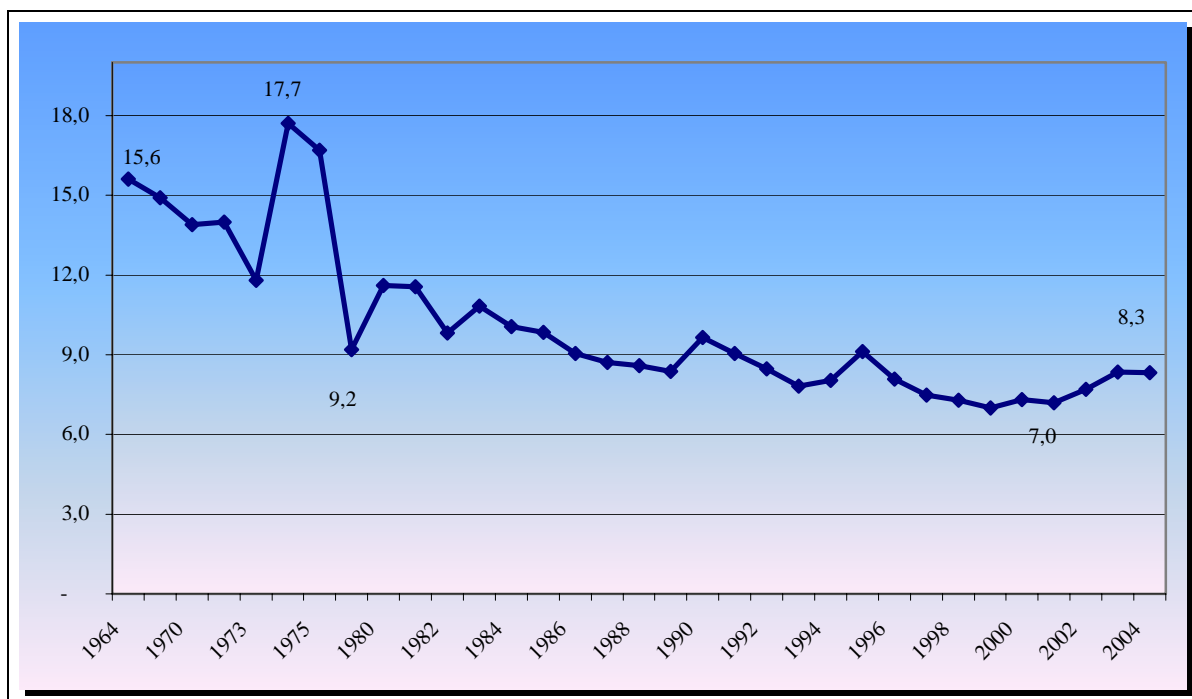
### *Inserção na economia internacional e interregional*

Análises recentes<sup>2</sup> assinalam que a economia nordestina vem perdendo posição relativa tanto no comércio internacional do País como nas trocas entre as regiões brasileiras. No que se refere ao comércio internacional, as informações do Gráfico 16 mostram, para o longo prazo (1964-2004), a perda, em termos relativos, que o Nordeste teve no tocante às exportações, quando passou de uma participação, no total das exportações brasileiras, de

---

<sup>2</sup> Sepre-Ipea-Inae-Iica. Nordeste: Uma Estratégia para Vencer o Desafio da Seca e Acelerar o Desenvolvimento. Sudene 40 Anos. Sudene. Brasília. 1999. Albuquerque, Roberto Cavalcanti de. Nordeste: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento. Banco do Nordeste. Fortaleza. 2002.

15,6% em 1964, 13,9% em 1970, 17% em 1975, 9,1% em 1995, 7% em 1999, e para 8,3% em 2004. Com relação ao saldo comercial (exportações menos importações), a região perdeu gradativamente o saldo positivo que mantinha (US\$ 1,8 bilhão, em 1990, e US\$ 0,7 bilhão, em 1995) para em seguida registrar déficit sistemático.



**Gráfico 16 – Nordeste – Participação nas exportações brasileiras (1964-2004)**

Fonte: Secex

No que se refere ao comércio com as demais regiões brasileiras, para o qual a disponibilidade de informações é mais precária, o que o estudo do SEPRE-IPEA-INAE-IICA assinala é que entre meados dos anos 70 e início dos anos 90 reduziram-se, em termos reais, tanto as exportações quanto as importações: as exportações decresceram de 11% do produto, em 1975, para 5,6%, em 1991. Já as importações inter-regionais teriam registrado uma redução de 30% para 11%.

As conclusões do primeiro dos estudos referidos podem ser resumidas na constatação de que o Nordeste “caminhou nas últimas décadas em direção ao insulamento econômico”. O que está, certamente, associado ao quase desaparecimento, da pauta de exportações, de importantes e tradicionais produtos (algodão, cacau), além da perda de competitividade nos mercados extra-regionais. Além do fato de que os novos e promissores segmentos produtivos, que mais recentemente participam da pauta de exportação da região, ainda não têm peso

suficiente, no total das exportações regionais, para mudar significativamente a trajetória das vendas para o mercado mundial e o das demais regiões brasileiras. De fato, embora não se possa deixar de assinalar que o Nordeste vem, tanto no mercado internacional como no inter-regional, diversificando a sua pauta de exportações, com o surgimento de novas atividades industriais (automóveis, papel e celulose, petroquímicos) e produtos primários (grãos), deve-se ressaltar que a presença de tais produtos não foi suficiente para compensar a perda que a região teve com a redução e desaparecimento, na sua pauta, de produtos primários tradicionais que representavam parcela relevante das suas exportações.

### *Mercado de trabalho*

Neste contexto de reduzido crescimento da economia regional, é inevitável, na ausência de significativas políticas compensatórias de emprego e renda, a deterioração das condições de trabalho na economia nordestina que, neste particular, acompanhou a trajetória da economia nacional. Vale a advertência de que mudanças ocorridas na metodologia no que se refere às pesquisas e aos levantamentos sobre o mercado de trabalho dificultam a comparação das informações no médio e longo prazos. Por esse motivo as informações utilizadas se limitam a um período mais recente que o considerado nas demais questões analisadas.

Antes de passar ao exame mais detido dos processos que ocorreram no mercado de trabalho na região é importante considerar alguns dados sobre a dimensão e significado da força de trabalho e da população ocupada no Nordeste (Tabela 1).

**Tabela 1 – Nordeste: Indicadores do Mercado de Trabalho – 1992-2003**

População Economicamente Ativa e População Ocupada	Em 1.000 pessoas	Taxa anual	Participação		
	1992	2003	1992-2003	1992	2003
População Economicamente Ativa	19.830	23.956	1,7		
População Ocupada	18.607	21.667	1,4	100,0	100,0
Agrícola	8.182	8.069	(0,1)	44,0	37,2
Setor Industrial	2.516	3.106	1,9	13,5	14,3
Indústria de transformação	1.355	1.828	2,8	7,3	8,4
Construção civil	905	1.115	1,9	4,9	5,1
Outras indústrias	256	162	(4,1)	1,4	0,7
Setor Terciário	7.685	10.430	2,8	41,3	48,1
Comércio	2.130	3.506	4,6	11,4	16,2
Serviços (exceto administração púb.)	4.793	5.918	1,9	25,8	27,3
Administração pública	762	1.005	2,5	4,1	4,6
Atividades mal definidas	224	62	(11,0)	1,2	0,3
Desocupados	1.223	2.289	5,9		
Taxa de desemprego (%)	6,2	9,6			

Fonte: IBGE - PNAD (microdados)

Em 2003, o IBGE, através da PNAD, registrava no Nordeste a presença de aproximadamente 23,9 milhões de pessoas que constituíam a população economicamente ativa ou força de trabalho. Deste total, cerca de 21,7 milhões estavam constituídos pela população ocupada, incluída nesta, de acordo com a nova metodologia do Instituto, os trabalhadores vinculados à produção para o próprio consumo e os que exerciam atividade na construção para o próprio uso. Mesmo com esta definição mais ampla de pessoas ocupadas, a desocupação, considerando a diferença entre a população economicamente ativa e a população ocupada, compreenderia, no referido ano, cerca de do 2,3 milhões de pessoas, o que significaria uma taxa de desocupação 8,7% da população economicamente ativa.

A evolução recente dos indicadores do mercado de trabalho mostra que a população economicamente ativa registrou um crescimento (1,7% ao ano) maior que a população ocupada (1,4%), do que resultou um aumento significativo dos desocupados (5,9%), com uma taxa de desemprego (segundo o critério da PNAD) passando de 6,2% em 1992 para 9,6% em 2003. Neste período, o número de desocupados praticamente duplicou.

Vale destacar no mercado de trabalho nordestino a presença ainda marcante do contingente ocupado nas atividades agropecuária, embora a região, há décadas, registre o declínio da ocupação no meio rural. Em 2003, esse contingente alcançava cerca de 37,2% do total das pessoas ocupadas. O terciário vem-se constituindo a grande fonte de geração de emprego: no primeiro ano considerado, empregava 41,3% do total da população ocupada, e em 2003 o percentual alcançava 48,1%. O setor industrial tem uma pequena participação no conjunto das pessoas ocupadas na região e registra um aumento pouco significativo no período (passa de 13,5% para 14,3%).

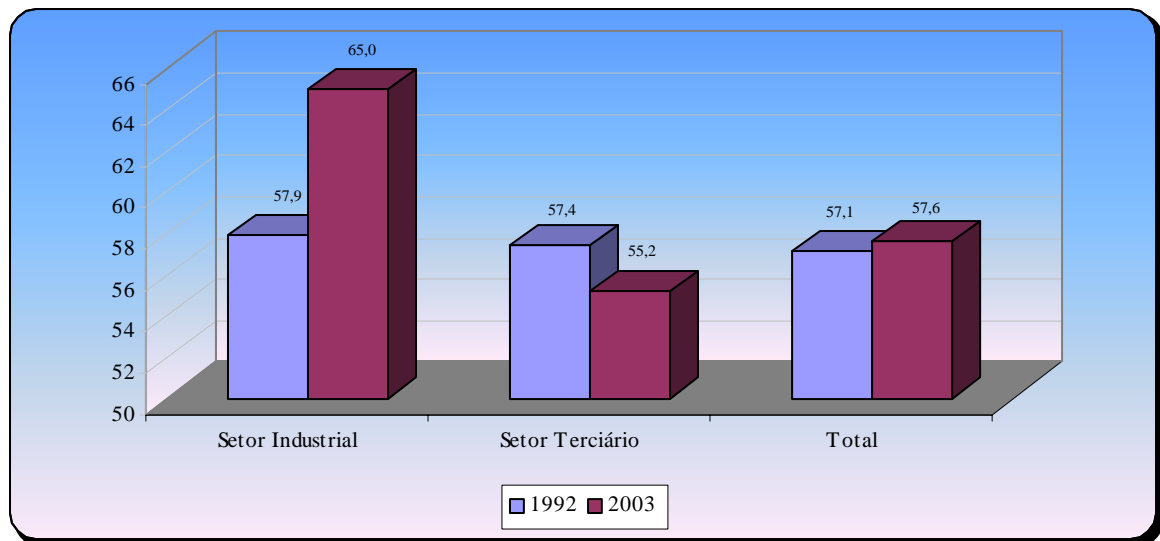
O mercado de trabalho na região é marcado, também, pela precariedade das relações de trabalho, expressa na presença do trabalhador sem cobertura previdenciária e sem cobertura da legislação trabalhista. No meio rural, a presença do trabalhador que não recebe remuneração, geralmente membro da família, além do trabalhador voltado predominantemente para a produção para o consumo próprio e do trabalhador sem carteira assinada mostra as formas precárias existentes no trabalho na agricultura regional. No que se refere às atividades predominantemente urbanas, o que se destaca é não somente o alto grau de informalidade<sup>3</sup> das relações de trabalho como o fato de que no período recente o percentual de pessoas que podem ser classificadas como submetidas a relações informais tem aumentado.

Um exercício que considere como informal a pessoa ocupada constituída de trabalhador sem carteira assinada, de empregador e conta própria sem cobertura previdenciária, nas atividades predominantemente urbanas (setores industrial e terciário), mostra que mais de 57% das pessoas ocupadas estariam na informalidade no Nordeste urbano em 1992 e 2003, com uma ligeira tendência de aumento no período (de 57,1% em 1992 para 57,6% em 2002) (Gráfico 17). Em termos absolutos, as pessoas que poderiam ser classificadas como informais nos setores industrial e terciário teriam passado de 5,9 milhões, em 1992, para 7,8 milhões, em 2003. Neste intervalo, ocorreu, portanto, nas atividades predominantemente urbanas, um acréscimo de 1,9 milhão de pessoas. Nas atividades formais, o acréscimo estimado foi de 1,2 milhão.

---

<sup>3</sup> Por grau de informalidade entende-se a relação entre o contingente das pessoas ocupadas com base em relações informais de trabalho e o total das pessoas ocupadas.





**Gráfico 17 – Nordeste – Grau de informalidade da ocupação nos setores predominantemente urbanos (1992 e 2003)**

Fonte dos dados básicos: IBGE - PNAD

Estudo recente sobre os anos 90<sup>4</sup> já confirmava tais aspectos e mostrava outras questões que devem ser aqui ressaltadas. Vale lembrar que as tendências gerais que se observam no Nordeste repetem-se, em seus traços gerais, em todo País em seu conjunto e nas principais regiões brasileiras. Nos anos 90, pois, não só a oferta de ocupação não foi suficiente para atender o contingente da população que procurou trabalho, como algumas tendências que indicam dificuldades crescentes para os trabalhadores foram detectadas. Um primeiro, já assinalado, refere-se ao aumento da precariedade do mercado de trabalho, que se percebe pela trajetória de vários indicadores: (i) a redução da participação dos trabalhadores assalariados, com carteira de trabalho assinada, no total das pessoas ocupadas; (ii) o fato de o emprego formal ou organizado, registrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos anos 90 apresentar um crescimento menor do que o da população ocupada total, que inclui as pessoas ocupadas formal e informalmente.

Além disso, verifica-se o declínio do rendimento real mensal das pessoas ocupadas. Neste caso, é importante assinalar que, após o crescimento constatado para tal rendimento a partir da primeira metade dos anos 90, até 1996 (período áureo do Plano Real), ocorre uma desaceleração e declínio absoluto do rendimento mensal dos trabalhos. Entre 1989 e 1999, o

<sup>4</sup> Sudene-Dieese. As Grandes Tendências da Economia e do Mercado de Trabalho no Nordeste nas Duas Últimas Décadas. Recife. 1998. Leonardo Guimarães Neto. As Economias Regionais e o Mercado de Trabalho nos anos de 1990. In: Anita Kohn (organizadora) Unidade e Fragmentação – A Questão Regional no Brasil. Editora Perspectiva. São Paulo. 2002.

rendimento médio das pessoas ocupadas, registradas pela PNAD, apresentou um decréscimo de pouco mais de 10% em todo período.

Há, portanto, nos indicadores do mercado de trabalho, uma coerência com o que vem ocorrendo na economia regional, que registrou, durante praticamente duas décadas, crescimento muito reduzido, como se assinalou.

## **2.2 Problemas e Estrangulamentos do Desenvolvimento Regional**

Os grandes estrangulamentos no Nordeste estão a exigir da sociedade e dos poderes públicos ações. E a mobilização de recursos e meios para a sua superação dizem respeito, sobretudo, à dimensão econômica, à dimensão social, à tecnológica e ao meio ambiente. Em particular, não se pode deixar de assinalar, além dos já referidos, os grandes desafios sub-regionais, inclusive o representado pelo semi-árido, que constitui, nesta parte do País, aspecto marcante da realidade regional e que envolve parcela significativa da população que vive e trabalha na região.

### **2.2.1 Estrangulamentos econômicos**

As considerações feitas anteriormente e os estudos e as estratégias, recentemente elaborados para a região, destacam sistematicamente a grande diferença que existe entre a estreita base econômica e a grande dimensão do contingente de população que dela depende. Com uma participação de 13% no produto interno brasileiro, o Nordeste registra uma população que representa 28% do total da população residente no País. Essa relação traduz não só as disparidades entre as diferentes partes do território, mas as dificuldades maiores que, na região, tem a população nordestina para obter renda e ocupação que lhe garantam condições de vida adequada. Além disso, tal relação permite que se faça uma avaliação não só das tentativas que foram feitas, há décadas, no encaminhamento de solução para a questão regional, como do grande hiato que necessita ser enfrentado no futuro, com o objetivo de reduzir as diferenças entre os brasileiros que vivem em distintas regiões do País.

Embora constitua uma grande simplificação, pode-se afirmar que o grande desafio econômico do Nordeste reside na **baixa competitividade da economia regional**, decorrente

de vários fatores, com destaque especial para o limitado nível de escolaridade, os estrangulamentos na infra-estrutura econômica, a deficiente capacitação da mão-de-obra e o atraso na capacidade científica e tecnológica, além das limitações associadas à capacidade do empresariado regional. As limitações na competitividade regional são responsáveis pela **reduzida base produtiva da região** e se associam a uma **insuficiente agregação de valor** das cadeias produtivas regionais, contendo o crescimento da economia e da renda nordestinas. Alguns dos desafios econômicos estão apresentados, a seguir, de forma detalhada:

a) **Reduzido crescimento da economia regional nas duas últimas décadas** – Em primeiro lugar, cabe fazer referência não só à desaceleração do crescimento da economia regional como à perda de sua capacidade de formação de capital, que se traduziu num coeficiente de investimento menor que o registrado pela economia nacional. Não obstante, numa perspectiva de longo prazo, a economia regional haver registrado aumento da participação da sua renda *per capita* na renda *per capita* nacional, o crescimento nas duas últimas décadas foi insuficiente para reduzir os níveis de desemprego e subemprego da região e assegurar avanços significativos na redução das desigualdades regionais. Em síntese, como se assinalou, a região vem registrando nas últimas décadas, em média, um crescimento a uma taxa muito reduzida e que não é capaz de absorver parte relevante da sua força de trabalho desempregada e subempregada e de reduzir, significativamente, os níveis de desigualdade de renda no contexto nacional.

b) **Grande fragilidade da agropecuária** – Não obstante as transformações pelas quais passou a atividade rural nordestina nos últimos anos, sobretudo com o avanço da agricultura irrigada e a consolidação da produção de grãos no cerrado, este setor registra, ainda, grande vulnerabilidade às condições climáticas, do que decorre não só um crescimento muito lento dessa atividade, em seu conjunto, como a freqüente ocorrência de taxas negativas na evolução do produto gerado pela agropecuária. Dada a importância e o significado que o setor tem na ocupação da força de trabalho regional, este fato implica não só a continuidade do desemprego e subemprego no meio rural e de um intenso processo migratório rural-urbano, como a necessidade freqüente da abertura de frentes de trabalhos como forma de garantir a sobrevivência de grande contingente de população vitimada pelas estiagens.

c) **Desestruturação dos segmentos exportadores tradicionais e incapacidade da região para redefinir formas de integração capazes de contribuir positivamente para o seu dinamismo econômico** – Este tem sido um aspecto assinalado em diversos estudos que mostram, ao lado do gradativo isolamento da economia regional relativamente aos fluxos do

comércio internacional, a perda significativa do Nordeste na participação das exportações brasileiras. A emergência de novos segmentos exportadores e as mudanças significativas na estrutura das exportações regionais não foram capazes de reverter as perdas da região no contexto das exportações brasileiras.

d) **Insuficiente dotação da infra-estrutura econômica e sua inadequação em relação aos pólos mais dinâmicos da economia regional** – Apesar de os avanços ocorridos na implantação da infra-estrutura regional, em particular no que se refere à oferta de energia elétrica, rodovias, portos e aeroportos, desde o início da implantação da política de desenvolvimento regional, a infra-estrutura da região é, presentemente, não só insuficiente e inadequada para dar suporte à atividade produtiva, como tende a se constituir em um fator de agravamento das diferenças intra-regionais, face à má distribuição destes ativos na região.

e) **Reduzida qualificação da mão-de-obra regional** – Num contexto no qual o conhecimento e a mão-de-obra qualificada constituem-se a base para o avanço de novas atividades produtivas e o suporte para o dinamismo das economias mais modernas, a força de trabalho no Nordeste caracteriza-se pelo número reduzido de anos de escolaridade e pela carência de especialização em áreas cada vez mais estratégicas para o desenvolvimento das atividades mais dinâmicas. Deste fato, decorre um estrangulamento importante cuja superação pode garantir o surgimento e consolidação de atividades empregadoras e dinâmicas. A este respeito é suficiente considerar que em 2002, de acordo com o IBGE (PNAD), a população ocupada no Nordeste, de 10 anos e mais, tinha uma média de anos de estudos correspondente a 5,2 anos. Esta média é menor que a nacional, de 6,9 anos, e bem menor que a registrada para o Sudeste (7,8 anos) e para o Sul (7,3 anos).

f) **Baixo grau de integração e lento processo de modernização da estrutura industrial da região** – Com uma estrutura industrial muito diversificada e heterogênea, da perspectiva tecnológica, a região apresenta uma parcela importante da sua atividade manufatureira com reduzido dinamismo e baixo grau de modernização tecnológica, do que decorrem dificuldades crescentes na competição com a produção importada e com a de outras regiões mais industrializadas. Associa-se a isto o reduzido grau de integração do setor industrial e deste com os demais setores da economia regional. A identificação dos elos que faltam nas cadeias e nos arranjos produtivos locais é condição prévia para o processo de integração da estrutura produtiva regional e para a constituição de complexos e pólos produtivos capazes de permitir um maior dinamismo e competitividade à economia regional.

### 2.2.2 Estrangulamentos científicos e tecnológicos

Com relação à área da ciência e da tecnologia, o que é relevante considerar são os seguintes desafios:

a) **Reduzida capacidade da região na geração, absorção e difusão de informações e conhecimento científicos e tecnológicos** - Este desafio tem relação não só com o reduzido nível formal de escolaridade da população e, sobretudo, dos responsáveis pela gestão das empresas nas mais diferentes atividades produtivas, mas com a dimensão e capacidade dos sistemas regionais de geração e difusão de novas e modernas técnicas e processos de produção.

b) **Desarticulação entre o sistema de geração e o setor produtivo** - Embora reduzido em termos quantitativos, quando são considerados os recursos humanos, as instalações e meios disponíveis, existe, na região, nas universidades e centros de pesquisa, uma capacidade instalada que produz conhecimento e tecnologia que poderia ser utilizada, mais intensamente, pelo setor produtivo. Não obstante, prevalece, historicamente, uma desarticulação entre a área que produz e a que, potencialmente, poderia utilizar tais conhecimentos e técnicas, a qual necessita ser superada.

c) **A existência de grande defasagem tecnológica em importantes segmentos produtivos da região** – Em segmentos de praticamente todos os setores produtivos da região, existe defasagem entre os processos produtivos que aqui são adotados e aqueles de outras regiões brasileiras e de países com os quais a região compete. Deste fato, vem decorrendo parte importante do isolamento do Nordeste tanto no mercado internacional como no mercado inter-regional; além disso, no próprio Nordeste, a produção regional tem sido afastada do mercado interno em razão de sua menor capacidade de competir com empresas de outras regiões ou de outros países.

d) **A presença de problemas específicos da região, como a sustentabilidade do desenvolvimento do semi-árido e outras sub-regiões nordestinas, cuja solução passa pela geração e difusão de tecnológica** – Nestes casos, há uma demanda ou necessidade de conhecimento científico e tecnológico que, embora presentes em determinados centros de pesquisa, necessita ser apoiado e complementado em diferentes áreas, como as novas tecnologias de biogenética e manejo ambiental, além de sua difusão junto aos potenciais usuários.

### 2.2.3 Problemas sociais

Caracterizada como a região de mais baixo nível de renda do País, o Nordeste registra a presença de um grande contingente de população situada abaixo da linha de pobreza, que, sem dúvida, constitui o maior dos desafios na concepção de uma estratégia que pretende implantar o esforço de desenvolvimento regional sustentável, o que significa considerar, como ponto focal, a inclusão social. A análise deste grande desafio social permite sua desagregação em diferentes aspectos:

a) **Reduzido acesso, de parcela relevante da população economicamente ativa, ao trabalho produtivo e, em conseqüência, à renda** – A base econômica estreita em relação à população, seu lento crescimento nas últimas décadas e a grande vulnerabilidade de segmentos importantes da estrutura produtiva regional são aspectos que determinam, em grande parte, as dificuldades da força de trabalho regional no mercado de trabalho, tanto no que se refere ao emprego como às condições de trabalho e de remuneração. Do lado da oferta da força de trabalho, deve-se levar em conta seu crescimento ainda intenso, que decorre da dinâmica das faixas da população jovem, que está entrando no mercado de trabalho e que está associada às altas taxas de natalidade vigente em décadas passadas. A presença crescente do desemprego, do subemprego e da sub-remuneração traduz bem este problema.

b) **Insuficiente qualidade da educação oferecida** – Apesar do progresso ocorrido no sistema educacional da região, nas últimas décadas, particularmente no que se refere à sua cobertura junto à população urbana e rural, são acentuadas as deficiências do referido sistema, associadas, entre outros fatores qualitativos, não só a problemas nas instalações das escolas e do material escolar, mas à qualificação dos professores e seus baixos níveis de remuneração. Algumas informações sobre o nível de formação dos professores, obtidas no censo escolar (MEC-INEP) para 2003, mostram as diferenças marcantes entre o Nordeste e a média brasileira e outras regiões. No Nordeste, no ensino médio e médio profissionalizante, do total das pessoas que exerciam funções docentes, cerca de 82,8% tinham curso superior completo. A média brasileira era de 90,2%, a do Sudeste era de 95,5% e do Sul cerca de 91,6%. Em alguns estados nordestinos, este percentual fica abaixo de 75%. No que se refere ao ensino fundamental de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries, o referido percentual no Nordeste alcança 20,4%, enquanto o Brasil registra 36,1%, o Sudeste cerca de 49,7% e o Sul aproximadamente 51%.

c) **Elevadas taxas de analfabetismo e a presença marcante do analfabetismo funcional** – Com as taxas de analfabetismo mais altas do País e com a existência, mesmo entre os que freqüentaram escola, do analfabetismo funcional, a população da região caracteriza-se por sua grande vulnerabilidade tanto em relação ao mercado de trabalho, cada vez mais exigente, quanto à qualificação, como no contexto de uma sociedade na qual ler e escrever constituem pontos centrais da convivência e da ascensão social. No que se refere ao analfabetismo funcional<sup>5</sup>, no Nordeste a taxa registrada, em 2002, com base nos dados da PNAD, alcançava 40,8%, entre a população de 15 anos e mais. A média nacional, na época, era de 26%. No Sudeste era de aproximadamente 19,6% e no Sul alcançava 19,7%.

d) **Índices elevados de morbidade e mortalidade** – Não obstante os avanços ocorridos no que se refere à redução da mortalidade geral e infantil e no que diz respeito à expansão de importantes programas de assistência à saúde (vacinação e programas de saúde da família), os indicadores nordestinos são extremamente baixos, dadas as condições de pobreza, de um lado, e as deficiências e precariedade do sistema nacional de saúde, de outro.

e) **Baixos padrões de saneamento e hígidez ambiental** – As condições das habitações nordestinas, apesar da melhoria ocorrida nos serviços de abastecimento de água e de energia elétrica, caracterizam-se, ainda, pela inexistência, em parcela significativa das moradias, de água potável e, sobretudo, de esgotamento sanitário. Os indicadores regionais, neste particular, distanciam-se, significativamente, da média nacional e mostram que parte significativa desses déficits localiza-se, neste particular, no Nordeste.

f) **Expressivo déficit habitacional** – Com a desaceleração do esforço que, na fase de crescimento mais intenso da economia nacional e regional, o setor público realizou na construção de habitações populares, o Nordeste vem registrando aumento significativo, nas últimas décadas, do déficit habitacional que, presentemente, alcança não só os grandes aglomerados urbanos, mas se difunde nos municípios de menor porte.

g) **Baixa propensão da população da região às atividades associativas e à mobilização social** – Embora estejam presentes na região experiências exitosas de associativismo e de mobilização social, tanto no meio urbano como no meio rural, predomina, no Nordeste, uma reduzida participação da população nos centros de decisões mais relevantes,

---

<sup>5</sup> O analfabetismo funcional, é definido pelo IBGE, de acordo com a UNESCO, como a população que tem menos de 4 anos de estudos – pois se considera que o processo de alfabetização somente se consolida, de fato, entre as pessoas que completaram a 4ª série, em razão das altas taxas de regressão ao analfabetismo entre os que não concluíram tal nível de ensino –.

através da presença de lideranças e atores sociais representativos dos interesses mais gerais da população.

#### **2.2.4. Problemas Sub-regionais**

Apesar da reconhecida unidade cultural do Nordeste, é importante que se saliente a existência de uma grande heterogeneidade espacial da região, que comporta sub-regiões com diferentes dinamismo, nível de renda, relações de trabalho e formas de vida. As informações apresentadas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional mostram as diferenças marcantes na dinâmica das economias sub-regionais do Nordeste.

a) **Os Problemas do semi-árido.** A presença do semi-árido, pela sua dimensão territorial e pela importância do contingente demográfico que nele reside, apresenta desafios da maior relevância que influem, significativamente, na dinâmica social e econômica da região. Entre eles cabe fazer referência aos seguintes:

- (i) a presença de uma agropecuária muito vulnerável às condições climáticas, da qual depende parte significativa da população sub-regional, dá lugar a profundas crises sociais e econômicas quando da ocorrência das secas, o que, simultaneamente, torna inviável um processo sustentável de acumulação de capitais e reservas por parte do produtor;
- (ii) inviabilidade de muitas das atuais formas de produção dominantes no Semi-árido, que se mostram inadequadas às suas peculiaridades, dependentes de conhecimento e informação que leve a novos processos produtivos, tecnologia e capacitação da população;
- (iii) o isolamento de grande parte das populações do semi-árido, a presença marcante da cultura de resignação em relação à precária situação vigente, o reduzido nível de participação nas decisões, a dependência econômica em relação aos grandes proprietários e dirigentes políticos constituem condições propícias à consolidação de formas de atuação do poder público pautadas pelo assistencialismo e pelo clientelismo e que constituem obstáculos significativos às



transformações que se fazem necessárias para o processo de desenvolvimento econômico e social da sub-região;

- (iv) embora a concentração fundiária e as dificuldades do acesso à água não constituam, no Nordeste, aspectos específicos do semi-árido, destes fatos resultam a exclusão social de parcela da população do semi-árido, parte do clientelismo antes referido, além da consolidação de relações de trabalho extremamente adversas para os que não têm acesso a tais meios de produção.

b) **Os Problemas da Zona da Mata.** Os desafios da Zona da Mata abrangem tanto a sua parte setentrional quanto a sua porção localizada na Bahia. Não obstante as transformações pelas quais vem passando a atividade produtiva na Zona da Mata, sobretudo quando se considera a sua parte compreendida pelos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba e Rio Grande do Norte, vale o destaque para sua grande concentração demográfica e para a precária condição de vida e de trabalho de parcela importante da população da sub-região. A reduzida diversificação da atividade produtiva associada à grande dependência que a sub-região possui, ainda, em relação à economia canavieira, não tem permitido a geração de emprego e renda de modo a reverter as taxas de desemprego e subemprego estrutural e sazonal que caracteriza a sub-região. Agregue-se a isto a grande concentração da propriedade rural.

c) **Os Problemas do Cerrado.** Constituindo-se em uma fronteira produtiva na região, esta sub-região vem transformando-se numa área produtora de grãos, voltada, sobretudo, para o mercado externo. Não obstante os avanços econômicos, a dotação de infraestrutura, notadamente de transporte, de energia elétrica e de equipamentos urbanos, pode-se transformar em um estrangulamento à continuidade do crescimento da sub-região. Ao lado desses aspectos é importante considerar a necessidade de reduzir os conflitos entre o intenso crescimento da produção e os processos produtivos adotados, de uma parte, e a questão ambiental, vinculada ao solo e à cobertura vegetal, de outra.

d) **Os Problemas da Rede Urbana da Região.** A característica marcante da rede urbana do Nordeste reside na grande concentração da produção de bens e de serviços, dos investimentos e da população nos grandes aglomerados urbanos (regiões metropolitanas e centros regionais), de reduzido número, e a crescente fragilidade da rede, por um grande número de médios e pequenos aglomerados, à medida que se avança para o interior da região. Disto vem resultando, sobretudo, as dificuldades de disseminação espacial do

desenvolvimento econômico e social, que tende a se restringir aos espaços dos grandes e poucos aglomerados que comandam a rede de cidades e a vida econômica e política da região.

### **2.2.5. Problemas Ambientais**

No contexto de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do Nordeste, as peculiaridades da região no que se referem ao meio ambiente exigem uma atenção especial com a dimensão ambiental e a clara explicação dos grandes desafios que se apresentam, neste particular. Dentre outros, vale o destaque para os seguintes desafios ambientais da região:

a) **O processo de desertificação** – Entendido como a degradação dos solos e dos recursos hídricos, da vegetação e da biodiversidade, além da redução da qualidade de vida da população afetada, o processo de desertificação vem ocorrendo, sobretudo, no semi-árido, traduzindo-se em indicadores ambientais negativos, como a erosão dos solos, empobrecimento da caatinga e extrema degradação dos recursos hídricos.

b) **A degradação ambiental dos grandes aglomerados urbanos** – Associada, sobretudo, aos problemas e às deficiências do sistema de saneamento básico, notadamente o despejo inadequado de resíduos e a sua deficiente gestão dos resíduos sólidos, a degradação ambiental marca grande parte dos aglomerados urbanos na região, notadamente os de maior dimensão demográfica.

c) **A degradação ambiental de importantes ecossistemas** – Neste caso, tal processo vem concentrado-se: (i) nas áreas litorâneas, em particular em que vem ocorrendo a urbanização acelerada e a intensificação dos fluxos turísticos; (ii) nas matas ciliares; (iii) nos mangues e estuários, associados ao processo de urbanização e ao desenvolvimento de atividades produtivas; (iv) nos rios da região, em particular o São Francisco.

### 3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES

As tendências vistas anteriormente só deverão mudar caso o problema regional seja colocado como um problema nacional. A elaboração da PNDR foi o primeiro passo nessa direção, ou seja, olhando os desníveis regionais em todas as regiões brasileira, onde o Nordeste é colocado realmente como prioridade dada a dimensão dos desafios a superar.

Depois de uma longa experiência de planejamento regional, o Nordeste não só apresenta grandes desafios, que estão a exigir uma atuação cada vez mais intensa e coordenada das diferentes esferas de governo, como registra oportunidades e potencialidades significativas que podem constituir-se a base para superação dos seus graves problemas econômicos, sociais e ambientais.

Tais desafios e potencialidades estão presentes em todas as dimensões da realidade regional e deverão ser considerados como pontos fundamentais na formulação da estratégia que deve orientar a ação futura das diferentes esferas governamentais.

O que se faz a seguir é sintetizar as tendências já vistas anteriormente, na construção de um cenário tendencial para os períodos de 2010, 2015 e 2025, e ao mesmo tempo resumir os desafios e as potencialidades ou oportunidades, consideradas da maior relevância para a discussão e concepção dos rumos e diretrizes que deverão ser seguidas no futuro imediato.

#### 3.1 Cenário Tendencial do Nordeste

Os capítulos anteriores apresentaram as tendências do contexto externo e as características internas no Nordeste que preparam as condições para o desenvolvimento futuro da região (aproveitando as oportunidades). A depender da intensidade e forma que apresentem as tendências no futuro, podem ser definidos dois cenários para o Nordeste: primeiro, um **cenário tendencial**, que expressa a continuidade da evolução recente da região, decorrente da ausência ou baixa eficácia das políticas e estratégias de desenvolvimento regional; segundo, o **cenário normativo** (ou desejado), que expressa o futuro que decorreria da efetiva implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, enfrentando os desafios e aproveitando as oportunidades, de modo a se inserir positivamente no contexto externo.

Os dois cenários partem de uma configuração futura do contexto externo praticamente igual (mundial e nacional), diferenciando-se a partir das distintas hipóteses sobre os processos internos, particularmente no que se refere à capacidade de implementação de políticas de desenvolvimento, o que pressupõe uma postura política da sociedade regional e uma capacidade técnica e gerencial de execução de programas e projetos de desenvolvimento. As tendências exógenas apresentadas no capítulo anterior se traduzem, de forma simplificada, pelos seguintes processos:

1. processo irregular e moderado de globalização da economia e de integração comercial com a formação de blocos, contendo a recuperação e consolidação lenta do MERCOSUL e início da criação da ALCA, que tende a gerar, no território nacional, forças centrípetas que podem levar a uma fragmentação da economia nacional;

2. lenta recuperação da economia brasileira, com crescimento moderado mas sustentado a partir de 2007 e rápida modernização da estrutura econômica e da base tecnológica, redefinindo as condições de competitividade regional;

3. pequena redução da restrição da poupança interna, particularmente da poupança pública, ampliando as possibilidades de investimento, associada, contudo, a um movimento de diminuição dos subsídios e incentivos por parte do Estado, podendo moderar alguns incentivos regionais;

4. ampliação da presença do setor privado nos investimentos estruturadores de infra-estrutura e logística (projetos que exigem altos investimentos e longo período de maturação), apoiados pelo sistema PPP – Parceria Público-Privada, o qual tende a se concentrar em regiões de maior desenvolvimento e, portanto, de maior possibilidade de retorno e rentabilidade econômico-financeira;

5. intensificação da concorrência e da pressão competitiva entre as regiões, favorecendo aquelas com melhor base tecnológica, maiores níveis de escolaridade e qualificação e mais ampla infra-estrutura e logística, situando o Nordeste em condições desfavoráveis;

6. fortalecimento das unidades da federação e da concorrência entre os Estados do Nordeste, estimulando certo isolacionismo dos governos estaduais e dificultando a formação de um sentimento e, principalmente, de um projeto macrorregional de desenvolvimento.

O cenário tendencial do Nordeste decorre da hipótese de fortes limitações na definição e implementação de um projeto nacional que contemple uma estratégia de desenvolvimento diferenciado da região, nos termos propostos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional; vale dizer, uma política nacional que aproveite a diversidade regional do País e promova o desenvolvimento diferenciado das regiões com base nas suas potencialidades, neutralizando as tendências de concentração regional que acompanham a inserção mundial da economia brasileira e os impactos de políticas setoriais que reforçam a eficiência e competitividade econômicas nacionais. Desta forma, o cenário tendencial resultaria de uma realidade política que não permitiria a efetiva implementação da PNDR, seja por falta de prioridade seja por restrição financeira, passando a tratar o território nacional como se fora homogêneo e dispensasse o papel indutor do Estado no processo de erradicação da pobreza e dos desníveis inter-regionais de desenvolvimento.

Esta situação reflete também uma limitada capacidade de organização e influência política do Nordeste na formulação das políticas nacionais, pela dificuldade da recomposição de uma coalizão de vontades, que reafirme o Nordeste perante a Nação brasileira, porquanto os principais atores sociais (especialmente os governos estaduais) prefeririam agir isoladamente.

Nessas condições, o Nordeste apenas acompanha o crescimento da economia nacional, conservando a sua participação relativa no PIB brasileiro e na renda *per capita*, embora de forma muito segmentada e diferenciada internamente, convivendo com áreas e sub-regiões dinâmicas e integradas e espaços estagnados e desarticulados do movimento geral da economia nacional e regional. Nos próximos vinte anos, a economia nordestina deve crescer cerca de 4,47% ao ano, na média, semelhante ao ritmo da economia brasileira, mantendo a participação de, aproximadamente, 13,51% no PIB nacional (embora possa flutuar no período), com uma evolução mais lenta nos primeiros anos e aceleração nos últimos dez anos. Com uma taxa média de crescimento de 3,5% nos primeiros cinco anos, aumenta para 4,6% no quinquênio 2010/2015 e se acelerando para taxa de 5,2% na média dos últimos dez anos (2015 a 2025).

Este movimento resulta das restrições estruturais, que impedem o crescimento inicial, o qual só se amplia ao longo do tempo, na medida em que tais restrições vão sendo superadas e são retomadas taxas mais elevadas de investimento. Apesar de acompanhar o PIB do Brasil, o PIB *per capita* do Nordeste cresce mais do que o brasileiro, na medida em que sua população tende a registrar evolução mais lenta, em grande parte devido ao processo de

emigração; assim, partindo de 48,79% do PIB *per capita* do Brasil, em 2005, o indicador nordestino aumenta lentamente, chegando a pouco mais de 50%, em 2025 (ver detalhe dos indicadores comparados e sua evolução no cenário tendencial na tabela a seguir).

Em termos absolutos, o PIB do Nordeste cresce de R\$ 181 bilhões em 2005 (estimativa partindo do dado oficial para 2002), para R\$ 497,93 bilhões em 2025, ao mesmo tempo em que o PIB per capita evolui de, aproximadamente, R\$ 3.565,00 para cerca de R\$ 8.096,00, no final do período. Nos mesmos 20 anos, o PIB do Brasil também quase triplica, passando de R\$ 1.346,00 bilhões para algo próximo de R\$ 3.684,00 bilhões de reais, em 2025. Com o crescimento, mesmo moderado, da economia, a taxa de desemprego aberto tende a declinar lenta mas de forma continuada, tanto no Nordeste quanto no Brasil, chegando em 2025 em torno de 5% da PEA, apesar do leve aumento da produtividade do trabalho.

A modernização e integração mundial da economia brasileira, acompanhadas de avanços tecnológicos e aumento da produtividade do trabalho, tendem a beneficiar as regiões de maior vantagem competitiva em detrimento do Nordeste, processo apenas moderado pela implementação de limitadas e insuficientes políticas e incentivos regionais. As restrições de recursos públicos e a utilização do sistema PPP – Parceria Público-Privado podem acentuar este movimento, na medida em que, mesmo com garantias governamentais, os capitais privados preferem os investimentos nas regiões de retorno maior, mais rápido e mais seguro. Com a insuficiência dos investimentos estruturadores que criam externalidades econômicas, os investimentos no Nordeste seriam inferiores ao fluxo de capitais das regiões com maior vantagem competitiva. Desta forma, e considerando as limitações de competitividade do Nordeste, a região conservaria uma participação modesta nas exportações brasileiras, excetuando algumas sub-regiões de intenso crescimento e produção de *commodities*, como os grãos e pecuária dos cerrados, a mínero-metalurgia da Bahia e do Maranhão, além do turismo. A tabela abaixo mostra uma representação aproximada da evolução futura da economia e dos indicadores sociais do Nordeste no cenário tendencial.

**Tabela 2 – Indicadores do Cenário Tendencial**

VARIÁVEIS	2002	2010	2015	2025
PIB Brasil (R\$ bilhões)	1.346,0	1.772,4	2.219,4	3.684,5
Taxa média anual de crescimento do PIB do Brasil (%)		3,5	4,6	5,2
PIB Nordeste (R\$ bilhões)	181,9	239,5	299,9	497,9
Taxa média anual de crescimento do PIB do NE (%)		3,5	4,6	5,2
Participação do NE/Brasil (%)	13,5	13,5	13,5	13,5
População Brasil (mil)	184.184,3	196.834,1	208.468,0	230.138,9
População Nordeste (mil)	51.019,1	53.904,5	56.558,2	61.497,4
População Nordeste/Brasil (%)	27,7	27,4	27,1	26,7
PIB-Per Capita do Brasil (R\$)	7.307,9	9.004,7	10.646,0	16.010,1
PIB-Per Capita do Nordeste (R\$)	3.565,3	4.443,6	5.303,0	8.096,8
PIB-Per Capita NE/Brasil (%)	48,8	49,6	49,8	50,6
PEA Brasil (mil)	83.243,2	94.480,4	104.234,0	119.672,2
PEA Nordeste (mil)	22.515,5	24.796,1	27.148,0	30.748,7
População Ocupada Brasil (mil)	75.458,2	86.000,0	98.200,0	113.400,0
População Ocupada Nordeste (mil)	20.300,0	22.800,0	25.600,0	29.200,0
Tx de desemprego aberto BR (PEA ocupada/PEA total)	9,4	9,0	5,8	5,2
Tx de desemprego aberto NE (PEA ocupada/PEA total)	9,8	8,1	5,7	5,0
Nível de escolaridade BR (anos médios de estudo)	6,4	7,2	7,9	9,9
Nível de escolaridade NE (anos médios de estudo)	5	5,8	6,6	8,7
Tx de analfabetismo BR (% na pop. de 7 anos e mais)	11,2	10,4	9,7	7,3
Tx de analfabetismo NE (% na pop. de 7 anos e mais)	22,4	20,3	18,1	13,5
Mortalidade infantil BRL (óbitos em mil nascidos vivos)	25,1	20,5	17,8	12,8
Mortalidade infantil NE (óbitos em mil nascidos vivos)	37,7	30,4	25,7	17,4
Domicílios com abastecimento de água BR (%)	82,5	88,3	92,8	100,0
Domicílios com abastecimento de água NE (%)	72,1	77,2	81,1	87,4
Domicílios com esgotamento sanitário BR (%)	48	55,6	62,1	77,6
Domicílios com esgotamento sanitário NE (%)	25,7	29,8	33,3	41,6

Fonte:

- (1) IBGE (dados de 2002, exceto PEA ocupada que é de 2001) e de Escolaridade, Esgotamento Sanitário e Abastecimento são de 2003 (PNAD 2002/2003).
- (2) Dado do PIB para 2005 foi considerado com base na informação oficial de 2002.
- (3) Dados de população são estimativas do IBGE até 2020 com projeção para 2025 com mesma taxa.

As condições de vida da população nordestina devem evoluir de forma muito lenta e com defasagem em relação ao desempenho dos indicadores sociais do Brasil, resultado direto do moderado crescimento da economia com fragmentação e diferenciação regional, agravado pela limitação dos projetos sociais e sua orientação para a compensação da pobreza. Embora algumas sub-regiões ganhem qualidade e nível de renda acima da média nacional, várias áreas pobres e desarticuladas dificultam a melhoria dos indicadores sociais da região. Apesar da implementação de alguns projetos regionais e de políticas sociais para as áreas pobres do Nordeste, especialmente o Semi-árido, tenderia a se acentuar a fragmentação territorial, com o aumento da distância econômica e social entre as sub-regiões.

Mesmo assim, a continuidade das políticas sociais, especialmente os projetos compensatórios para as regiões mais pobres, leva a uma melhoria lenta, mas continuada, da realidade social nordestina, mesmo nas áreas mais atrasadas e desarticuladas. Tende, assim, a ocorrer um lento processo de convergência dos indicadores com o desempenho brasileiro. Especialmente na educação, em que o Nordeste tem a maior defasagem em relação ao resto do Brasil, os avanços seriam importantes, mas abaixo da média do desempenho brasileiro. O nível de escolaridade do Nordeste deve subir dos atuais 5 anos médios de estudo (1,4 anos abaixo da média nacional) para 8,7 anos médios, em 2025, ainda 1,2 anos menos que a média brasileira tenderia a alcançar (9,9 anos), mas dois anos acima do atualmente registrado pela região Sul, o mais alto nível do Brasil. Por outro lado, a taxa de analfabetismo continua declinando, devendo cair quase 10 pontos percentuais nos 20 anos, chegando a 13,5% da população de sete anos e mais, em 2025, diante dos 22,4% atuais; mesmo assim, em 2025, o percentual de analfabetos no Nordeste ainda será o dobro da média nacional (devendo chegar a 7,3%) e do atual indicador da região Sul (5,9% da população).

Os outros indicadores sociais também seguem um processo de moderada melhoria, quase de forma inercial mas continuada: a mortalidade infantil declina de 37,65 óbitos em mil nascidos vivos (dado de 2002) para cerca de 17,4, em 2025. Mesmo assim, quase cinco pontos percentuais acima do que deve registrar a média nacional; o índice de abastecimento de água dos domicílios nordestinos chega a cerca de 87%, em 2025, 15 pontos percentuais acima do valor registrado em 2002 e ainda 13 pontos abaixo da média nacional. O percentual de domicílios com esgotamento sanitário (ligados à rede de esgoto) sobe de forma mais rápida, até porque está num patamar muito baixo, devendo chegar em 2025 com 41,6% (frente aos 25,7% de 2002), aumentando a diferença para a média brasileira, que deve alcançar em 2025 pouco mais de 77% dos domicílios.

### **3.2 Desafios do Nordeste**

Os grandes desafios que, no Nordeste, estão a exigir da sociedade e dos poderes públicos ações e a mobilização de recursos e meios para a sua superação dizem respeito, sobretudo, à dimensão econômica, à dimensão social, à tecnológica e ao meio ambiente. Em particular, não se pode deixar de assinalar, além dos já referidos, os grandes desafios sub-regionais, inclusive o representado pelo Semi-árido, que constitui, nesta parte do País, aspecto



marcante da realidade regional e que envolve parcela significativa da população que vive e trabalha na região. Portanto, para quebrar as tendências e o hiato que separam o Nordeste das regiões mais ricas do Brasil, é necessário enfrentar os desafios que são apresentados a seguir.

### 3.2.1 Desafios econômicos

As considerações feitas anteriormente e os estudos e as estratégias, recentemente elaborados para a região destacam, sistematicamente, a grande diferença que existe entre a estreita base econômica e a grande dimensão do contingente de população que dela depende. Com uma participação de 13% no produto interno brasileiro, o Nordeste registra uma população que representa 28% do total da população residente no País. Esta relação traduz não só as disparidades entre as diferentes partes do território, mas as dificuldades maiores que, na região, tem a população nordestina para obter renda e ocupação que lhe garantam condições de vida adequada. Além disso, tal relação permite que se faça uma avaliação não só das tentativas que foram feitas, há décadas, no encaminhamento de solução para a questão regional, como do grande hiato que necessita ser enfrentado no futuro, com o objetivo de reduzir as diferenças entre os brasileiros que vivem em distintas regiões do País.

Um dos maiores desafios da região consiste, portanto, na concepção de objetivos e na mobilização de meios para a ampliação da estreita base produtiva regional, da qual decorra a inclusão da população no processo produtivo através de relações de produção e de trabalho que lhe garantam melhoria substancial das condições de vida.

Embora constitua uma grande simplificação, pode-se afirmar que o grande desafio econômico do Nordeste reside na identificação dos meios e procedimentos que permitam a superação da **baixa competitividade da economia regional**, decorrente de vários fatores, com destaque especial para o limitado nível de escolaridade, os estrangulamentos na infraestrutura econômica, a deficiente capacitação da mão-de-obra, e o atraso na capacidade científica e tecnológica, além das limitações associadas à capacidade do empresariado regional. As limitações na competitividade regional são responsáveis pela **reduzida base produtiva da região** e se associam a uma **insuficiente agregação de valor** das cadeias produtivas regionais, limitando o crescimento da economia e da renda nordestinas. Alguns dos desafios econômicos estão apresentados, a seguir, de forma detalhada:

a) **Superação dos determinantes do reduzido crescimento da economia regional nas duas últimas décadas** – Para que o Nordeste consiga diminuir as disparidades em relação às regiões mais avançadas do país, é necessário obter taxas de crescimento econômico superiores às taxas do Brasil, de modo a reduzir as disparidades de renda em relação ao centro-sul. Para isso, deve-se garantir um volume de investimentos compatíveis com as necessidades que se quer alcançar

b) **A reestruturação do setor exportador e integração com a economia Nacional** – O desafio que se coloca é o de consolidar a participação de novas e mais dinâmicas atividades exportadoras que têm surgido na região, e de aumento significativo da competitividade dos produtos tradicionais. Constitui ponto central de um processo de inserção da economia regional no contexto mundial.

c) **Superação das carências de infra-estrutura econômica e integração aos pólos mais dinâmicos da economia regional** – O desafio, neste particular, consiste não só na obtenção de formas adequadas de financiamento para implantação e modernização da infra-estrutura econômica, como de adequação do sistema de transporte e do sistema de produção e distribuição de energia às novas demandas que as transformações econômicas, anteriormente assinaladas, criaram na região. Há ainda que considerar os grandes projetos que estão sendo negociados em, praticamente, todos os estados da região e que vão exigir infra-estrutura de rodovias, ferrovias e portos, adequada à crescente produção decorrente dos referidos projetos.

d) **A concentração e intensificação de esforços voltados para a qualificação da mão-de-obra regional** – O desafio, portanto, consiste em conceber políticas e mobilizar meios adequados para aumentar a escolaridade e a qualificação profissional da população regional no sentido de permitir-lhe uma inserção nas novas formas de produção que deverão ser consolidadas na região.

e) **Integração e modernização da estrutura industrial da região** – A superação desses aspectos deverá exigir a adoção de uma abordagem voltada para as cadeias e arranjos produtivos, bem como a criação de condições diferenciadas para a economia regional atrair investimentos industriais que permitam a integração da sua indústria e a obtenção de uma maior competitividade no mercado regional, nacional e internacional.

### 3.2.2. Desafios científicos e tecnológicos

Com relação à área da ciência e da tecnologia, os desafios são os seguintes:

a) **Ampliação e consolidação da capacidade da região na geração, absorção e difusão de informações e conhecimento científicos e tecnológicos** –

Este desafio tem relação não só com a necessidade de superação de processos produtivos tradicionais e do reduzido nível formal de escolaridade da força de trabalho e dos responsáveis pela gestão das empresas nas mais diferentes atividades produtivas, como com a necessidade de ampliação da capacidade dos sistemas regionais de geração e difusão de novas e modernas técnicas e processos de produção, e de sua adequação à demanda dos segmentos produtivos. Trata-se, portanto, de um lado, de ampliar significativamente o sistema de produção e difusão de tecnologia e, de outro, de adequá-lo a um sistema produtivo no qual prevalecem formas tradicionais e de reduzido grau de competitividade como de reduzido grau de escolaridade dos seus integrantes.

b) **Promoção da articulação entre o sistema de geração e o setor produtivo** – A superação dessa desarticulação e a adoção de estímulos, tanto da perspectiva da empresa, como do sistema de produção e difusão da tecnologia, para que encontrem formas adequadas de integração, constituem uma prioridade a ser considerada em qualquer estratégia de desenvolvimento da região.

### 3.2.3. Desafios sociais

Os desafios na área social requerem um grande esforço da nação, para sua superação, particularmente na Região Nordeste, onde são notórios os desníveis de qualidade de vida, quando comparados com outras macrorregiões, sendo relatados a seguir:

a) **Inclusão de parcela relevante da população economicamente ativa, ao trabalho produtivo e ao acesso à renda** – O desafio reside não só na obtenção de taxas de crescimento adequadas à demanda da força de trabalho regional, mas à adequação, também, do perfil da mão-de-obra regional à oferta de postos de

trabalho decorrentes da implantação dos novos empreendimentos, mais exigentes em qualificação.

b) **Aumento significativo da qualidade da educação oferecida** – O desafio será superar as deficiências das instalações das escolas e do material escolar, e, principalmente, a qualificação dos professores e incentivos aos profissionais de educação, sem os quais não haverá mudança na qualidade do ensino.

c) **Superação do analfabetismo** – A superação dessas condições exige a mobilização de pessoas, meios materiais e organizacionais que representam grandes desafios para o sistema educacional do País, em seus distintos níveis. Tais desafios tornam-se mais significativos quando se considera o fracasso de várias tentativas que foram desenvolvidas em sucessivos governos, com o objetivo de erradicar o analfabetismo em suas diferentes formas. Dado o tamanho do problema, no Nordeste o desafio ainda é maior.

d) **Redução dos elevados níveis de morbidade e mortalidade** – O fato de o Nordeste registrar, em 2003, uma taxa de mortalidade infantil de 41,7 crianças por mil nascidas vivas, comparativamente com a brasileira de 35,4, além de uma expectativa de vida de 66,7 anos contra 71,3 no Brasil, retrata as condições de vida da população, particularmente em relação à situação do sistema de saúde, ao nível de renda, ao emprego e às condições de domicílios, notadamente água e esgotamento sanitário. Tais aspectos mostram a complexidade dos desafios que têm que ser enfrentados para a melhoria das condições de saúde, que não se limitam ao sistema de saúde e abrangem desde as condições do mercado de trabalho à disponibilidade de infra-estrutura social e do seu acesso à população de baixa renda.

e) **Melhoria significativa dos padrões de saneamento e higiene ambiental** – O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil mostra que em 2000 cerca de 58,7% dos domicílios eram, no Nordeste, servido com água encanada e que, aproximadamente, 53% da população viviam de habitações com banheiro e água encanada. Os percentuais encontrados para o Brasil eram, nestes casos, respectivamente, 80,8% e 77%. São, portanto, significativos os esforços e os recursos que o poder público deve mobilizar, nos próximos anos, para obtenção de

padrões próximos aos vigentes, hoje, no Brasil e nas suas regiões mais industrializadas.

f) **Redução do déficit habitacional** – Estimativa recente realizada pela Fundação João Pinheiro sobre o déficit habitacional no País mostra que no Nordeste ele representaria, em 2000, cerca de 2,5 milhões de habitações, das quais 1,5 milhão no meio urbano e cerca de um milhão no meio rural. Essas cifras mostram a necessidade de mobilização de grandes somas de recursos financeiros e de concepção de formas organizacionais e institucionais adequadas para alcançar a população sem acesso à moradia, constituída, em sua maior parte, por populações de baixo nível de renda.

### 3.2.4 Desafios Sub-regionais

Vem-se constatando a ocorrência de enfraquecimento dos laços de integração, nas diferentes esferas da vida social e econômica. A crescente heterogeneidade espacial, na qual se consolidam sub-regiões dotadas de grande dinamismo e sub-regiões atrasadas e estagnadas, associada à presença de sub-regiões com intensa articulação com os fluxos e as dinâmicas internacional e inter-regional, vem acentuando os desafios, entre os quais, devem ser destacados os seguintes:

#### a) **Os desafios do semi-árido**

O semi-árido exige uma atuação articulada em suas diferentes dimensões (econômica, sócio-cultural, tecnológica e ambiental) e ao mesmo tempo a consideração de formas de sua integração às demais sub-regiões nordestinas, fortalecendo complementaridades tanto a partir das cadeias produtivas regionais, como dos arranjos produtivos locais que se voltam para demandas regionais e nacionais. O que se almeja, segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido, é o conceito de “Sustentabilidade Compartida”, que orienta e dá sentido ao desenvolvimento sustentável do Semi-árido. Entende-se a “Sustentabilidade Compartida” como o compromisso da Nação para com a sustentação das atividades humanas no Semi-árido, pensada na perspectiva de um processo que não pode estar restrito aos limites dessa região. Esse compromisso está em curso. Selado politicamente, ele implicará a manutenção de fluxos líquidos de transferências à região, com o objetivo de reduzir a pressão sobre os recursos locais, reconhecidamente frágeis e limitados no tocante aos usos

convencionais. Por isso, a convivência com a semi-aridez constitui um dos pressupostos básicos da Estratégia”.

#### **b) Desafios da Zona da Mata**

A reduzida diversificação da atividade produtiva associada à grande dependência que a sub-região possui, ainda, em relação à economia canavieira, não tem permitido a geração de emprego e renda, de modo a reverter as taxas de desemprego e subemprego estrutural e sazonal que caracterizam a sub-região. Agregue-se a isto a grande concentração da propriedade rural, não obstante as seguidas intervenções que têm ocorrido visando à reestruturação fundiária. Os desafios dizem respeito, entre outros aspectos, à introdução de novos processos produtivos, à diversificação da atividade econômica associada ou não à reforma agrária, à recuperação da estrutura produtiva tradicional sob novas bases e os esforços voltados para a recuperação dos rios e recursos hídricos em geral, constituem pontos relevantes na discussão da superação dos desafios sub-regionais.

#### **c) Os Desafios do Cerrado**

O grande desafio reside, de um lado, em garantir através de oferta de infra-estrutura econômica a continuidade do dinamismo, e, do outro, em redefinir as formas atuais de produção reduzindo, significativamente, os impactos sobre o meio ambiente, decorrentes dos processos produtivos que vêm sendo adotados há décadas.

#### **d) Os Desafio da Rede Urbana da Região**

Neste particular, uma proposta de desenvolvimento sustentável não pode deixar de considerar a identificação das fragilidades da rede urbana e o fortalecimento de centros intermediários a partir dos quais o processo de disseminação do desenvolvimento no espaço regional possa ser consolidado.

### **3.2.5. Desafios ambientais**

a) **A redução e estancamento do processo de desertificação** – A superação deste processo envolve não só a mobilização da população e a difusão do conhecimento a respeito da gravidade dos problemas, como a mudança radical

de processos produtivos e de práticas que vêm contribuindo para a aceleração do processo de desertificação.

b) **Controle dos impactos negativos no meio ambiente nos grandes aglomerados urbanos** – A superação desse problema envolve não só a realização de intensos programas voltados para o aumento da oferta de serviços de saneamento básico, mas a implantação de legislação e formas de controle que reduzam os impactos negativos sobre o meio ambiente.

c) **Redução dos impactos negativos sobre importantes ecossistemas** – Trata-se de um desafio que exige uma atuação complexa, adequada a cada um dos ecossistemas, e dispersa em vários espaços regionais.

### 3.2.6 Considerações adicionais

O conjunto dos desafios anteriormente considerados exige o tratamento simultâneo das diferentes dimensões. No que se refere aos desafios, não se pode deixar de considerar como um dos pontos centrais a ampliação da base produtiva regional, a superação do lento crescimento e a perda gradativa de sua competitividade, do que vem resultando o afastamento da produção regional de importantes faixas de mercado internacional, inter-regional e interno à própria região. Neste particular, os esforços deverão estar centrados na obtenção de um crescimento acelerado, na modernização da estrutura regional e na busca de maior competitividade. Para isto, os déficits atuais da infra-estrutura, sua inadequação aos novos segmentos dinâmicos que vêm se consolidando, constituem ponto central do esforço a ser desenvolvido no futuro imediato. Além disso, dificilmente estes objetivos serão concretizados sem o concurso de um eficiente e articulado sistema de produção e difusão de ciência e tecnologia, aliado à melhoria e ampliação do sistema de educação na região.

Os desafios apresentados pelas demais dimensões definem, também, condicionantes para a forma como devem ser concebidas a ampliação da base econômica e a modernização da estrutura da economia regional. A absorção da força de trabalho regional, a inclusão social e a melhoria das condições de vida da população definem, juntamente com os desafios ambientais, condicionamentos para o desenvolvimento sustentável, que deverá ser definido na estratégia a ser concebida.

### 3.3 Oportunidades de Desenvolvimento

Em contraposição aos grandes problemas e obstáculos para seu desenvolvimento econômico e social, o Nordeste possui, em suas diferentes dimensões, possibilidades e oportunidades que poderão, no futuro imediato, constituir suporte para que seja consolidada uma estratégia de desenvolvimento sustentável capaz de superar os grandes desafios que foram anteriormente considerados.

#### 3.3.1 Oportunidades econômicas

No que se refere à dimensão econômica, os debates e estudos realizados recentemente têm assinalado aspectos que não podem deixar de ser levados em conta nos cenários futuros da economia regional. De um modo geral, a grande oportunidade está associada a atividades dinâmicas e em expansão na economia regional e que podem desempenhar papel relevante na articulação e integração de elos de importantes cadeias produtivas que possam competir no mercado nacional e internacional:

a) **Disponibilidade de Incentivos Fiscais e Financeiros** – Uma das oportunidades que se apresentam para a promoção do desenvolvimento econômico do Nordeste é existência de incentivos fiscais e financeiros para alavancar a atração de investimentos para a Região.

Do ponto de vista fiscal, cabe ressaltar a presença dos “incentivos especiais” que permitem às empresas a utilização de parcela do imposto de renda devido, para reinversão na região em projetos de ampliação, modernização ou adequação de projetos industriais já instalados no Nordeste, cuja vigência foi estendida até 2023, para os casos de redução de até 75% do imposto a ser pago. Ainda do ponto de vista fiscal, enfatize-se a existência do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, cuja vigência estende-se até 2013.

Sob a ótica de mecanismos de financiamento de investimentos, destaque-se a existência do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, a ser gerido pela ADENE, a partir de recursos para esse fim consignados no Orçamento Geral da União. As características do FDNE são especialmente adequadas ao financiamento



de projetos estruturantes de grande porte, inclusive aqueles voltados para implantação de infra-estrutura. Outro mecanismo de grande importância é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, que é mais direcionado para atender pequenos e médios produtores. Aspectos importantes do FNE são a estabilidade dos recursos, pela sua inscrição em dispositivo constitucional, e a exigência legal da aplicação de metade dos seus recursos no semi-árido nordestino.

b) **Existência de um Mercado Consumidor Regional** – A presença na região de um contingente populacional superior a 50 milhões de habitantes dá a dimensão do mercado consumidor existente, pelo menos potencialmente. O incremento de uma política compensatória de transferências estáticas de renda para boa parte das populações pobres da região possibilitou, no curto prazo, uma expansão significativa, ainda que não sustentável no longo prazo, da demanda por consumo de bens de consumo não duráveis na região. A sustentabilidade dessa demanda, assim como a mudança do seu perfil, será obtida através da implantação da política de inclusão social produtiva e dos investimentos estruturadores e apostas estratégicas propostas nessa versão para discussão do PDNE.

c) **O surgimento e a consolidação de segmentos exportadores dinâmicos** – Neste caso, é importante considerar a presença cada vez maior, na pauta de exportação regional, de produtos industriais, entre os quais vale o destaque para a indústria de material de transporte (veículos), de papel e celulose, de petroquímicos, de produtos da indústria têxtil e confecções, além de minerais, de camarões, em vários Estados nordestinos, e de frutas tropicais, para fazer referência a alguns exemplos; com presença ainda tímida, tais produtos vêm, gradativamente, ganhando importância no total das exportações da região.

d) **A expansão e consolidação das atividades do pólo de turismo como fonte geradora de renda, emprego e divisas** – Mesmo em um contexto de reduzido crescimento da economia regional, as atividades do turismo – tanto formais como informais – vêm apresentando expansão considerável nos últimos anos, associada em grande parte à infra-estrutura de hospedagem e de aeroportos, que foi implantada nos últimos anos. O dinamismo dessas atividades deu lugar, também, à expansão de atividades complementares, associadas ao lazer, à alimentação e ao transporte, constituindo-se um importante complexo difundido em quase todos os estados nordestinos.

e) **Consolidação do terciário moderno e de pólos dinâmicos de serviços** – Tem-se desenvolvido no Nordeste um importante conjunto de atividades terciárias dotadas de maior dinamismo, com uma grande capacidade de geração de emprego e renda. Neste particular, cabe mencionar as cadeias produtivas concentradas no varejo moderno, nos serviços médicos, nos serviços voltados para a educação, nos de tecnologia da informação, nos serviços de logística, nos serviços de assessoria, consultoria e planejamento. Tais serviços não só são responsáveis pela geração de parcela importante dos empregos formais na região, como se têm mostrado dinâmicos, num contexto em que a economia regional registrou, em média, crescimento muito reduzido.

f) **A expansão e consolidação de conjunto complexo de atividades vinculadas à moderna produção agrícola irrigada** – Em diversos Estados nordestinos, nas últimas décadas, vêm consolidando-se cadeias produtivas vinculadas à agricultura irrigada, que compreendem, além de atividades industriais de beneficiamento dessa produção, os serviços modernos de comercialização, voltados tanto para o mercado externo como para o mercado interno.

g) **A existência de significativos pólos industriais voltados tanto para o comércio internacional como o regional e inter-regional** – Tais atividades, associadas à produção de químicos, petroquímicos, veículos, têxteis, mineração, papel e celulose, beneficiamento de grãos e produção de vinho, podem, no futuro imediato, ser complementadas através de ações específicas, voltadas para a implantação dos elos faltantes considerados significativos nas suas cadeias produtivas. Vale destacar, a partir de negociações recentes, a implantação de uma nova refinaria e de um estaleiro que seguramente reforçarão a consolidação das novas atividades que estão surgindo na região.

h) **O surgimento e expansão da produção de grãos e seu beneficiamento nas áreas de fronteira agrícola** – As atividades produtoras de grãos, voltadas tanto para o mercado interno como para a exportação, que se estendem por vários Estados nordestinos, deverão no futuro imediato expandir-se e constituir-se núcleos de cadeias produtivas bem mais complexas, atraindo atividades industriais e serviços no interior da região.

i) **A Existência de uma Indústria Cultural e de Entretenimento** – Outra oportunidade presente para a promoção do desenvolvimento regional é a

existência de uma crescente indústria cultural e de entretenimento, fortemente moldada na identidade regional expressa pela população nordestina. Com efeito, a cultura nordestina tem-se apresentado como um produto de significativo valor comercial, pela sua riqueza e singularidade, que começam a ser reconhecidas e valorizadas, tanto nacional quanto internacionalmente. Por outro lado, a indústria do entretenimento encontra uma fonte importante de alavancagem no crescente aproveitamento do potencial turístico da região. Políticas de fortalecimento da marca e do destino Nordeste podem contribuir fortemente para a geração de renda e emprego para a população nordestina, sem a exigência de investimentos de grande vulto para a sua concretização.

j) **A Existência de Infra-estrutura capaz de responder ao aumento da Produção** – O esforço de promoção da industrialização realizado no Nordeste nas décadas de 60 e 70 não descuidou da implantação de uma base de infra-estrutura que viabilizasse esse processo. Assim sendo, a região dispõe de uma razoável base de infra-estrutura e logística para suportar o seu processo de desenvolvimento. A malha rodoviária dispõe de considerável capilaridade, não sendo as suas deficiências diferentes daquelas encontradas no restante do País. Os equipamentos aeroportuários e portuários vêm sendo ampliados e modernizados para atender às necessidades da economia, com destaque para os aeroportos de Recife, Salvador e de muitos aeroportos de função regional, assim como para os portos de Suape e Pécem. A implantação da Ferrovia Transnordestina, do Corredor Multimodal do São Francisco e a duplicação da BR-101 constituem importante expansão da infraestrutura de transporte, sendo que o virtual esgotamento das possibilidades de geração de energia a partir de fontes hídricas constitui o principal desafio a ser superado em termos de suporte infra-estrutural para o crescimento da economia regional.

### 3.3.2 Oportunidades tecnológicas

Mesmo levando em conta a fragilidade do sistema de ciência e tecnologia e a sua falta de articulação com o setor produtivo, existe competência instalada, além de pesquisas e propostas que, trabalhadas e difundidas, podem resultar em apoio significativo no processo de

modernização da economia regional e fortalecimento desses segmentos dinâmicos. Assim, no que se refere às oportunidades presentes na região na área de ciência e tecnologia, vale lembrar, entre outras, as seguintes:

a) **O potencial existente no sistema de produção de ciência e tecnologia** – Sobretudo no que se refere aos recursos humanos (e, em alguns áreas específicas, às instalações e equipamentos), já existe na região um sistema produtor de ciência e tecnologia, não obstante as suas limitações, diante dos problemas que estão a exigir soluções nesta área. Além disso, como se fez referência, ocorre uma desarticulação entre tal sistema e os segmentos produtivos que demandam e necessitam de tais conhecimentos. Para se ter uma idéia desse potencial, é importante levar em conta que, de acordo com o CNPq, estavam registrados 6,2 mil doutores pesquisadores no Nordeste. Além disso, do total de doutores (número de doutores pesquisadores cadastrados, segundo os totais de cada região) em 2004 no Brasil, cerca de 13,9% estavam no Nordeste, enquanto o Sudeste registrava 55,5%, o Sul 20,5%, o Centro-Oeste 6,9% e o Norte 3,2%. Vale ressaltar que o total de investimento por doutor pesquisador não guarda grande diferença entre as regiões, no entanto quando se considera a população a diferença é marcante: no Nordeste, a relação entre pesquisador e população é de aproximadamente 126 pesquisadores por um milhão de habitantes, enquanto no Norte é de 106, no Sudeste 330, no Sul 353 e no Centro-Oeste 252.

b) **A crescente consciência dos setores público e privado da importância da ciência e tecnologia** – No que se refere ao setor público, existem políticas específicas, tanto no nível federal como no estadual, em algumas unidades da Federação, além da clareza de que a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social não pode ser obtida sem a estreita relação dos segmentos produtivos com o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Com relação ao setor privado, há a consciência cada vez maior de que o desenvolvimento científico e tecnológico é uma ferramenta fundamental no processo competitivo e na consolidação das atividades econômicas, num contexto de crescente integração nacional e internacional.

c) **A existência de Centros de Pesquisa Avançada na região** – A existência de centros de pesquisa avançada na região, a exemplo do de nanotecnologia em Pernambuco e os centros de pesquisa da EMBRAPA

(extremamente relevantes para o semi-árido), constitui elementos nucleadores para formatação na região do chamado setor produtivo do futuro, calcado na “economia do conhecimento”. Além disso, assinala-se a presença de considerável massa crítica nesses centros, a qual vem sendo constantemente ampliada pela ação de organismos federais e estaduais. A conjunção desses fatores representa o embrião de um ambiente industrial baseado na inovação e na cooperação como propugnado nessa proposta.

**d) Os Fundos Setoriais de Financiamento de Ciência e Tecnologia** – Os Fundos Setoriais de Financiamento de Ciência e Tecnologia representam grande oportunidade para o desenvolvimento tecnológico da região, dado que constituem recursos estáveis, com destinação específica, e exigência legal de aplicação de parcela mínima na Região. Vale salientar que o Nordeste não tem conseguido gerar projetos suficientes para aplicação da parcela que lhe é destinada por lei, ou seja, a região já tem legalmente assegurados os recursos necessários à ampliação da sua capacidade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), podendo valer-se dos mesmos para ampliar a sua capacidade de inovação e a qualificação dos seus recursos humanos.

### **3.3.3. Oportunidades sociais**

Não obstante a existência de grandes desafios sociais, estão cada vez mais presentes, na região, oportunidades e potencialidades sociais que devem ser consideradas na montagem de uma estratégia consistente de desenvolvimento econômico e social:

**a) Os avanços ocorridos na difusão de serviços sociais básicos** – Apesar de os indicadores sociais nordestinos serem, sem dúvida, mais baixos no contexto das regiões brasileiras, não se pode deixar de levar em conta os avanços ocorridos nos indicadores referentes à educação, mortalidade infantil e ampliação da cobertura em medicina preventiva. Isso ocorreu num contexto de uma economia regional praticamente estagnada e de uma crise fiscal e financeira do setor público, nas últimas décadas, e resultou de uma maior participação da população na definição dos gastos públicos, nas diferentes esferas de governo. A consolidação

do processo democrático na última década seguramente está associada a estes avanços, mesmo num contexto adverso.

b) **O potencial político e a identidade regional** – Tais potencialidades têm sua tradução, sobretudo, na representação da região no Congresso Nacional, na qual existem algumas lideranças com estreita vinculação com os interesses mais amplos da região. Some-se a isto, a identidade regional do Nordeste que, embora enfraquecida pelas disputas estaduais, expressa-se ainda no fato de a cultura regional constituir-se elemento fundamental no sentido de agregar e impulsionar processos de mobilização social e política.

c) **A Distribuição da Pirâmide Etária do Nordeste** – A região conta com uma maior participação de jovens no total da sua população do que aquela encontrada para o País como um todo. Tal constatação representa uma oportunidade, na medida em que as camadas mais jovens da população tendem a apresentar maior potencial para a qualificação e requalificação, por se encontrar no ápice de sua capacidade cognitiva, e menor grau de resistência a mudanças estruturais, pelo fato de que seus valores e projetos de vida não se encontram ainda totalmente formados e cristalizados. Por outro lado, as camadas mais jovens da população apresentam maior propensão ao empreendedorismo, elemento indispensável à promoção do crescimento econômico.

### 3.3.4. Oportunidades das sub-regiões

As oportunidades e potencialidades mais relevantes para uma proposta de desenvolvimento sustentável devem enfatizar o fato de que a grande diversidade regional – da perspectiva econômica, social, cultural e política – pode constituir vantagens significativas, entre as quais se destacam:

a) **Existência de três Regiões Metropolitanas** – A Região Nordeste conta com três Regiões Metropolitanas (Salvador, Recife e Fortaleza), capazes de estruturar o espaço em suas áreas de influência, a partir das quais se conforma toda uma rede de cidades, incluindo aglomerados urbanos de diferentes portes. As regiões metropolitanas dão à região o suporte de serviços urbanos de toda sorte (saúde, educação, lazer etc) que apóiam o desenvolvimento de sua economia. É

também a partir das regiões metropolitanas que se dá, em grande parte, a articulação do espaço nordestino com a rede de cidades do País como um todo, especialmente com as metrópoles de nível nacional, o que contribui para integrar funcionalmente os espaços regional e nacional.

**b) Inconformismo regional e nacional com as condições econômicas e sociais de parte significativa da população regional, notadamente do Semi-árido** – Há atualmente um reconhecimento de que as políticas e propostas até agora implantadas foram inadequadas ou insuficientes para a melhoria significativa das condições de vida da população nordestina, e de que é imprescindível que ocorram transformações econômicas e sociais. Isso tem gerado uma avaliação crítica das propostas que são apresentadas e a exigência de uma discussão profunda e conseqüente dos programas, projetos e obras que são apresentadas como soluções para os problemas sub-regionais.

**c) Disponibilidade atual de conhecimento científico e tecnológico sobre as sub-regiões nordestinas** – Estão disponíveis – nos centros de pesquisa, nas universidades e em algumas unidades produtivas – conhecimentos sobre as sub-regiões nordestinas, notadamente a Zona da Mata, os Cerrados e o Semi-árido, que permitem encaminhamento de algumas soluções importantes para vários dos seus problemas associados à atividade produtiva, à disponibilidade dos recursos hídricos e aos procedimentos necessários à preservação do meio ambiente. A difusão de tais conhecimentos e seu aprofundamento poderão, no futuro imediato, constituir apoio imprescindível para os avanços e mudanças próprias de uma estratégia de desenvolvimento sustentável;

**d) Disponibilidade de recursos naturais, de infra-estrutura e condições favoráveis de proximidade do mercado da Zona da Mata** – Não obstante o baixo nível de vida da população residente na Zona da Mata, além do conhecimento que se tem sobre suas potencialidades naturais, há uma grande disponibilidade de infra-estrutura econômica (transporte, portos, aeroportos, energia) na sub-região ou próxima a ela, que pode ser utilizada plenamente para o seu desenvolvimento. Por outro lado, caber registrar, também, que a sua proximidade em relação aos grandes aglomerados urbanos e em relação aos maiores mercados da região constitui uma vantagem locacional da maior relevância para o seu desenvolvimento futuro.

e) **O dinamismo e o grande potencial dos Cerrados** – Apesar de não dispor, ainda, da infra-estrutura econômica necessária para incremento e escoamento da sua produção, notadamente no que se refere aos grãos, é importante considerar a expansão recente do dinamismo econômico da sub-região, não só na produção agrícola como na montagem de uma moderna agroindústria voltada para a exportação e para os mercados internos. A articulação, com o restante do Nordeste, de uma ampla sub-região que compreende o oeste baiano e parte importante do Piauí e Maranhão, através de infra-estrutura de transporte, poderá dar lugar ao surgimento de importantes segmentos produtivos capazes de reverter o reduzido dinamismo e a grande instabilidade atual da agropecuária nordestina.

### 3.3.5. Oportunidades ambientais

No que se refere às oportunidades e potencialidades associadas à dimensão ambiental, vale considerar, entre outras, as seguintes:

a) **A crescente consciência ambiental** – Tal consciência, de âmbito mundial, vem-se difundindo em toda região e está associada, em grande parte, à adoção, por parte de parcela relevante da opinião pública nacional e internacional, de valores voltados para preservação e conservação do meio ambiente. É importante considerar, nas discussões internacionais recentes, os temas relevantes do Protocolo de Kioto, ao qual estão associados formas e mecanismos capazes de constituir estímulo fundamental a iniciativas voltadas para a sustentabilidade do desenvolvimento nacional e regional.

b) **Educação ambiental** – Tanto através dos meios de divulgação como do sistema educacional estão cada vez mais presentes na região conhecimentos e informações que consolidam, junto à população, sobretudo mais jovem, postura de respeito ao meio ambiente e à adoção de práticas que visam à preservação ambiental.

c) **Legislação e sistema de controle ambiental** - Os sistemas de controle ambiental, embora ainda frágeis, estão presentes e atuantes em muitas das unidades da federação, constituindo-se, em muitos casos, referencial que condiciona a natureza e os procedimentos de projetos produtivos.



d) **Crédito de Carbono** – Estimativas consideram que o mercado mundial de crédito de carbono pode atingir US\$ 13 bilhões de dólares nos próximos anos, possível de aproveitamento pelo Nordeste.

e) **Biomassa** – A geração de energia a partir de biomassa pode contribuir expressivamente para a superação das limitações de disponibilidade de energia no Nordeste. Além disso, representa importante oportunidade para a recuperação da indústria sucro-alcooleira da Zona da Mata, bem como se constitui uma oportunidade ímpar de afirmação do País no mercado internacional de energia de fontes de energia renováveis, sobretudo no que diz respeito à produção de álcool combustível. No semi-árido, a geração de bio-combustíveis a partir de mamona e outros cultivares adaptados às condições edafo-climáticas daquele espaço pode proporcionar incremento significativo da disponibilização de renda e trabalho para as populações locais.

#### 4. ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO PLANO

Neste capítulo é descrito um conjunto de elementos, em torno dos quais o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste foi estruturado. O primeiro é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional, que é o arcabouço de diretrizes, com o intuito de promover a redução das desigualdades regionais e a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras.

O segundo ponto estruturante foi o conhecimento da nova realidade regional, as novas tendências, as dinâmicas em curso, enfim como se configura a atual realidade da região Nordeste, tão complexa e diferenciada.

O terceiro elemento que estrutura e dá nexa ao Plano é a diversidade territorial e dos agentes sociais na Região Nordeste, onde a regionalização assume papel central na formulação de estratégias que tenham impacto no território.

Por fim, um ponto que não poderia ser desconsiderado é o papel que a rede de cidades exerce em qualquer estratégia de desenvolvimento do território atualmente. O crescente processo de urbanização e o papel que a cidade assume como prestadora de serviço e espaço de produção conferem a este elemento um importância vital para qualquer estratégia de desenvolvimento regional.

##### 4.1. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR

O marco referencial em que se insere o PDNE é o da *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. “A Política está voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. O ponto central da estratégia é valorizar a magnífica diversidade regional do país. Diversidade essa que se desdobra em múltiplas dimensões – ambiental, sócio-econômica e cultural, – e é capaz de servir de base a um desenvolvimento incluyente e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa” (MI, 2003).

A concepção de planejamento regional adotada nesse Governo pressupõe um encadeamento lógico e programático que começa na Política Nacional de Desenvolvimento

Regional, que explicita as decisões de caráter normativo. Elemento essencial desse processo é o entendimento de que as questões regionais não são de interesse exclusivo das áreas em que a PNDR aponta com prioritárias para intervenção, devendo, ao contrário, ser entendidas como elementos necessariamente articulados na formatação de um projeto nacional.

Nesta concepção, problemas de uma determinada macrorregião não são necessariamente derivados de elementos internos à mesma, nem sua superação contribuirá tão somente para o desenvolvimento de um determinado espaço, mas trará efeitos positivos para o País como um todo. Dito de outro modo, as soluções encaminhadas para os problemas regionais devem inserir-se funcionalmente numa estratégia de desenvolvimento nacional.

Podemos dizer que “enquanto certas áreas assistem a um uso intenso dos recursos disponíveis, outras vêm seus potenciais de desenvolvimento subutilizados. A configuração territorial, resultante desse mosaico de situações díspares quanto à inserção produtiva, conforma e reafirma situações de desigualdade entre indivíduos, empresas e regiões. Os desequilíbrios observados, no entanto, são passíveis de alteração pelo impulso de políticas de desenvolvimento regional” (MI, 2003).

Entretanto, para que essa intervenção possa redundar em mudanças concretas da realidade, é necessário focalizar os recursos disponíveis nos pontos que de fato podem contribuir para alterar a situação atual. Isso exige um esforço de *seletividade* que busca delimitar com maior precisão aqueles elementos de caráter estrutural, cuja transformação contribuirá para operar mudanças permanentes nas relações vigentes na Região quer no aspecto econômico, quer no social. Não se trata de negar, sobretudo em uma Região tão marcadamente afetada por carências de toda ordem, sobretudo as sociais, a dimensão dos problemas existentes, inclusive aqueles que demandam ações imediatas e, muitas vezes, de natureza compensatória, mas de delimitar claramente o espaço da política regional, como sendo o de encaminhar soluções para as questões de cunho estrutural.

#### **4.2 O Conhecimento de Realidade Regional**

Um segundo elemento estruturante da proposta para discussão aqui esboçada é o conhecimento da realidade regional. O Nordeste é, com certeza, a macrorregião do Brasil detentora da mais vasta e antiga experiência de planejamento. O acervo de conhecimentos assim acumulado, constitui uma base irrecusável de apoio para a formulação de uma proposta

de desenvolvimento regional. A atualização desse acervo, parcialmente prejudicado por mais de uma década de desmonte das estruturas de planejamento regional, constitui tarefa imediata para formatar um dos elementos estruturadores do PDNE. O entendimento das dinâmicas regionais (econômica, social, demográfica e espacial) e as repercussões recíprocas de cada um sobre as outras viabilizou a formulação de um robusto diagnóstico da Região, apresentado nas partes iniciais desse documento.

Mais que isso, com base no conhecimento da realidade foi possível projetar tendências futuras para a Região, caracterizando o que foi definido como cenário tendencial para o Nordeste. Foi também com essa base de conhecimento que se caracterizou sobre que elementos, e em que sentido, far-se-ia necessário atuar para alcançar as transformações desejadas e possíveis para a Região num determinado horizonte temporal, o que aqui se chamou de cenário desejado, constituindo uma imagem objetivo para o Nordeste.

Dessa forma, foram desenhados os desafios a serem superados, bem como as potencialidades de que se dispunha para tal, derivando-se daí as estratégias e as ações prioritárias sugeridas nessa versão do PDNE.

### **4.3 A Diversidade Territorial**

Como já foi aqui colocado, buscou-se apreender a diversidade presente no território nordestino, assumindo que tal diversidade é um dos potenciais de que se dispõe para a superação dos problemas regionais. Os resultados alcançados, sobretudo em ações desenvolvidas por organizações não governamentais, evidenciaram empiricamente a riqueza representada pela diversidade do território, bem como a necessidade de articular múltiplas escalas espaciais para maximizar o resultado dos esforços de promoção do desenvolvimento da Região.

Essa necessidade imperiosa de aproximação do território ficou particularmente clara quando se tratou da porção semi-árida do Nordeste, através do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido. Nesse espaço em particular, a abordagem mais aproximada do local, deixou bem claro o equívoco de tratar de uma grande área atingida pela semi-aridez, quando na verdade identificou-se diversos semi-áridos cada um a apresentar características próprias e a reclamar soluções diferenciadas e específicas para a promoção do seu desenvolvimento sustentável.

O esforço de aproximação do território e de apreensão de sua diversidade evidenciou a necessidade de conferir ênfase apropriada à dimensão espacial do planejamento regional, tantas vezes negligenciada nas experiências nordestinas sobre a questão. Tratar a região de forma homogênea, sem reconhecer a diversidade das comunidades locais e a pluralidade dos interesses sociais, é desconhecer um dado da realidade concreta.

Essa versão do PDNE configura um esforço de aproximar a ação proposta do “território” enquanto espaço social, sem contudo renunciar à visão macrorregional ou abandonar o caráter estratégico (seletivo) das soluções que aqui são lançadas para o debate com a sociedade.

A busca pela articulação em múltiplas escalas espaciais é uma tentativa de, ao tempo que se preserva a escala macrorregional, indispensável quando se pensa na articulação de um projeto nacional, permitir a apreensão da diversidade presente no território, que se constitui um dos principais potenciais disponíveis para a promoção do desenvolvimento quer regional quer nacional.

Dessa forma, o PDNE busca identificar o que é estratégico na região para a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, sendo a *REGIONALIZAÇÃO* o elo de ligação entre o que está proposto nos níveis normativo e estratégico e a ação efetiva, que se dará no território, *locus* específico da atuação dos atores sociais que em última instância constituem o objetivo do esforço de planejamento.

É a *REGIONALIZAÇÃO* que permite rebater no território as diretrizes e prioridades emanadas do nível estratégico e é a partir dela que se propõe ações e apostas estratégicas que representam o primeiro degrau no esforço de operacionalização do plano.

No caso específico do PDNE cabe ressaltar os elementos de regionalização derivados do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido, que supera a visão da existência de um espaço único caracterizado pela semi-aridez no Nordeste e reconhece a riqueza presente na diversidade dos diversos semi-áridos nordestinos.

A partir dessas premissas e considerando as características edafoclimáticas e sócio-econômicas do espaço nordestino foi que se estabeleceu a regionalização a seguir apresentada, sobre a qual serão localizadas as ações e apostas prioritárias desta proposta.

### 4.3.1 Regionalização

A Região Nordeste comporta sub-regiões com diferentes graus de dinamismo, níveis de renda, relações de trabalho e índices de qualidade de vida. As informações apresentadas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional mostram as diferenças marcantes na dinâmica das economias sub-regionais do Nordeste.

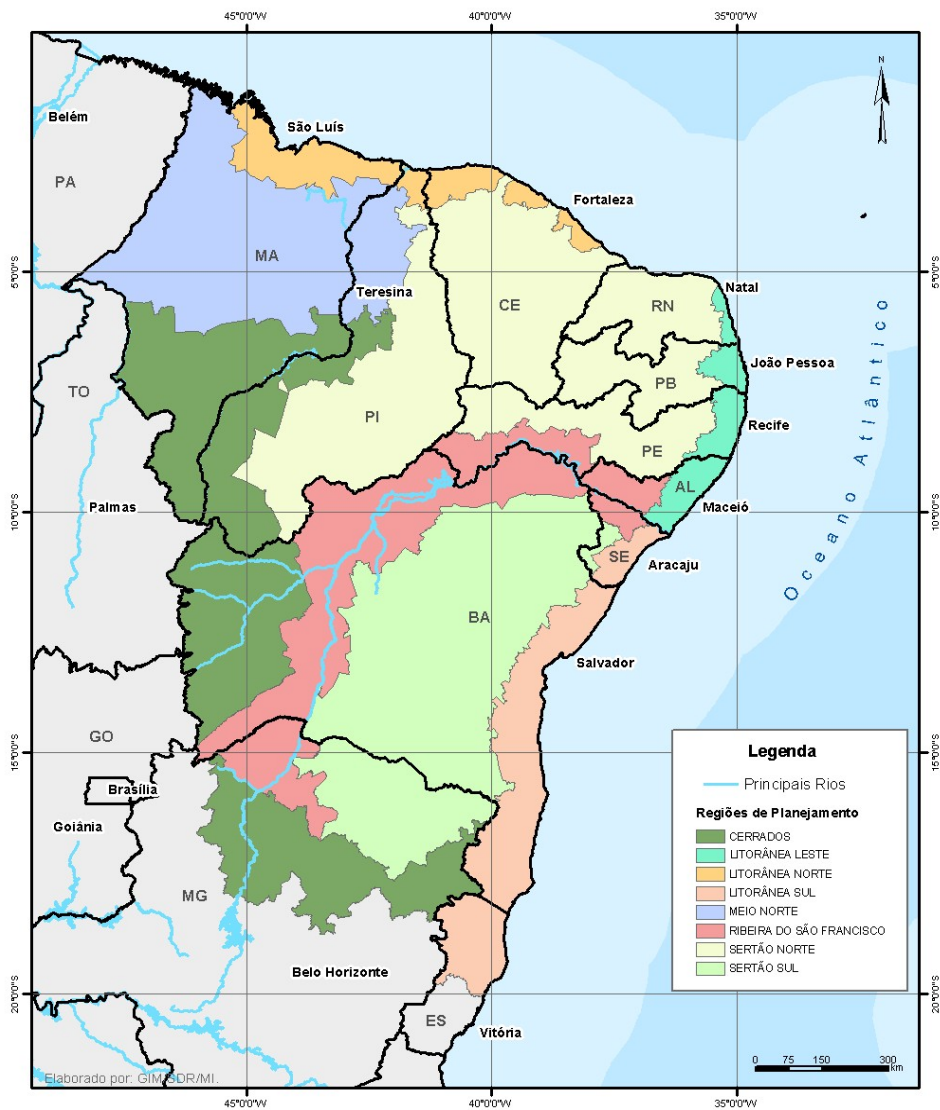
A estratégia espacial desse Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste compreende diferentes regiões de Planejamento (áreas-programa) e centros urbanos articuladores das redes de infra-estrutura, dos circuitos econômicos e dos sistemas hierarquizados de serviços públicos.

As regiões de planejamento da área de atuação da Adene foram identificadas pelos critérios de localização geográfica e pela problemática econômica e social (refletida na renda domiciliar por habitante e na taxa de crescimento do PIB). Elas são articuladas pela rede de cidades, em cujas áreas de influência estão contidas. A caracterização das regiões inclui também categorias relativas ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB), atividades econômicas predominantes (cadeias e arranjos produtivos) e condições naturais.

Assim, para fins do PDNE, a área de atuação da Adene foi dividida em oito regiões de planejamento ou áreas-programa estratégicas: Meio-Norte, Sertão Norte, Ribeira do São Francisco, Sertão Sul, Litorânea Norte, Litorânea Leste, Litorânea Sul e Cerrados (Cartograma 1).

## ÁREA DE ATUAÇÃO DA ADENE

### Regiões de Planejamento



Cartograma 1 – Área de Atuação da ADENE – Regiões de Planejamento

**Tabela 3 – Área de Atuação da Adene - Número de Municípios, Área, População, Densidade Demográfica e Taxa de Urbanização das Regiões de Planejamento em 2000**

Região	Município		Área		População Residente						Dens. Demog. (hab./km <sup>2</sup> )	Taxa de Urb. (%)
	N°	%	(km <sup>2</sup> )	%	Total		Urbana		Rural			
					hab.	%	hab.	%	hab.	%		
Meio Norte	190	9,4	226.830,2	12,6	4.791.319	9,0	2.968.963	8,0	1.822.356	11,1	21,1	62,0
Sertão Norte	701	34,5	435.154,7	24,2	11.533.487	21,6	6.804.319	18,4	4.729.168	28,9	26,5	59,0
Ribeira do S.Francisco	126	6,2	214.157,7	11,9	2.804.182	5,2	1.521.997	4,1	1.282.185	7,8	13,1	54,3
Sertão Sul	306	15,1	328.822,7	18,3	6.534.121	12,2	3.448.713	9,3	3.085.408	18,8	19,9	52,8
Litorânea Norte	83	4,1	60.242,5	3,4	5.181.671	9,7	4.163.999	11,2	1.017.672	6,2	86,0	80,4
Litorânea Leste	198	9,8	38.824,6	2,2	9.307.985	17,4	7.834.179	21,1	1.473.806	9,0	239,7	84,2
Litorânea Sul	257	12,7	133.868,0	7,4	10.715.099	20,1	8.674.319	23,4	2.040.780	12,5	80,0	81,0
Cerrados	168	8,3	359.164,6	20,0	2.560.694	4,8	1.639.255	4,4	921.439	5,6	7,1	64,0
<b>Área de Atuação da ADENE</b>	<b>2.029</b>	<b>100,0</b>	<b>1.797.065,0</b>	<b>100,0</b>	<b>53.428.558</b>	<b>100,0</b>	<b>37.055.744</b>	<b>100,0</b>	<b>16.372.814</b>	<b>100,0</b>	<b>29,7</b>	<b>69,4</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000.

#### 4.3.1.1 O Meio Norte

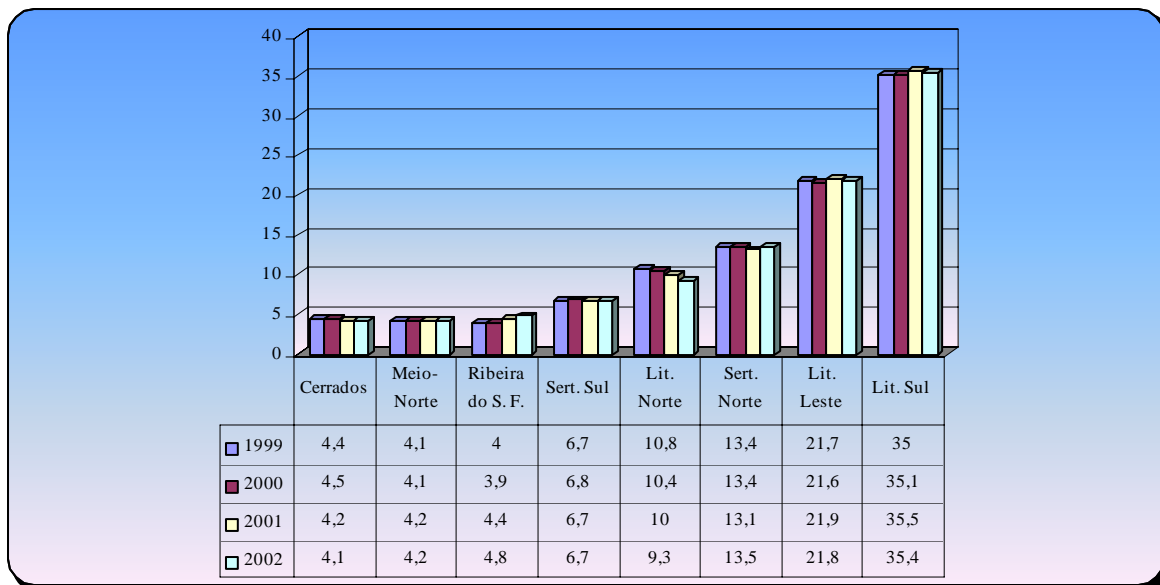
A região de planejamento do **Meio Norte** corresponde, grosso modo, à que recebeu do IBGE, em 1942 (IBGE, 1998, p. 1-40), a mesma denominação. Compreende a porção ocidental, ou, mais precisamente, a parte noroeste da Macrorregião Geográfica Nordeste. É formada pelas áreas centro ocidental do Estado do Maranhão e centro-oeste do Piauí.

Ocupa uma área de 226.830,20km<sup>2</sup> (Tabela 3), pertencentes a 190 municípios dos Estados do Maranhão (140) e do Piauí (50). Em 2000, a região continha uma população de 4.791.319 habitantes, dos quais 2.968.963 residentes em áreas urbanas, do que resulta uma densidade demográfica de 21,1hab./km<sup>2</sup> e uma taxa de urbanização de 62,0%.

O Meio-Norte é um segmento do território nordestino onde as suas microrregiões geográficas apresentam condições sociais e econômicas caracterizadas por baixo rendimento médio domiciliar por habitante e variação do PIB média e baixa, de acordo com a classificação da PNDR (MI, 2003). Trata-se, portanto, de uma região pouco desenvolvida e pouco dinâmica, exceto a microrregião Teresina, onde os rendimentos são um pouco melhores.

A participação da região no PIB da área de atuação da Adene em 2002 foi de apenas 4,2% (Gráfico 18), apesar de estar contida em 12,6% da área (Tabela 3) e abrigar 9,0% da população.

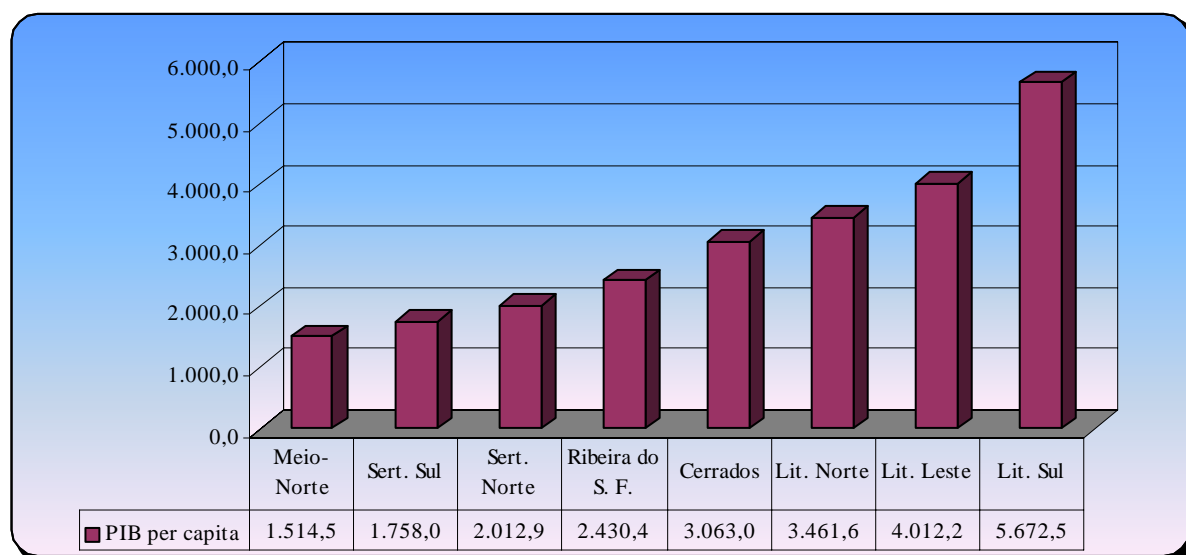




**Gráfico 18 – Evolução da Participação do PIB das regiões de Pla**

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 1999 – 2000.

O PIB *per capita* do Meio Norte é de apenas R\$1.514,48, em 2000, o menor entre todas as oito regiões de planejamento da área de atuação da Adene, corroborando sua classificação como uma região pouco desenvolvida (Gráfico 19).



**Gráfico 19 – PIB per capita, por regiões de planejamento da área da ADENE**

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 1999 – 2000.

De outra parte, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) médio do Meio Norte, em 2000, era de 0,573, o menor das oito regiões de planejamento. O fato é que o IDH-M menor do Meio Norte é coerente com a predominância de microrregiões geográficas de baixo rendimento médio domiciliar por habitante e média e baixa variação do PIB, conforme mapeado pelo Ministério da Integração na Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

As atividades econômicas mais importantes da região do Meio-Norte são as terciárias e secundárias. As primeiras são as dos subsetores comercial e de prestação de serviços e ocorrem nas cidades, variando em número e ordem conforme os seus respectivos níveis hierárquicos. Por sua vez, as atividades industriais encontram-se, principalmente, no aglomerado submetropolitano de Teresina-Timon (MA).

#### **4.3.1.2 A Região Litorânea Norte**

A região de planejamento do **Litoral Norte** situa-se na fachada costeira dos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, limitando-se a oeste com o Meio Norte, ao sul com o Meio Norte e o Sertão Norte, a leste com o Sertão Norte, e ao norte com o oceano Atlântico.

Com uma extensão territorial de 60.242,5 km<sup>2</sup> (Tabela 3), distribuídos por 83 municípios, dos quais 41 pertencentes ao Estado do Maranhão, 8 ao Piauí e 34 ao Ceará, a região Litorânea Norte possuía em 2000 uma população 5.181.671 habitantes, sendo 4.163.999 residentes em áreas urbanas e apenas 1.017.672 moradores rurais. Daí, resulta uma densidade demográfica de 86hab./km<sup>2</sup> e uma elevada taxa de urbanização de 80,4%, a terceira maior da área de atuação da Adene, superada apenas pelas taxas de urbanização das regiões Litorânea Leste (84,2%) e Litorânea Sul (81,0%).

As condições sociais e econômicas das microrregiões geográficas componentes da região variam de baixo rendimento e variação do PIB média e baixa, passando por médio rendimento e variação do PIB média e baixa, bem como médio e baixo rendimento e alta variação do PIB, até microrregiões de alta renda nos casos das de Fortaleza e São Luís.

A contribuição da região Litorânea Norte para o PIB total da área de atuação da Adene, em 2002, foi de 9,3% , o que é relativamente alta, considerando sua participação na área total de apenas 3,4% e de 9,7% na população.

Considerando a região Litorânea Norte integralmente, o seu PIB *per capita* em 2000 era de R\$ 3.401,55, isto é, a terceira maior, superado apenas pelo da região Litorânea Leste (R\$4.021,15) e da região Litorânea Sul (R\$5.672,47).

Quanto ao desenvolvimento humano, a região apresentou o IDH-M médio, em 2000, de 0,605, o penúltimo no rol das oito regiões de planejamento, sendo maior apenas do que o do Meio Norte (0,573). Esse índice relativamente baixo explica-se pelos valores baixos dos componentes renda (0,480) e longevidade (0,625).

As atividades econômicas mais importantes da região Litorânea Norte são as terciárias e secundárias. As primeiras são as dos subsetores comercial e de prestação de serviços e ocorrem nas cidades. Por sua vez, as atividades industriais encontram-se principalmente no aglomerado metropolitano de Fortaleza e, em menor escala, no aglomerado submetropolitano de São Luís e também ocorre com alguma significância no aglomerado sub-regional de Parnaíba-Luís Correia.

No setor terciário da economia da região merece destaque a cadeia produtiva do turismo, e no setor secundário é relevante a atividade de beneficiamento e exportação de alumínio e ferro oriundos de Carajás, na macrorregião geográfica do Norte.

#### **4.3.1.3 O Sertão Norte**

A região do **Sertão Norte**, ocupa as porções semi-áridas, centro-oriental do Piauí, o Estado do Ceará, exceto a faixa costeira norte, os Estados do Rio Grande Norte, da Paraíba e de Pernambuco, exclusive a faixa costeira e a parte do vale do rio São Francisco, na porção sudoeste do território pernambucano.

Com uma área de 435.154,7km<sup>2</sup> (Tabela 3), distribuída por 701 municípios, pertencentes a cinco Estados (Tabela 5): Piauí (127), Ceará (150), Rio Grande do Norte (148), Paraíba (170) e Pernambuco (107), em 2000, era ocupada por uma população de 11.533.487 habitantes, dos quais 6.804.319 residentes em áreas urbanas, correspondendo a uma densidade demográfica de 26,5hab./km<sup>2</sup> e uma taxa de urbanização de 59,0%.

A região do Sertão Norte é uma porção do Nordeste brasileiro onde predominam microrregiões geográficas de rendimentos familiares baixos e médios, combinados com alta variação do PIB (MI, 2003). Trata-se, portanto, de uma região pouco desenvolvida, mas, de

crescimento econômico dinâmico. Comparando-se com a região do Meio-Norte, ela tem melhor nível de desenvolvimento e maior ritmo de crescimento econômico, a despeito de piores condições ambientais.

O Sertão Norte, teve em 2002, uma participação de 13,5% no PIB da área de atuação da Adene, maior, portanto, do que a do Litoral Norte (9,3%) e do Meio Norte (4,2%), ponderando-se, necessariamente, por suas maiores dimensões territoriais e demográficas: 24,2% da área e 21,6% da população, respectivamente (Tabela 3), o que minimiza, em termos relativos, essas diferenças. Em decorrência mesmo do tamanho de sua população, a Região apresenta o terceiro menor PIB *per capita* da área (R\$2.012,94), em 2000, superando apenas o do Meio Norte (R\$1.514,48) e o do Sertão Sul (R\$1.758,04).

Por outro lado, o IDH-M médio do Sertão Norte em 2000 foi de 0,611, pouco menor do que a média da área de atuação da Adene (0,620), porém, significativamente maior do que o seu próprio IDH-M em 1991 (0,499), mostrando uma tendência de melhoria significativa no seu desenvolvimento humano no período. Também vale destacar que IDH-M médio do Sertão Norte em 2000 é maior do que os do Meio Norte (0,573), da Litorânea Norte (0,605) e da Ribeira do São Francisco (0,607). Como nas demais regiões de planejamento da área, foi o índice de renda que mais pesou negativamente na composição do IDH-M médio do Sertão Norte (0,504).

As atividades econômicas mais importantes são as comerciais e de prestação de serviços que, naturalmente, ocorrem nas cidades, variando em número e ordem conforme os seus respectivos níveis hierárquicos.

Em segundo plano, as atividades industriais encontram-se principalmente nos aglomerados e centros regionais Caruaru, Campina Grande, Crato-Juazeiro-Barbalha e Mossoró.

No setor rural, os arranjos e cadeias produtivas predominantes são: da pecuária bovina de corte e leite, laticínios, pecuária ovino-caprina, avicultura e algodão (quase desaparecido há algumas décadas, mas em recuperação, sobretudo no Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará), sal de cozinha e petróleo (no Rio Grande do Norte) e de minerais e rochas principalmente no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Em decorrência das limitações climáticas, da escassez de solos agricultáveis e do baixo nível tecnológico, a produtividade e a produção agropecuária da região são

relativamente pequenas, quando comparadas com outras regiões do País e até mesmo do Nordeste, do que resulta uma baixa competitividade dos produtos da região do Sertão Norte.

#### 4.3.1.4 A Ribeira do São Francisco

A região da **Ribeira do São Francisco** corresponde, aproximadamente, à área dos Vales Irrigados (LINS e BURGOS, 1985, p.22) isto é, ao vale do rio São Francisco e a partes das bacias de alguns dos seus afluentes. Situa-se no centro da macrorregião Nordeste, separando as regiões do Sertão Norte e do Sertão Sul, bem como essa última da região dos Cerrados, na sua parte mais ao sul. Estende-se pela porção oeste do Estado de Alagoas, noroeste de Sergipe, sudoeste de Pernambuco, norte, noroeste e oeste da Bahia, além de uma pequena parte do noroeste da área mineira de atuação da Adene.

Com uma área de 214.157,7km<sup>2</sup>, pertencentes a 126 municípios, de cinco Estados: Pernambuco (15), Alagoas (38), Sergipe (19), Bahia (34) e Minas Gerais (20), a região tem uma população de 2.804.182 habitantes, dos quais 1.521.997 residentes em áreas urbanas, significando uma densidade demográfica de 13,1 hab./km<sup>2</sup> e uma taxa de urbanização de 54,3%.

É uma área-programa do PDNE onde predominam microrregiões geográficas de médio rendimento e de média e baixa variação do PIB, caracterizando-se como uma área medianamente desenvolvida e relativamente dinâmica.

Em 2002, a região contribuiu com 4,8% para o PIB da área de atuação da Adene, isto é, a terceira menor participação. Contudo, a contribuição da Ribeira do São Francisco vem aumento, tanto que em 1999 era de 4%.

O PIB *per capita* da região em 2000 foi de R\$ 2.430,37. Nota-se que embora maior do que os do Meio Norte (R\$1.514,48) e dos sertões Norte (R\$2.012,94) e Sul (R\$1.758,04), entre os quais geograficamente se situa, o PIB *per capita* da Ribeira do São Francisco ainda foi menor do que a média da área em foco (R\$3.227,03).

Quanto à qualidade de vida, o IDH de apenas 0,607 em 2000 (Gráfico 19), o terceiro mais baixo da área, superior a apenas ao Meio Norte (0,573) e a Litorânea Norte (0,605). Como nas demais regiões de planejamento, foi o índice de renda (0,495) o principal responsável pelo relativamente baixo desenvolvimento humano em 2000.

Por dispor das águas perenes do Rio São Francisco, a Sub-Região constitui uma área de exceção no interior da região Semi-árida nordestina. Em decorrência da disponibilidade de água, a agricultura irrigada constitui a base da economia regional. Destacam-se na região as cadeias produtivas da uva e da manga, além de vários arranjos produtivos locais como os da cebola, do melão, do arroz e da banana.

No setor secundário, o grande destaque é a geração de energia hidrelétrica em Paulo Afonso, Sobradinho, Itaparica e Xingó, exportada para todo o Nordeste. Além disso, pelo dinamismo e caráter inovador, vale destacar a agroindústria vinícola de Santa Maria da Boa Vista e municípios vizinhos.

No setor terciário, o comércio e as atividades de prestação de serviços têm maior importância no aglomerado regional de Petrolina/Juazeiro e no centro zonal de Paulo Afonso, onde, além dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços típicos desse nível hierárquico de cidade, ocorrem atividades regulares de turismo.

#### **4.3.1.5 O Sertão Sul**

A região do **Sertão Sul** estende-se pela parte semi-árida dos Estados da Bahia e de Sergipe, bem como da área mineira de atuação da Adene (MI, 2005). Situada na porção central do território baiano, parte sudoeste das terras sergipanas e segmento norte oriental da área de atuação da Adene em Minas Gerais, limita-se ao norte e a oeste com a região Ribeira do São Francisco, a leste como a região Litorânea Sul e ao sul com a região dos Cerrados.

Com uma área territorial de 328.822,7km<sup>2</sup>, distribuída por 306 municípios, pertencentes a três Estados: Sergipe (10), Bahia (231) e Minas Gerais (65), a região continha, em 2000, uma população 6.534.121 habitantes, dos quais 3.448.713 residiam em áreas urbanas, resultando em uma taxa de urbanização de 52,8% e uma densidade demográfica de 19,9hab./km<sup>2</sup>.

São dominantes no Sertão Sul as microrregiões geográficas de médio rendimento domiciliar e de baixa e média variação do PIB (MI, 2003). É uma região medianamente desenvolvida, mas, de economia pouco dinâmica. Assemelha-se a região Ribeira do São Francisco em nível de desenvolvimento e dinamismo econômico.

A participação do Sertão Sul no PIB da área de atuação da ADENE em 2002 foi de somente 6,9%, enquanto compreende 18,3% da área e 12,2% da população (Tabela 3). Em decorrência da relação entre o valor do PIB total e do número de habitantes, tem-se um PIB *per capita* de apenas R\$1.758,04 em 2000, ou seja, o segundo menor das oito regiões de planejamento da área em foco, superando apenas o do Meio Norte (R\$1.514,48).

De outra parte, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) médio, em 2000, era de 0,618, ligeiramente abaixo do IDH-M médio da área de atuação da ADENE (0,620). Aliás, em 1991, o IDH-M médio do Sertão Sul já era de 0,511. A variável que mais influenciou negativamente o IDH-M do Sertão Sul também foi o índice de renda (0,469), puxando para baixo o índice de desenvolvimento.

As atividades econômicas mais importantes da região Sertão Sul também são as comerciais e de prestação de serviços, distribuídas hierarquicamente ao longo do sistema de cidades.

As atividades industriais concentram-se principalmente em Feira de Santana e Montes Claros.

No setor primário, o destaque é a pecuária bovina associada, em alguns lugares, às culturas de feijão e milho. Também ocorrem áreas de produção de sisal e mamona. Mas, é a cadeia produtiva da pecuária bovina de corte e de leite que confere maior identidade rural à região.

#### **4.3.1.6 A Região Litorânea Leste**

A região **Litorânea Leste** compreende a porção norte das zonas fisiográficas do Litoral e Mata, além de parte dos Agrestes (IBGE, 1945) do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Estende-se por uma estreita e alongada faixa de terra, de largura variada de até aproximadamente 100 km, desde Touros, no Estado do Rio Grande do Norte, passando pela Paraíba, Pernambuco e Alagoas até atingir a desembocadura do rio São Francisco, na divisa dos territórios alagoano e sergipano.

A área da região é de apenas 38.824,6km<sup>2</sup>, pertencentes a 198 municípios, distribuídos por quatro Estados: Rio Grande do Norte (19), Paraíba (53), Pernambuco (63) e Alagoas (63), mas, sua população total é de 9.307.985 habitantes, dos quais 7.834.179 residem nas cidades,

conferindo-lhe uma taxa de urbanização de 84,2% e uma densidade demográfica de 239,7hab.km<sup>2</sup>. Das oito regiões de Planejamento, essa é a mais urbanizada e de maior concentração demográfica.

Nessa região predominam as microrregiões geográficas de baixa renda e variação do PIB média e baixa, excetuando-se as microrregiões do aglomerado metropolitano de Recife e dos aglomerados submetropolitanos de Natal, João Pessoa e Maceió. O primeiro de alta renda e os três outros com médio e baixo rendimento e alta variação do PIB (MI, 2003).

Em 2002, a região contribuiu com 21,8% para o PIB da área de atuação da Adene, isto é, a segunda maior participação, superada apenas pela região Litorânea Sul (35,4%). A importância dessa contribuição no produto torna-se ainda mais evidente quando se considera a sua pequena percentagem de apenas 2,2% da área total de atuação da Adene (Tabela 3). É essa capacidade de adicionar valor à economia que permite a região concentrar 17,4% da população total da área considerada.

O PIB *per capita* da região em 2000 foi de R\$ 4.012,15. É o segundo maior e também é superior a média da área de atuação da Adene (R\$3.227,03).

De outra parte, o IDH em 2000 era de 0,612, abaixo, portanto, da média da área de atuação da Adene (0,620). Como nas demais regiões de planejamento foi o índice de renda (0,519) o principal responsável pelo relativamente baixo desenvolvimento humano da região Litorânea Leste.

A região Litorânea Leste concentra grande parte da economia macrorregional, principalmente nos setores terciário e secundário.

No setor industrial, a região dispõe de um amplo e diversificado parque industrial, localizado principalmente no entorno do centro metropolitano e dos três submetropolitanos.

No setor primário, o grande destaque é a cadeia produtiva sucro-alcooleira, tanto por sua participação do PIB regional, como pelo número de pessoas ocupadas.

A região também dispõe de considerável infra-estrutura econômica, constituída, sobretudo, por quatro aeroportos comerciais, dos quais dois internacionais (Recife e Natal), cinco portos marítimos, sendo um de grande calado (Suape), uma densa rede de estradas pavimentadas e complexo sistema de telecomunicações, além de redes de abastecimento de água encanada e de energia elétrica.



#### 4.3.1.7 A Região Litorânea Sul

A região **Litorânea Sul** equivale ao conjunto territorial formado pelas Áreas Agropastoris com Combinações Agrícolas Subcosteiras, e Área do Sistema Cacaueiro (MELO, 1978). Constituindo a continuação para o sul da faixa territorial da região Litorânea Leste, estendendo-se por uma alongada faixa de terra, a partir da desembocadura do São Francisco entre Alagoas e Sergipe, passando pelos segmentos territoriais compreendidos entre o litoral e a região Semi-árida dos territórios sergipano e baiano, bem como entre o litoral e a região dos Cerrados na sua parte mineira, além de contemplar todo o Estado do Espírito Santo. Limita-se ao norte com a região Litorânea Leste e com a região Ribeira do São Francisco, a leste com o oceano Atlântico, a oeste com as regiões de planejamento do Sertão Sul e dos Cerrados, e ao sul com o Estado do Rio de Janeiro.

Tem uma área de 133.868,0km<sup>2</sup>, distribuídos por três Estados: Sergipe (46), Bahia (134) e Espírito Santo (77), uma população de 10.715.099 habitantes, em 2000, dos quais 8.674.319 residem em áreas urbanas. Dessas variáveis resultam uma densidade demográfica de 80,0hab./km<sup>2</sup> e uma taxa de urbanização de 81,0%.

É uma parte da área de atuação da Adene onde predominam microrregiões geográficas de médio rendimento e de média e baixa variação do PIB (MI, 2003), excetuando-se, como nos demais casos, as microrregiões geográficas das capitais dotadas de maior dinamismo econômico. Em termos desses critérios, difere da região Litorânea Leste por ter rendimentos familiares mais elevados.

A contribuição da região Litorânea Sul para o PIB da área de atuação da Adene em 2002 foi de 35,4%, a maior de todas. Ocupando apenas 7,4% da área (Tabela 3), é a terceira menor em extensão, mas, detém 20,1% da população.

A região Litorânea Sul é a que apresenta o maior PIB *per capita* em 2000, R\$5.672,47, bem superior à média (R\$3.227,03), da área objeto deste trabalho

Quanto às condições sociais, o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) médio, em 2000, era de 0,669, o maior das oito regiões de planejamento. Seguindo a regra geral observada na área de atuação da Adene, a variável que mais influenciou negativamente o IDH-M da região Litorânea Sul foi o índice de renda (0,576) o menor dos três componentes do IDH-M.

A região Litorânea Sul também concentra grande parte da economia macrorregional, sobretudo nos setores terciário e secundário. No terciário os serviços de alta ordem são ofertados no aglomerado metropolitano de Salvador, aglomerados submetropolitanos de Aracaju e Vitória do Espírito Santo.

O setor secundário da região, embora muito concentrado no aglomerado metropolitano de Salvador, e mais especializado do que o da Litorânea Leste, detém, em Camaçari, o mais desenvolvido pólo petroquímico da área de atuação da Adene, assim como se encontro na Bahia o único centro de montagem de automóveis da macrorregião.

No setor primário, os destaques da economia regional são as cadeias produtivas do cacau e da celulose. A primeira mais importante em território baiano e a segunda no extremo sul da Bahia e no norte do Espírito Santo.

A região também dispõe de considerável infra-estrutura econômica, formada principalmente por cinco aeroportos comerciais (em Salvador, Aracaju, Vitória do Espírito, Ilhéus e Porto Seguro), sendo o de Salvador de nível internacional; pelo menos quatro portos marítimos importantes (Aratu, no aglomerado metropolitano de Salvador, Tubarão, no aglomerado submetropolitano de Vitória do Espírito Santo, Aracaju e Ilhéus), dos quais dois (Aratu e Tubarão) de grande calado; além de importante rede de estradas pavimentadas, moderno sistema de telecomunicações, rede de abastecimento de água encanada, bem como eficiente sistema de distribuição de energia elétrica.

#### **4.3.1.8 Os Cerrados**

A região dos **Cerrados** situa-se na borda ocidental da área de atuação da Adene, estendendo-se pelo sul do Maranhão, sudoeste do Piauí, oeste da Bahia e porção sul da área mineira de atuação da Adene. Limita-se ao norte com a região do Meio-Norte, a leste com as regiões do Sertão Norte, Ribeira do São Francisco e Sertão Sul, e a sudeste com a região Litorânea Sul.

Ocupa uma área de 359.164,6km<sup>2</sup>, distribuídos por 168 municípios de quatro Estados: Maranhão (36), Piauí (36), Bahia (16) e Minas Gerais (80). Tem uma população total de 2.560.694 habitantes, desses 1.639.255 residem em áreas urbanas. Conseqüentemente, a

região apresenta-se com uma densidade demográfica de apenas 7,1hab./km<sup>2</sup>, a mais baixa das sete regiões de planejamento, e uma taxa de urbanização de 64,0%.

Trata-se de uma região de planejamento onde as microrregiões geográficas mais freqüentes são de baixo e médio rendimento domiciliar por habitante, mas, de alta taxa de variação do PIB (MI, 2003).

Em 2002, a região contribuiu com 4,1% para o PIB da área de atuação da Adene, isto é, a menor participação dentre as oito regiões de planejamento da área da Adene. Além disso, o percentual no PIB global vem diminuindo nos dois últimos anos, tanto que em 2000 ele foi de 4,5%, reduzindo-se para 4,2% em 2001 e finalmente para os atuais 4,1%. A pequena escala dessa participação no produto total fica mais evidente quando se considera que a região ocupa 20,0% da área total (Tabela 3). Contudo, a situação torna-se mais compatível com a pequena proporção de população, apenas 4,8%.

Em decorrência do relativamente pequeno número de habitantes, o PIB *per capita* da região em 2000 foi de R\$ 3.063,00, pouco menor do que a média da área considerada neste Plano (R\$3.227,03).

Quanto à qualidade de vida, o IDH de 0,637 em 2000, o segundo maior da área em foco, revela condições acima da média (0,620). Como nas demais regiões de planejamento da área de atuação da Adene, foi o índice de renda (0,521) o principal peso negativo na formação do IDH-M.

As atividades econômicas mais importantes são as da cadeia produtiva da soja, seguida da produção de milho e arroz, bem como da criação de bovinos. Seguem-se as atividades comerciais e de prestação de serviços, exercidas nas cidades conforme seus respectivos níveis hierárquicos. Começa a surgir na região unidades industriais para beneficiamento de soja.

A principal função da região é a de produção de grãos para o mercado macrorregional e, sobretudo, para o mercado externo.

#### **4.3.1.9 O Sistema Urbano e os Centros Articuladores**

O sistema urbano do Nordeste, além de concentrar a maior parte da população e da economia regional, constitui a estrutura funcional de articulação das redes de prestação de

serviços e de infra-estrutura de transporte e comunicações. Por conseqüência, o sistema de cidades comanda as relações entre as diversas sub-regiões geoeconômicas, pelos fluxos de informação, capital, pessoas e mercadorias. Os centros urbanos exercem as funções de serviços (comerciais varejista e atacadista, de prestação de serviços e administrativas), servem de suporte para a maior parte das atividades industriais, funcionam como centros de coleta e processamento de matérias-primas, além de exercerem a função de entreposto comercial, importando, armazenando, distribuindo e exportando mercadorias.

É nas cidades onde se concentram as organizações sociais, o poder econômico, o poder político, a administração pública e a gestão dos principais negócios privados. É a partir do sistema de cidades que se dá o processo de difusão espacial de inovação, constituindo fator fundamental do desenvolvimento regional. Daí resulta a importância estratégica do sistema hierarquizado de cidades para o planejamento de ações de desenvolvimento.

A hierarquia funcional das cidades é definida em função dos níveis de centralidade dos centros urbanos que, por sua vez, resulta do tamanho da população residente, da renda dos habitantes e da intensidade dos fluxos de pessoas em cada centro urbano, isto é, do seu mercado de bens e serviços privados. Por sua vez, o tamanho do mercado define a ordem mais elevada dos bens e serviços privados que elas ofertam (as ordens dos bens são cumulativas, por isso as cidades de um determinado nível oferta bens serviços da ordem correspondente ao seu nível hierárquico e mais os de ordens inferiores). Por seu turno, a ordem superior dos bens e serviços ofertados, definida pelo limiar de mercado, estabelece o conjunto de mercadorias e de serviços típicos ou definidores do nível hierárquico da cidade. Ocorre que as distâncias que os clientes estão dispostos a percorrer para adquirir bens e serviços, ou, por outro lado, a distância que os comerciantes e prestadores de serviços se predispõe a cobrir para entregar suas mercadorias ou para executar o serviço requerido (tempo e custo), estabelece o alcance territorial das mercadorias e serviços ofertados pela cidade, o que constitui sua área de influência. (CHRISTALLER, 1966).

Para fins deste Plano, definiu-se o sistema urbano articulador das diferentes regiões de planejamento tomando por base os seguintes fatores: i) o nível de centralidade das cidades da área de atuação da Adene, definidos pelos fluxos comerciais e de prestação de serviços (IBGE,1993); ii) os estudos de subsistemas urbanos regionais segundo as funções comerciais e de prestação de serviços (SUDENE, 1985 a 1989); e iii) a hierarquização dos centros urbanos segundo o tamanho demográfico.

#### 4.3.1.9.1 Classificação dos Centros Urbanos Segundo a População

Com base nas populações urbanas em 2000 dos distritos das sedes municipais (cidades segundo o conceito do IBGE), foi feita uma classificação natural dos centros urbanos da área de atuação da ADENE, com base em diagrama de dispersão, processado em gráfico cartesiano de planilha eletrônica.<sup>6</sup>

A rede urbana regional está relativamente bem estruturada em sete níveis hierárquicos de cidades e aglomerados urbanos. São aglomerados metropolitanos, de máxima centralidade; aglomerados submetropolitanos de centralidade muito forte; centros regionais de forte nível de centralidade; centros sub-regionais de centralidade entre médio e forte; centros zonais de média centralidade; centros subzonais de centralidade entre fraca e média e centros locais de centralidade fraca (Cartograma 2, a seguir).

O primeiro nível é constituído de três aglomerados metropolitanos: Fortaleza, Recife e Salvador. Todos contendo populações superiores a 2.500.000 habitantes e apresentando-se com níveis máximos de centralidade na área.

O segundo nível é formado por sete aglomerados submetropolitanos: São Luís, Natal, João Pessoa, Maceió, Teresina, Aracaju e Vitória do Espírito Santo, têm populações entre 800.000 e 1.000.000 de habitantes e níveis de centralidade muito forte. Os de Teresina e São Luiz são subordinados à Fortaleza. Os de Maceió, João Pessoa e Natal são comandados por Recife. Por sua vez, o de Aracaju é subordinado a Salvador. Enquanto o aglomerado submetropolitano de Vitória do Espírito Santo está contido na área de influência do Rio de Janeiro (localizado fora da área de atuação da Adene).

O terceiro nível é de forte centralidade e compreende 12 centros regionais: Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Campina Grande, Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, Petrolina-Juazeiro, Montes Claros, Imperatriz, Caruaru, Vitória da Conquista, Mossoró, Arapiraca e Cachoeiro de Itapemirim que possuem populações entre 140.000 e 450.000.

O quarto nível contém 24 centros sub-regionais com populações entre 60.000 e 135.000 habitantes e níveis de centralidade entre fortes e médios. É formado pelos centros

---

<sup>6</sup> A classificação dos centros urbanos por tamanho demográfico coincide, grosso modo, com a classificação por níveis de centralidade (IBGE, 1993). As diferenças constatadas na classificação hierárquica de alguns poucos centros urbanos resultam de dois fatores: a) utilização do conceito de aglomerados urbanos e b) a consideração de fluxos políticos e administrativos, ambos considerados neste trabalho e não levando em conta pelo IBGE, no estudo de 1993.

urbanos de: Parnaíba-Luís Correia (PI), Jequié (BA), Sobral (CE), Alagoinhas (BA), Caxias (MA), Garanhuns (PE), Barreiras (BA), Teófilo Otoni (MG), Vitória de Santo Antão (PE), Teixeira de Freitas (BA), Patos (PB), Colatina (ES), Linhares (ES), Paulo Afonso (BA), Guarapari (ES), Eunápolis (BA), Codó (MA), Bacabal (MA), Santo Antônio de Jesus (BA), Porto Seguro (BA), Açailândia (MA), Santa Inês (MA), Carpina (PE) e São Mateus (ES).

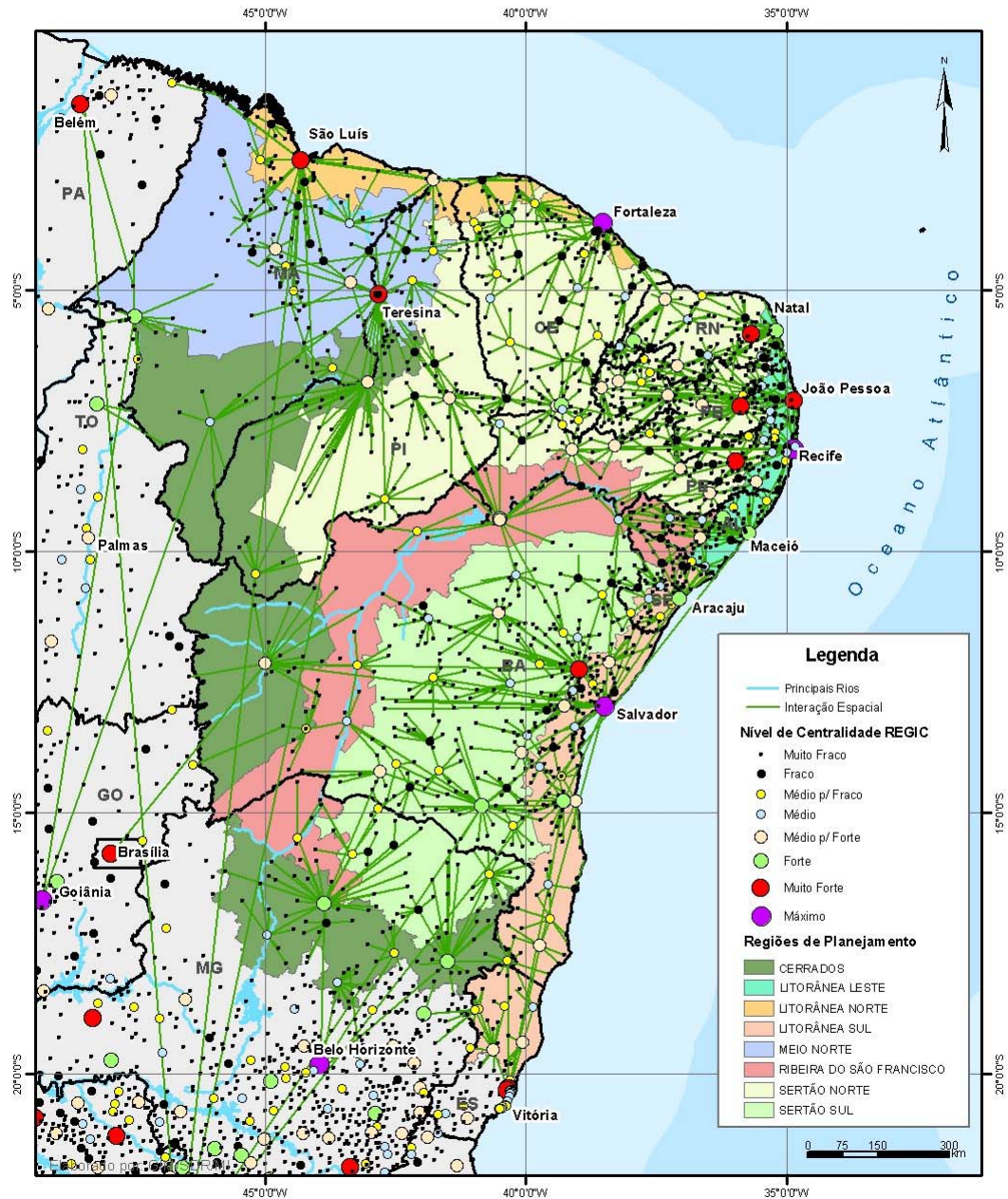
O quinto nível hierárquico com 42 centros zonais possuindo populações entre 40.000 e 56.000 habitantes e de médias centralidades; o sexto nível com 201 centros subzonais contendo populações entre 16.000 e 39.650 habitantes e centralidade de níveis de médios a fracos; o sétimo nível com 1.678 centros locais contendo populações inferiores a 16.000 habitantes e fracos níveis de centralidade.

#### **4.3.2 Níveis de Centralidade das Cidades do Nordeste**

Efetivamente, a rede urbana regional está relativamente bem estruturada em sete níveis hierárquicos de cidades e aglomerados urbanos. São aglomerados metropolitanos, de máxima centralidade; aglomerados submetropolitanos de centralidade muito forte; centros regionais de forte nível de centralidade; centros sub-regionais de centralidade entre médio e forte; centros zonais de média centralidade; centros subzonais de centralidade entre fraca e média e centros locais de centralidade fraca (Cartograma 2).

## ÁREA DE ATUAÇÃO DA ADENE

### Regiões de Planejamento e Níveis de Centralidade das Cidades



Cartograma 2 – Níveis de centralidade das cidades da área de atuação da ADENE

O primeiro nível é constituído de três aglomerados metropolitanos: Fortaleza, Recife e Salvador. Todos contendo populações superiores a 2.500.000 habitantes e apresentando-se com níveis máximos de centralidade na área.

O segundo nível é formado por sete aglomerados submetropolitanos: São Luís, Natal, João Pessoa, Maceió, Teresina, Aracaju e Vitória do Espírito Santo, têm populações entre 800.000 e 1.000.000 de habitantes e níveis de centralidade muito forte.

O terceiro nível é de forte centralidade e compreende 12 centros regionais: Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Campina Grande, Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, Petrolina-Juazeiro, Montes Claros, Imperatriz, Caruaru, Vitória da Conquista, Mossoró, Arapiraca e Cachoeiro de Itapemirim que possuem populações entre 140.000 e 450.000.

O quarto nível contém 24 centros sub-regionais com populações entre 60.000 e 135.000 habitantes e níveis de centralidade entre fortes e médios. É formado pelos centros urbanos de: Parnaíba-Luís Correia (PI), Jequié (BA), Sobral (CE), Alagoinhas (BA), Caxias (MA), Garanhuns (PE), Barreiras (BA), Teófilo Otoni (MG), Vitória de Santo Antão (PE), Teixeira de Freitas (BA), Patos (PB), Colatina (ES), Linhares (ES), Paulo Afonso (BA), Guarapari (ES), Eunápolis (BA), Codó (MA), Bacabal (MA), Santo Antônio de Jesus (BA), Porto Seguro (BA), Açailândia (MA), Santa Inês (MA), Carpina (PE) e São Mateus (ES).

O quinto nível hierárquico com 42 centros zonais possuindo populações entre 40.000 e 56.000 habitantes e de médias centralidades; o sexto nível com 201 centros subzonais contendo populações entre 16.000 e 39.650 habitantes e centralidade de níveis de médios a fracos; o sétimo nível com 1.678 centros locais contendo populações inferiores a 16.000 habitantes e fracos níveis de centralidade.

A hierarquia das cidades se estabelece segundo três princípios: a) das relações comerciais de mercadorias e serviços; b) da administração pública; e c) dos transportes. Na verdade, o princípio de maior importância no processo de hierarquização do sistema urbano é o primeiro, isto é, o das relações comerciais de mercadorias e serviços, os outros dois funcionam como fatores modificadores do primeiro.



#### 4.3.2.1 Caracterização dos Níveis Hierárquicos das Cidades

Estudos realizados pela SUDENE (1996) identificaram sete níveis hierárquicos de centros urbanos no Nordeste, classificados como metropolitanos, submetropolitanos, regionais, sub-regionais, zonais, sub-zonais e locais.

A caracterização dos diferentes níveis hierárquicos da rede de cidades do Nordeste é feita a seguir com base nas funções comerciais e de prestação de serviços identificadas como típicas (definidoras) de cada nível hierárquico (ver anexo 3). Funções essa identificadas em estudos anteriormente realizados em subsistemas urbanos da Região (LINS, 1997 e LINS e DANTAS, 1998). A rede de cidades será hierarquizada da seguinte forma: **Nível 1** – Metropolitano, **Nível 2** – Submetropolitano, **Nível 3** – Regional, **Nível 4** – Sub-regional, **Nível 5** – Zonal, **Nível 6** – Subzonal e **Nível 7** – Local.

## 5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

A estratégia de desenvolvimento do Nordeste se orienta para a construção, no longo prazo, do cenário normativo (ou desejado), como apresentado anteriormente, entendendo como um futuro desejável e, ao mesmo tempo, plausível, o que pressupõe a implementação eficaz e efetiva de políticas e projetos de desenvolvimento regional. A estratégia de desenvolvimento está apresentada em cinco blocos complementares: os *macro-objetivos* do desenvolvimento; as grandes *metas* agregadas; as *opções estratégicas*, indicando as grandes linhas prioritárias que articulam e dão consistência ao conjunto das ações; as *ações e projetos estratégicos*, que procuram detalhar as opções nos diversos segmentos e setores relevantes para o desenvolvimento regional; e as *grandes apostas estratégicas* da região, que asseguram o futuro, explicitando as ações e projetos fundamentais e indispensáveis para transformar o Nordeste.

### 5.1 Cenário Desejado

O cenário normativo é o futuro desejado para o Nordeste, mas que pode ser, efetivamente, construído, desde que sejam implementadas medidas adequadas para reorientar a trajetória definida pelo cenário tendencial. O cenário parte, portanto, do pressuposto de que, nos próximos anos, configura-se na região um **projeto coletivo de desenvolvimento** do Nordeste, capaz de mobilizar as forças políticas e sociais para ações convergentes que enfrentem os desafios do futuro. Desta forma, registra-se uma mudança nas tendências de concentração regional do Brasil, em detrimento de regiões de menor competitividade, levando o Nordeste na direção das aspirações históricas da sociedade. O projeto coletivo de desenvolvimento se expressa na efetiva implementação da PNDR e da estratégia de desenvolvimento do Nordeste.

Numa idéia-síntese, o cenário normativo aponta para o **desenvolvimento sustentável do Nordeste**, entendido como o processo de avanço social que, por sua natureza, conserve e amplie as condições e fontes do próprio dinamismo, expressa numa base material de prosperidade, numa sociedade sólida e atuante, numa civilização criativa e progressista e numa cultura marcada pelo senso de responsabilidade e prudência no trato com o ambiente natural.

O cenário normativo descreve o futuro do Nordeste como a combinação de três processos que formam um ciclo virtuoso de desenvolvimento: **aumento da competitividade; melhoria da qualidade da vida** da população; **conquista da cidadania e inserção social** do contingente de nordestinos à margem do desenvolvimento sócio-econômico.

No cenário normativo, o Nordeste seria uma sociedade sólida, coesa e proativa, com uma economia dinâmica, com inserção ativa e competitiva nos mercados nacional e mundial e com uma integração cooperativa das sub-regiões e dos espaços locais. Combinando crescimento com políticas, o Nordeste registra aumento das oportunidades de ocupação produtiva (de modo a facultar a inserção das pessoas na vida econômica regional), elevação dos níveis de renda real e da superação dos precários padrões de qualidade de vida (tais como revelados pelos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH), redução dos níveis de pobreza absoluta e crescente inclusão social.

O Nordeste futuro apresenta um aumento importante da sua capacidade competitiva, resultado da melhoria da educação e da capacitação da mão-de-obra (incluindo a redução do analfabetismo e do analfabetismo funcional), da inovação e difusão de tecnologias e, mais diretamente, da recuperação e ampliação da infra-estrutura e logística regional, favorecida pela iniciativa agressiva do Estado. O resultado é a redução dos custos de produção, aumento da produtividade da maior parte dos setores produtivos, e a melhoria da qualidade dos produtos nordestinos. Parte importante da melhoria da competitividade sistêmica decorre da consolidação e ampliação da capacidade científica e tecnológica, em termos de recursos humanos e aparelhamento de centros de P&D e aumento da contribuição de C&T, com destaque para a tecnologia da informação, as novas tecnologias de biogenética e manejo ambiental, e a difusão das inovações geradas. Da mesma forma, adensam-se e ampliam as cadeias produtivas com maior potencialidade regional, incluindo o fortalecimento da economia rural, com redução da vulnerabilidade da economia regional.

Este movimento decorre diretamente da implementação da política regional diferenciada e que se orienta para reduzir a desigualdade de capacidade competitiva com investimentos diferenciados nas regiões de menor desenvolvimento. Como resultado, a economia nordestina tende a crescer a taxas superiores à média nacional e de forma integrada, articulando e irradiando o dinamismo dos pólos avançados para vastas áreas da macrorregião. Nos 20 anos do cenário (2005/2025), o PIB do Nordeste cresce a uma taxa média de 5,12% ao ano, acima de média de expansão da economia brasileira, processo que se inicia lentamente nos primeiros anos, mas se acelera à medida em que vão sendo equacionados os

estrangulamentos e que vão ampliando-se as vantagens competitivas da economia regional; nos últimos dez anos, 2015 a 2025, a economia do Nordeste tende a crescer cerca de 6% ao ano, quase um ponto percentual ao ano acima do Brasil. Este crescimento diferenciado da economia leva à redução do hiato entre a base produtiva regional e o contingente demográfico que a sustenta e dela depende, passando a responder, em 2025, por quase 15,6% do PIB nacional (em 2002 estava estimado em 13,5%), com ganho de mais de dois pontos percentuais (como mostra a tabela abaixo). A economia nordestina cresce em média 4,4% ao ano nos primeiros anos, ampliando-se a partir de 2010 (5,2% ao ano nos cinco anos), quando se libera das restrições estruturais, e se acelerando nos últimos dez anos (2015/2025), com 6% ao ano.

Desta forma, o PIB nordestino se eleva dos atuais R\$ 181 bilhões (2002) para mais de R\$ 574 bilhões de reais, em 2025, levando o PIB *per capita* para próximo de R\$ 9.340,00, neste último ano, pouco mais de 58% do registrado pelo Brasil (atualmente representa apenas 48,8% do PIB *per capita* brasileiro). O desemprego declina rapidamente, acompanhando a retomada moderada mas sustentada do crescimento da economia, apesar da ampliação significativa da produtividade do trabalho gerada pelas inovações tecnológicas na região; assim, a taxa de desemprego aberto do Nordeste alcança, em 2025, cerca de 4,8% da PEA, abaixo da média nacional,

**Tabela 4 – Indicadores do Cenário Desejado**

VARIÁVEIS	2002	2010	2015	2025
PIB Brasil (R\$ bilhões)	1.346,0	1.772,4	2.219,4	3.684,5
Taxa média anual de crescimento do PIB do Brasil (%)		3,5	4,6	5,2
PIB Nordeste (R\$ bilhões)	181,9	248,9	320,78	574,4
Taxa média anual de crescimento do PIB do Nordeste (%)		4	5,2	6
Participação do NE/Brasil (%)	13,5	14,1	14,5	15,6
População Brasil (mil)	184.184,3	196.834,1	208.468,0	230.138,9
População Nordeste (mil)	51.019,1	53.904,5	56.558,2	61.497,4
População Nordeste/Brasil (%)	27,7	27,4	27,1	26,7
PIB-Per Capita do Brasil (R\$)	7.307,9	9.004,7	10.646,0	16.010,1
PIB-Per Capita do Nordeste (R\$)	3.565,3	4.618,2	5.671,3	9.340,7
PIB-Per Capita NE/Brasil (%)	48,8	51,3	53,3	58,3
PEA Brasil (mil)	83.243,2	94.480,4	104.234,0	119.672,2
PEA Nordeste (mil)	22.515,5	24.796,1	28.279,1	33.208,6
População Ocupada Brasil (mil)	75.458,2	86.000,0	98.200,0	113.400,0
População Ocupada Nordeste (mil)	20.300,0	23.200,0	26.600,0	31.600,0
Taxa de desemprego aberto BR (% PEA ocupada/PEA total)	9,4	9,0	5,8	5,2
Taxa de desemprego aberto NE (% PEA ocupada/PEA total)	9,8	6,4	5,9	4,8
Nível de escolaridade BR (anos médios de estudo)	6,4	7,2	7,9	9,9
Nível de escolaridade NE (anos médios de estudo)	5	6,0	7,1	9,9
Taxa de analfabetismo BR (% na pop. de 7 anos e mais)	11,2	10,4	9,7	7,3
Taxa de analfabetismo NE (% na pop. de 7 anos e mais)	22,4	18,4	14,5	8,4
Mortalidade infantil Brasil (óbitos em mil nascidos vivos)	25,1	20,5	17,4	12,5
Mortalidade infantil Nordeste (óbitos em mil nascidos vivos)	37,7	27,5	22,1	11,6
Domicílios com abastecimento de água BR (%)	82,5	88,3	92,8	100,0
Domicílios com abastecimento de água NE (%)	72,1	82,2	90,1	99,5
Domicílios com esgotamento sanitário BR (%)	48	55,6	62,1	77,6
Domicílios com esgotamento sanitário NE (%)	25,7	33,2	42,1	77,1

Fonte: IBGE (dados de 2002, exceto PEA ocupada que é de 2001) e de Escolaridade, Esgotamento Sanitário e Abastecimento são de 2003 (PNAD 2002/2003).

Dados de população são estimativas do IBGE até 2020 com projeção para 2025 com mesma taxa

O crescimento da renda *per capita* (PIB *per capita*) – facilitado também por uma expansão demográfica mais baixa e pela persistência de movimentos emigratórios (mesmo com ritmo inferior às médias históricas) – e a redução do desemprego tendem a melhorar os indicadores sociais do Nordeste. Combinado com a implementação de políticas e projetos na área social, a dinâmica da economia e da renda leva a uma melhoria significativa dos indicadores sociais do Nordeste, em patamares superiores à média nacional, favorecendo uma clara convergência regional. Este desempenho futuro pressupõe um projeto de peso no segmento educacional, com o fortalecimento e melhoria da qualidade das escolas públicas em todos os níveis, que promovam uma ampla elevação geral da escolaridade e uma distribuição

equilibrada do conhecimento e da informação na população. Além disso, considera investimentos elevados no aumento da oferta de saneamento e higiene ambiental e significativa redução do déficit habitacional. Estas mudanças são acompanhadas de uma reestruturação fundiária que promova uma redistribuição social do ativo terra, ampliando o acesso da pequena produção familiar à atividade agropecuária, combinando com a redução dos latifúndios com a agregação de minifúndios para melhoria da produtividade.

O nível de escolaridade do nordestino se eleva em mais de quatro anos no período (2002-2025), chegando a 9,9 anos, em 2025, se igualando ao indicador estimado para o Brasil e mais de três acima do registrado atualmente pela região Sul, melhor indicador brasileiro. Ao mesmo tempo, a taxa de analfabetismo da população de 7 anos e mais, declina rapidamente chegando a 8%, em 2025, apenas levemente superior à média projetada para o Brasil e ainda maior que o nível atual da região Sul. Melhora significativa ocorre também na mortalidade infantil, reduzindo-se a um terço daquela registrada em 2002, vale dizer, caindo de 37,65 óbitos em mil nascidos vivos para 11,6 óbitos, em 2025, praticamente se igualando ao indicador médio estimado para o Brasil. Este desempenho decorre, em grande parte do aumento significativo da cobertura de abastecimento de água de esgotamento sanitário dos domicílios do Nordeste no cenário: em 2025, o Nordeste terá quase 100% de cobertura de abastecimento de água dos domicílios (99,5%), mais de 20 pontos percentuais acima do registrado em 2002, e nivelamento com a média esperada para o país; por outro lado, o percentual dos domicílios ligados à rede de esgoto no Nordeste deve ser de 77%, em 2025, mais do triplo do registrado em 2002, praticamente alcançando o patamar médio do Brasil em 2025.

A integração intra-regional se consolida com a diminuição das desigualdades e da heterogeneidade espacial do interior do Nordeste que decorre do caráter seletivo do desenvolvimento e dos investimentos no espaço regional, privilegiando áreas com vantagens competitivas e as suas articulações com regiões estagnadas e potenciais, levando a uma desconcentração territorial do produto, da riqueza e dos indicadores sociais. As economias locais e sub-regionais passam por uma diversificação produtiva com destaque para o semi-árido, com a introdução e ampliação das atividades terciárias e com a difusão de tecnologias que permitam adequar a população às condições edafo-climáticas (densidade demográfica superior às possibilidades oferecidas por sua base de recursos naturais), o que é favorecido pela ampliação da oferta de recursos hídricos.

No semi-árido se realizam investimentos para a ampliação da oferta e gestão dos recursos hídricos, com garantia do abastecimento de água para uso humano e produtivo; além disso, ocorre um adequado balanceamento entre a oferta e a demanda de águas superficiais e subterrâneas, através da institucionalização e aplicação de medidas legais, normativas e regulatórias e de tributação, ou seja, de uma política de gestão integrada de recursos hídricos. Tudo isso permite a detenção do processo de desertificação e dos problemas ambientais - como erosão dos solos, empobrecimento da caatinga e degradação dos recursos hídricos – assim como a diminuição da degradação ambiental dos grandes aglomerados urbanos regionais que causam enorme pressão sobre esses espaços e gerando significativas perdas ambientais.

O quadro abaixo mostra o desempenho comparado do cenário desejado com o cenário tendencial nas cenas principais (2010, 2015 e 2025) para os principais indicadores econômicos e sociais; os gráficos a seguir permite visualizar melhor o movimento diferenciado do futuro tendencial e do futuro construído pela estratégia de desenvolvimento sustentável do Nordeste.

**Tabela 5 – Comparação do Cenário Tendencial com o Cenário Desejado**

VARIÁVEIS	2002	2010		2015		2025	
		Tend.	Desej.	Tend.	Desej.	Tend.	Desej.
PIB Brasil (R\$ bilhões)	1.346,0	1.772,4	-----	2.219,4	-----	3.684,5	-----
Crescimento do PIB do Brasil (%)		3,5	-----	4,6	-----	5,2	-----
PIB Nordeste (R\$ bilhões)	181,9	239,5	248,9	299,9	320,8	497,9	574,4
Crescimento do PIB do NE (%)		3,5	4	4,6	5,2	5,2	6
Participação do NE/Brasil (%)	13,5	13,5	14,1	13,5	14,5	13,5	15,6
População Brasil (mil)	184.184,3	196.834,1	-----	208.468,0	-----	230.138,9	-----
População Nordeste (mil)	51.019,01	53.904,5	53.904,5	56.558,2	56.558,2	61.497,4	61.497,4
População Nordeste/Brasil (%)	27,7	27,4	27,4	27,1	27,1	26,7	26,7
PIB-Per Capita do Brasil (R\$)	7.631,0	9.004,7	-----	10.646,0	-----	16.010,1	-----
PIB-Per Capita do Nordeste (R\$)	3.694,0	4.443,6	4.618,2	5.303,0	5.671,3	8.096,8	9.340,7
PIB-Per Capita NE/Brasil (%)	48,4	49,4	51,3	49,8	53,3	50,6	58,3
PEA Brasil (mil)	83.243,2	94.480,4	-----	104.234,0	-----	119.672,2	-----
PEA Nordeste (mil)	22.515,5	24.796,1	24.796,1	27.148,0	28.279,1	30.748,7	33.208,6
População Ocupada Brasil (mil)	75.458,2	86.000,0	-----	98.200,0	-----	113.400,0	-----
População Ocupada Nordeste (mil)	20.550,8	22.800,0	23.200,0	25.600,0	26.600,0	29.200,0	31.600,0
Taxa de desemprego aberto Brasil	9,4	9,0	----	5,8	----	5,2	----
Taxa de desemprego aberto Nordeste	9,8	8,1	6,4	5,7	5,9	5,0	4,8
Nível de escolaridade Brasil	6,4	7,2	---	7,9	---	9,9	---
Nível de escolaridade Nordeste	5	5,8	6,0	6,6	7,1	8,7	9,9
Taxa de analfabetismo Brasil	11,2	10,4	----	9,7	---	7,3	---
Taxa de analfabetismo Nordeste	22,4	20,3	18,4	18,1	14,5	13,5	8,4
Mortalidade infantil Brasil	25,06	20,5	----	17,8	----	12,8	----
Mortalidade infantil Nordeste	37,65	30,4	27,5	25,7	22,1	17,4	11,6
Domicílios com abastecimento de água Brasil	82,5	88,3	----	92,8	----	100,0	----
Domicílios com abastecimento de água Nordeste	72,1	77,2	82,2	81,1	90,1	87,4	99,5
Domicílios com esgotamento sanitário Brasil	48	55,6	55,6	62,1	62,1	77,6	77,6
Domicílios com esgotamento sanitário Nordeste	25,7	29,8	33,2	33,3	42,1	41,6	77,1

## 5.2 Macro-Objetivos Estratégicos

A estratégia de desenvolvimento do Nordeste se orienta por um conjunto de macro-objetivos, indicando onde se quer chegar no futuro como resultado do equacionamento dos desafios e aproveitamento das oportunidades referidas antes. Os macro-objetivos são, assim, a imagem objetivo da estratégia, representação qualitativa do cenário desejado:

a) *desenvolvimento e integração social*, com a progressiva conquista da cidadania, garantindo a todas as pessoas, sem distinção, o acesso aos serviços básicos, ao conhecimento, ao trabalho e à renda, assegurando a distribuição da riqueza e descentralização do poder e passando, necessariamente, pela erradicação da pobreza e da indigência;



b) *aumento das vantagens competitivas do Nordeste*, com a modernização econômica, o aumento da eficiência do sistema produtivo e a elevação da produtividade dos segmentos econômicos regionais, incorporando novas tecnologias e melhorando a qualidade dos recursos humanos e dos processos gerenciais da economia regional;

c) *integração competitiva nas economias nacional e internacional*, intensificando o comércio com outras macrorregiões do País e com os mercados internacionais, promovendo a *ampliação das exportações da Região*, seja aprimorando atividades já tradicionais, seja explorando potencialidades recém-descobertas, seja aproveitando oportunidades emergentes dos novos arranjos da economia mundial;

d) *expansão da base produtiva do Nordeste*, de modo a reduzir o hiato entre o porte da economia (PIB) e o tamanho da população, acompanhada, portanto, da elevação, significativa, da renda *per capita* regional;

e) *redução da defasagem do Nordeste* na economia nacional, aumentando sua participação no PIB brasileiro, aproximando seus indicadores sociais da média nacional;

f) *integração cooperativa das sub-regiões*, com o fortalecimento das contribuições e trocas entre essas distintas economias e o *alargamento e intensificação das relações entre as diversas sub-regiões*, de modo a produzir-se uma ocupação demográfica e econômica do espaço com elevada eficiência produtiva, crescente equidade social e efetiva sustentabilidade ambiental.

### 5.3 Metas

Os macro-objetivos da estratégia se manifestam em um conjunto de resultados que devem ser alcançados em 2015, expressando as metas em indicadores econômicos e sociais correspondentes ao cenário normativo (desejado):

a) **crescimento médio do PIB do Nordeste em 5,12% ao ano** no período (2002/2025), com dinamismo a partir de 2010, quando deve crescer a taxas médias de 5,2% ao ano até 2015, e aceleração nos dez anos seguintes, com crescimento médio anual de 6% ao ano, sempre acima do crescimento esperado para o Brasil

b) para viabilizar esta taxa média de crescimento da economia nordestina será necessário alcançar uma **formação frutífera de capital de, aproximadamente 25% ao longo de**

**20 anos**, inferior no início mas se ampliando na medida em que avança no tempo e diminuem as restrições estruturais e financeiras; assim, devem ser mobilizados investimentos públicos e privados da ordem de R\$ 55 bilhões ao ano, nos primeiros anos, R\$ 70 bilhões, entre 2010 e 2015, e quase R\$ 110 bilhões anuais, nos últimos dez anos.

c) **alcançar em 2025 um PIB de R\$ 574,43 bilhões de reais e um PIB per capita de R\$ 9.340,00 reais**, chegando a 2015 com um produto de R\$ 320 bilhões de reais e um PIB per capita de R\$ 5.671,00.

d) **elevação da participação da economia do Nordeste no Brasil dos atuais 13,5 para 15,59% em 2025**, devendo chegar a 14,45%, em 2015

e) **aumento da renda per capita regional para 58% da renda nacional em 2025**, saltando, portando dos atuais 48,79% de participação, devendo chegar a 2015 com cerca de 53% do PIB per capita brasileiro.

f) **aumento do percentual de exportações do PIB brasileiro dos atuais 4,4% para 10%**, em 2025, o mesmo patamar registrado pelo Nordeste em 1975, elevando também a participação da região no total das exportações brasileiras (hoje não passa de 7,7%)

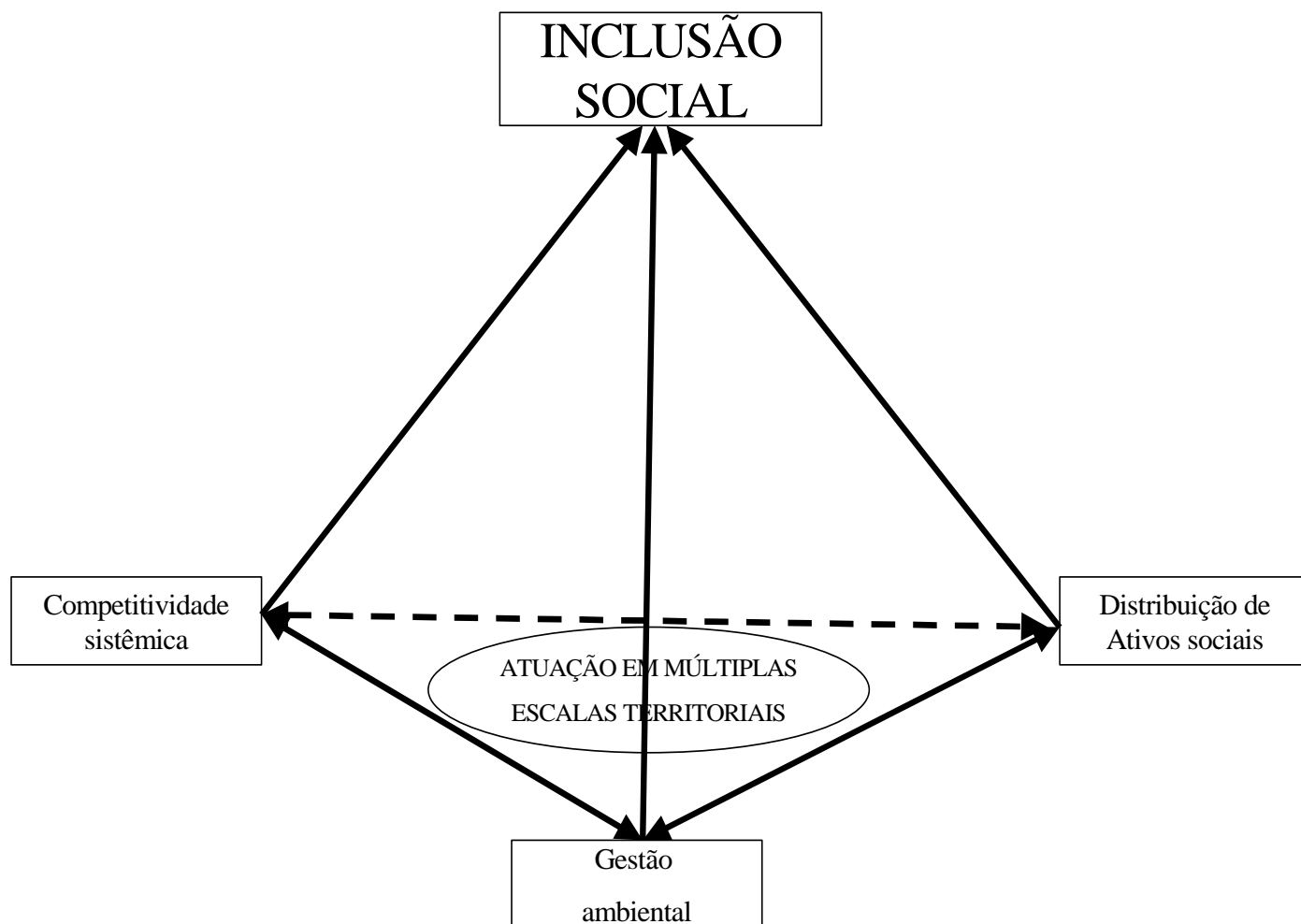
g) **elevação do nível de escolaridade dos nordestinos dos atuais 5 anos médios para pouco menos de 10 anos médios em 2025**, nivelando com o indicador brasileiro, chegando a 7,1 anos médios, já em 2015.

h) **declínio da taxa de analfabetismo da região de 22,4% da população de sete anos e mais (2003) para 8,4% em 2025**, superando a média que se espera para o Brasil no mesmo ano, sendo já de 14,5%, em 2015

i) **redução significativa da mortalidade infantil, convergindo com a média nacional em 2025, alcançando 11,6 óbitos em mil crianças nascidas vivas** (em 2003 era de 37,65 em mil), podendo chegar a 22,1, em 2015

j) **ampliação do percentual de domicílios com abastecimento de água de 72,1%, em 2003, para quase 100% (99,5%) em 2025**, nivelamento com o Brasil, e podendo alcançar 90% em 2015.

k) **ampliação do percentual de domicílios com esgotamento sanitário de 25,7% em 2003 para 77,1% em 2025**, praticamente igualando o nível projetado para o Brasil no período, embora, em 2015, não passe de 42,1% dos domicílios ligados à rede de esgoto.



#### 5.4 Eixos Estratégicos

A estratégia de desenvolvimento do Nordeste se estrutura e organiza em torno de três grandes eixos estratégicos articulados, que definem as grandes prioridades e a direção geral da trajetória de mudança da região, de modo a enfrentar os estrangulamentos e aproveitar as oportunidades históricas – **distribuição de ativos sociais** estratégicos, **construção da competitividade** sistêmica, viabilizando o adensamento das cadeias produtivas e o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, e **gestão ambiental**, que regula e controla as atividades econômicas de modo a assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais,

conservando o meio ambiente e recuperando áreas degradadas pelos processos de exploração predatória do passado.

O diagrama acima mostra a interação entre os três eixos estratégicos e sua convergência para a realização do objetivo central de **inclusão social**. A articulação e implementação, combinadas, dos eixos estratégicos promove a **inclusão social sustentável** do Nordeste: a *redistribuição de ativos* amplia as oportunidades de inserção produtiva dos segmentos sociais pobres, ajudando a reduzir as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que alarga o mercado interno e contribui para a competitividade, mediante a elevação dos níveis de escolaridade da população; as iniciativas que propiciam a *construção da competitividade* criam as externalidades, que tornam as atividades econômicas da Região eficientes e sustentáveis, do ponto de vista econômico, e favorecem a *ampliação e o adensamento das cadeias ou arranjos produtivo*; desta forma, viabilizam a ampliação da base econômica, levando ao aumento da renda e do emprego e dando consistência à redistribuição de ativos e, portanto, à inclusão social. Como mostra também o diagrama, os eixos estratégicos se articulam e distribuem no território, segundo as potencialidades e estrangulamentos locais, resultado da **atuação em múltiplas escalas territoriais**.

A **distribuição de ativos sociais** cria as bases para a redução das desigualdades sociais na Região, atacando a raiz da pobreza e da exclusão social, na medida em que gera igualdade de oportunidades para os diferentes segmentos da sociedade nordestina. Este eixo estratégico implica, simultaneamente, em um conjunto de *iniciativas e providências políticas e programáticas*, especificamente voltadas para a democratização do acesso ao conhecimento, à terra, à água, à infra-estrutura econômica, e à cultura. Deve organizar e articular no âmbito regional, as políticas sociais a cargo das diferentes instituições privadas ou públicas (federais, estaduais ou municipais), mediante o aporte de recursos técnicos e administrativos, visando a torná-las mais eficientes e coerentes com os processos de inclusão social que se pretende estimular. A distribuição de ativos sociais se estrutura em três grandes segmentos: Educação básica e fundamental de qualidade, Ampliação e universalização dos serviços sociais básicos de qualidade, e Reestruturação fundiária.

Por outro lado, a distribuição de ativos sociais promove mudanças na economia nordestina, contribuindo para viabilizar a ampliação da competitividade sistêmica da região, complementando o ambiente de inovação e a criatividade que atraem investimentos e estimula as iniciativas empresariais. Em contrapartida, a **inclusão social** só será sustentável, no médio e longo prazos, se estiver baseada em uma economia com capacidade competitiva, que crie

condições para a ampliação da base produtiva e da arrecadação pública na Região, permitindo, com isso, o retorno dos investimentos estratégicos e sociais.

A segunda opção estratégica – **construção da competitividade sistêmica** – se orienta para a criação de novas condições logísticas, infra-estruturais, de capacitação e inovação que permitem a inserção competitiva da economia regional nos mercados nacional e mundial, a diversificação das atividades produtivas, a superação dos pontos de estrangulamento, e a criação de novos padrões produtivos e tecnológicos para a viabilização das empresas do Nordeste nos mercados extra-regionais. A opção estratégica aponta para a *criação de externalidades* que promovam a crescente *conquista de competitividade sistêmica* da Região, como decorrência de infra-estrutura física (energia, transporte, comunicações, recursos hídricos e saneamento básico ambiental) moderna e integrada, elevada qualificação profissional dos recursos humanos (compreendendo a força de trabalho e a própria capacidade empresarial) e diversificada e dinâmica estrutura de produção e difusão de conhecimento, capaz de permitir a criação de um ambiente favorável de inovação. No médio e longo prazos, o Nordeste deve melhorar sua capacidade competitiva, de modo a poder prescindir de subsídios e mecanismos de fomento que apenas amenizam as fragilidades regionais, especialmente no que se refere ao custo do capital e à produtividade e qualidade dos produtos regionais.

Esta competitividade não pode se pautar mais pelo caráter espoliativo na utilização da força de trabalho nem, tampouco, pelas formas predatórias no uso dos recursos naturais – a denominada *competitividade espúria*; mas, sim, pela competitividade sistêmica, na qual a utilização dos recursos humanos qualificados implique em melhores níveis salariais e condições de trabalho previstas nas leis e normas vigentes e, no que se refere à utilização dos recursos naturais, ocorra de forma sustentável e em respeito ao meio ambiente. A ampliação da competitividade econômica do Nordeste cria o ambiente necessário ao adensamento das cadeias e ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, articulando os seus diversos elos e viabilizando a irradiação das atividades econômicas. A Região tem potencial para firmar competitivamente diversos segmentos e cadeias produtivas, a exemplo da produção de ovinocaprinocultura, de fruticultura (irrigada ou não), de petroquímicos, de atividades turísticas que podem ser potencializadas se articuladas ao rico potencial para a produção cultural regional, da produção de têxtil e confecções, da atividade sucro-alcooleira, da indústria de calçados, entre outros; mas, é necessário a complementação e fortalecimento dos

elos mais fracos das cadeias e arranjos produtivos, assegurando a dinamização e irradiação dos núcleos dinâmicos.

A **gestão ambiental** é o eixo estratégico de caráter regulador que estabelece os parâmetros de sustentabilidade das iniciativas e investimentos que utilizem ou impactam sobre o meio ambiente. Desta forma, a gestão estabelece as formas e limites diferenciados de atuação segundo as características dos ecossistemas; parte do compromisso com o respeito aos condicionantes ambientais, de cuja conservação depende a manutenção e o avanço da atividade econômica e da vida social presente, bem como das gerações futuras; procura conciliar, de forma permanente, o atendimento das necessidades humanas com os fatores mesológicos, o que pressupõe atitudes culturais corretas e, por isso mesmo, previdentes. A gestão ambiental se viabiliza através da implantação de mecanismos técnicos, jurídicos e organizacionais para mediação e reorganização das relações da economia e da sociedade com os recursos ambientais; deve apoiar-se na educação ambiental e na consciência da população e estimular mudanças nos processos produtivos e nos padrões tecnológicos, de modo a reduzir a pressão antrópica e assegurar a conservação ambiental; esta se dá através da prevenção de processos humanos e naturais de degradação ambiental, a recuperação de espaços com elevado nível de degradação ambiental e o combate aos processos de desertificação em curso.

Como já foi referido, os três eixos estratégicos se articulam e distribuem no território regional, refletindo e aproveitando a diversidade e as potencialidades, organizando os projetos e iniciativas em múltiplas escalas territoriais. Deve, assim, levar a um reordenamento do espaço interno, com a ampliação dos níveis de sinergia entre os diversos Estados e das várias unidades sub-regionais e locais; nesta direção, o tratamento territorial orienta os eixos estratégicos para superar os entraves ao aproveitamento das potencialidades e vantagens locais (naturais ou criadas), estimular novos arranjos produtivos locais e desenvolver uma atuação articulada visando o seu fortalecimento ou sua integração a cadeias produtivas de âmbito macrorregional ou nacional, e intensificar os fluxos e relações intra-regionais e interestaduais (no que é estratégico e comum); desta forma, procura tirar partido das condições favoráveis de sub-regiões como o Semi-árido, sob a ótica de convivência com esse ecossistema, e a Zona da Mata, valendo-se do aproveitamento da energia da biomassa e da diversificação da sua atividade produtiva, além de outras sub-regiões como o Cerrado e as áreas litorâneas, com suas especificidades. Por outro lado, demanda o revigoramento da rede urbana regional, hierarquizando-a, fortalecendo-a e diversificando a dotação de equipamentos típicos das cidades.

## 5.5 Projetos Estratégicos

Os eixos estratégicos se desagregam em um conjunto articulado de projetos estratégicos que operacionalizam as iniciativas que levam ao desenvolvimento regional. Desta forma, estão apresentados a seguir os projetos estratégicos de cada um dos eixos estratégicos, explicitando, nos mesmos, as **grandes apostas** no futuro do Nordeste.

### 5.5.1. Distribuição de Ativos Sociais

O eixo estratégico **distribuição de ativos sociais** representa o conjunto de iniciativas e investimentos para melhoria do acesso generalizado da população à educação que leve ao aumento da escolaridade da população, assim como redução do analfabetismo (funcional e digital), acesso à terra e à água, oferta ampla de serviços sociais (como abastecimento de água e esgoto). A opção estratégia articula e organiza as ações em quatro projetos estratégicos:

**a) difusão do conhecimento** – investimento na educação básica e fundamental de qualidade em todos os níveis da Região, fortalecendo e melhorando a qualidade do ensino público, que leve em conta a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental e considere também o apoio ao acesso aos níveis mais altos de ensino; tal política exige, além de amplos recursos humanos e financeiros, a articulação de um grande número de entidades e instituições (públicas e privadas), com o apoio do planejamento regional. Este projeto estratégico se concentra em **duas grandes apostas** que, além do seu impacto na redução das desigualdades sociais, contribuem para a competitividade da economia regional:

- i. ***ampliação e melhoria do ensino médio*** - investimento de alta escala para aumento da oferta e melhoria da qualidade do ensino fundamental e, principalmente, médio com capacitação dos professores, aumento da remuneração e reforço do material didático;
- ii. ***interiorização do ensino superior*** – consistente com a diretrizes de desconcentração das condições de vida e da economia (desenvolvimento local) mas de acordo com a hierarquia de cidades, implementar um processo amplo de interiorização do ensino superior,

estruturada na rede de cidades, de forma a difundir capacidades humanas no território

**b) fortalecimento da organização da sociedade** - incentivando os atores sociais à criação de formas associativas e cooperativas, com a difusão e democratização da informação, de modo a preservar e fortalecer a autonomia das comunidades locais e a capacidade de a sociedade participar ativamente da gestão do desenvolvimento, em particular na formulação, implantação e monitoramento de políticas públicas; desta forma, se democratiza o sistema de poder e os mecanismos de decisão na região;

**c) redistribuição de terra e água** – reestruturação fundiária com ampliação do acesso à terra por parte de parcela dos agricultores sem terra ou familiares, de modo a aumentar a pequena produção familiar (contemplando também a articulação de minifúndios improdutivos), fortalecida com financiamento, assistência técnica direcionada para os processos produtivos, qualificação dos trabalhadores e dirigentes e comercialização e o acesso aos mercados; a reestruturação fundiária será acompanhada de aumento da oferta de água com a democratização do acesso aos recursos hídricos na região;

**d) ampliação do acesso aos serviços sociais básicos** – investimento público e em parceria nas áreas de saneamento básico (água, esgotamento, drenagem e lixo), combinado com gestão da coleta e disposição de resíduos sólidos, habitação (incluindo aumento da oferta de lotes residenciais e legalização de assentamentos irregulares e melhoria das favelas) e universalização dos serviços de saúde, de modo a melhorar a qualidade e ampliar o acesso pela população; relativamente à saúde, reforçar as ações preventivas, com destaque para programas de saúde da família; a principal **aposta** deste projeto estratégico se volta para o **Saneamento básico**, com investimentos amplos para o aumento da oferta de serviços de saneamento básico, especialmente o esgotamento sanitário e o tratamento do lixo dos centros urbanos.

### 5.5.2. Construção da competitividade sistêmica

A **construção de condições sistêmicas de competitividade** resulta do conjunto dos investimentos na geração das externalidades econômicas, fundamentalmente na capacitação dos recursos humanos, na inovação e desenvolvimento tecnológico e na ampliação da infra-



estrutura física (energia, transporte e comunicações) e hídrica (especialmente na sub-região semi-árida). Desta forma, se expressa através de três grandes ações estratégicas:

**a) capacitação para o trabalho** – capacitação e treinamento de recursos humanos concentradas nas profissões e ocupações consideradas estratégicas para desenvolvimento futuro da Região, voltadas para as necessidades do adensamento das cadeias produtivas, tendo em vista as atividades produtivas para as quais estão previstas taxas significativas de expansão. Este projeto estratégico é uma das **grandes apostas**, promovendo um amplo e intenso de capacitação e qualificação profissional da população.

**b) inovação e capacitação tecnológica** – promoção da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico voltadas para atendimento das necessidades e enfrentamento dos estrangulamentos de tecnologias das cadeias produtivas mais relevantes já existentes e as potencialidades antevistas no desenvolvimento da economia regional (com domínio do conhecimento sobre a região e os processos produtivos, permitindo o aproveitamento de novas oportunidades como biodiesel, mercado de carbono, etc.). Isso envolve não só a realização de pesquisas e sua difusão, como diz respeito, também, à integração dos agentes regionais em rede mais ampla de informações sobre o que foi ou está sendo produzido nos centros tecnológicos, nas empresas e outras instituições, no âmbito regional, nacional e internacional, a respeito. O fortalecimento das instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Região e sua integração com as necessidades e com a atividade produtiva regional apresenta duas apostas complementares.

- i. *investimento pesado nas instituições de pesquisa* para atração de recursos humanos e ampliação dos laboratórios e equipamentos de pesquisa, incluindo implantação dos centros tecnológicos descentralizados no território;
- ii. *promoção da pesquisa para enfrentamento dos estrangulamentos tecnológicos das cadeias produtivas* selecionadas, estimulando a interação das empresas com as universidades e centros de pesquisa, e em segmentos de ponta, como biotecnologia e nanotecnologia.

**c) ampliação e modernização da infra-estrutura** – investimento estruturador na infra-estrutura e logística regional, tanto na *infra-estrutura econômica*, vale dizer, energia (produção e distribuição), incluindo as fontes alternativas, transporte nas diversas modalidades (rodovias, como a duplicação da BR 101, ferrovias, como a Transnordestina,

hidrovias e portos), e comunicação, especialmente infovias; como na *infra-estrutura hídrica*, que diz respeito, no caso regional, ao aumento significativo da sua oferta para vários fins e o desenvolvimento de esforços no sentido da sua distribuição e racionalização e do uso, incluindo a integração de bacias, construção de açudes, barragens e adutoras; esse esforço não poderá ser desenvolvido dissociado de políticas ambientais, devendo contemplar também os sistemas de gestão de recursos hídricos de bacias hidrográficas. Este projeto estratégico se orienta para **dez grandes apostas**, seis na área de transporte, duas no segmento energético e duas na infra-estrutura hídrica, como apresentado a seguir:

- i. Duplicação da BR 101 – o projeto deve realizar a duplicação da principal rodovia do Nordeste, que integra todo o litoral leste, da Bahia até o Rio Grande do Norte, com um investimento total de R\$ 2,7 bilhões de reais. A realização desta obra equaciona o estrangulamento do transporte que integra os seis Estados nordestinos, ampliando a via que representa um grande fluxo de carga e passageiros, considerando a logística de comercialização da região a partir dos grandes portos, principalmente Suape. Embora esta seja a principal aposta da infra-estrutura econômica, a rede de transporte rodoviária do Nordeste será complementada obras menores de recuperação ou ampliação de estradas federais, entre as quais se destacam a BR 135, na Bahia, a BR 116, entre Bahia, Pernambuco e Ceará, a BR 230, na Paraíba, a BR 232, em Pernambuco, a BR 020, no Piauí, e a BR 330 entre Piauí e Maranhão.



**Cartograma 3 – Principais Projetos de Infra-Estrutura**

Fonte: Ministério do Planejamento

- ii. Ampliação da Ferrovia Norte-Sul – a ferrovia Norte-Sul representa um importante eixo de transporte de grãos do Brasil Central, devendo ser ampliada em duas direções – de Estreito em direção de Divinópolis e em direção de Balsas – ampliando a articulação com os sistema multi-modal de transporte da região. O ramal Norte representa um investimento de R\$ 336 milhões de reais, enquanto que o ramal Sul demanda recursos da ordem de R\$ 555 milhões de reais. Como mostra o mapa a seguir, visualiza-se a implementação da Norte-Sul e as outras grandes obras de integração físico-territorial, incluindo a BR-101 referida acima.
- iii. Construção da Ferrovia Transnordestina – a Ferrovia Transnordestina prevê a construção de dois mil quilômetros de estrada de ferro em bitola larga (1,6 metros) ligando o Porto de Suape (Pernambuco) a Eliseu Martins, no Piauí e encontrando com o eixo que vai de Salgueiro para o Porto Pecém. A implantação da Ferrovia Transnordestina deve mobilizar recursos equivalentes a R\$ 4,5 bilhões

de reais oriundos da ADENE, da CFN – Companhia Ferroviária do Nordeste, do FINOR e do BNDES.



**Cartograma 4 – Transnordestina**

Fonte: Ministério da Integração

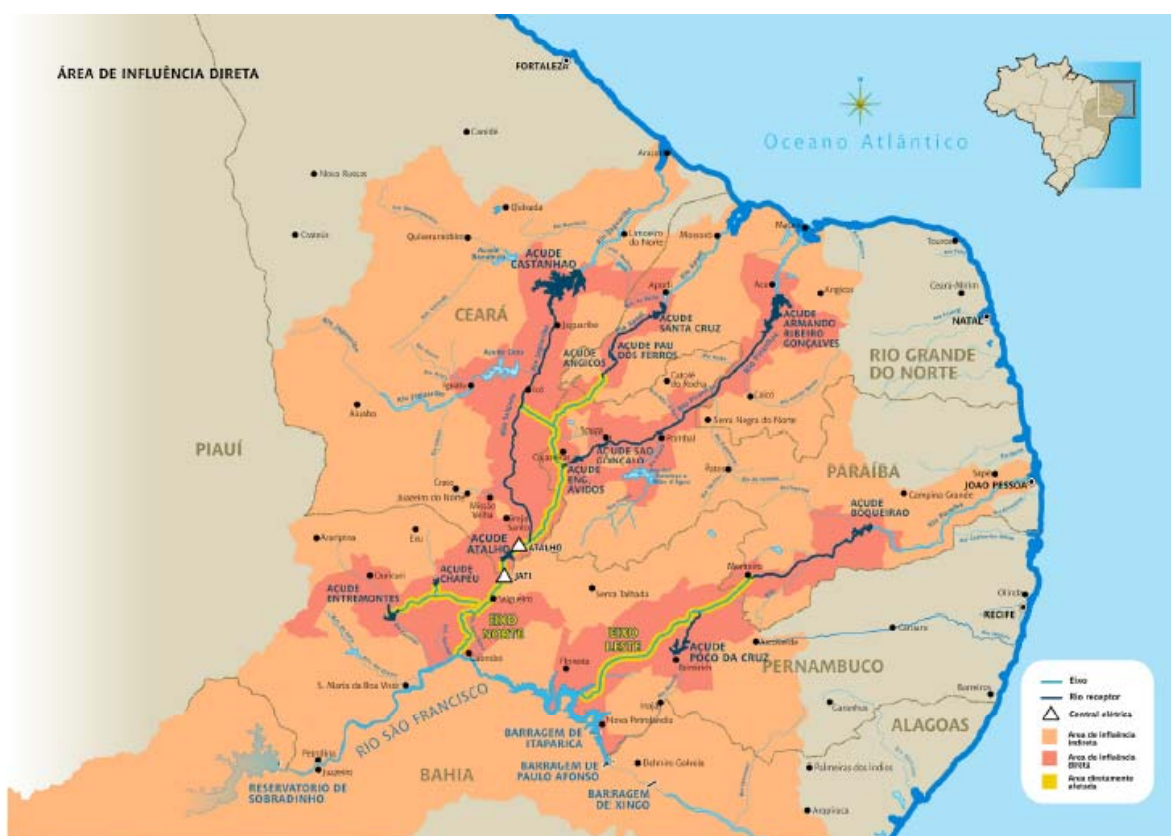
- iv. Modernização e ampliação dos portos – a integração física e econômico-comercial do Nordeste e sua capacidade de inserção competitiva no mercado brasileiro e mundial dependem da modernização e ampliação de três dos seus principais portos, de Itaqui, no Maranhão, Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco. Estes três projetos se articulam com a duplicação da BR 101 e com a construção e ampliação das ferrovias (Transnordestina e Norte-Sul) compondo um sistema econômico e logístico articulado. Os investimentos nos três portos representam cerca de R\$ 652 milhões de reais, os quais podem ser acrescentados mais R\$ 322 milhões para modernização dos portos de Fortaleza e de Recife, complementando o sistema.

- v. Rede de gasodutos – a complementação da rede de gasodutos do Nordeste, integrada à rede nacional se viabiliza através de três grandes projetos: o primeiro é o gasoduto que liga a Bahia ao Rio de Janeiro, e portanto, ao sistema brasileiro, com investimento previsto de R\$ 2.427 milhões de reais; o segundo é o Gasoduto Nordeste, integrando os diversos Estados, no valor total de R\$ 2.310 milhões de reais; e o último e menor trecho, na Paraíba, no valor de R\$ 49 milhões de reais.
- vi. Hidrovia do São Francisco – o Rio São Francisco pode se constituir uma importante via de transporte para grandes volumes de carga, contando ainda com as vantagens da multimodalidade no Nordeste, integrando os pólos produtores de grãos em Ibotirama/Barreiras e o centro consumidor e de distribuição de carga em Juazeiro/Petrolina; pode contar ainda com carga de retorno de produtos como fertilizantes e calcário para a região produtora de soja no oeste da Bahia, bem como de gipsita com destino à Pirapora. A revitalização deve considerar a grande mobilidade dos bancos de areia, agravada pelas freqüentes variações das vazões decorrentes da operação da Usina Hidrelétrica de Três Marias.
- vii. Ampliação do sistema elétrico – o aumento da oferta de eletricidade da região e a redução do risco de estrangulamento passam pela implementação de duas hidrelétricas e seis termelétricas; o mais importante empreendimento hidrelétrico da região será a UHE de Estreito (entre Maranhão e Tocantins), no valor total de R\$ 2.311 milhões de reais, à qual se agrega a hidrelétrica de Pedra do Cavalo, com custo de R\$ 180 milhões. As seis termelétricas (Alagoas, Camaçari, Ceará, Vale do Açu, Coteminas e Sergipe) representam, juntas, um custo total de quase R\$ 2,5 bilhões de reais, distribuídas nos principais Estados do Nordeste.
- viii. Integração da rede de gasodutos – para abrir novas oportunidades energéticas e ampliar as fontes de energia do Nordeste, tanto para consumo industrial, veicular e domiciliar, quanto para o sistema de termelétricas, deve ser concluído o gasoduto Nordestão II, pelo interior da região e a construído o Gasene, completando a integração

da rede do Nordeste com o resto do país. Os dois projetos juntos demandam investimentos de, aproximadamente, R\$ 4.745 milhões reais.

- ix. Revitalização da Bacia do São Francisco – a revitalização da bacia do Rio São Francisco objetiva aumentar a vazão de estiagem no Médio São Francisco para criar melhores condições de navegabilidade, ampliar o volume de água armazenada, e aumentar o aporte de água em regiões ainda não atendidas (esperando elevar a a vazão do Rio São Francisco, a montante de Sobradinho, em mais 180 m<sup>3</sup>/s). A revitalização será implementada através das seguintes medidas: planejamento e gestão integrada dos recursos naturais da Bacia, revegetação de margens e nascentes do São Francisco e de seus afluentes, saneamento básico e controle de poluição de cerca de 400 núcleos urbanos que, em sua maioria absoluta, lançam esgoto sem tratamento diretamente no rio, e disciplinamento e proteção da pesca, com apoio aos ribeirinhos do Baixo São Francisco.
- x. Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – para complementar a oferta hídrica do Semi-árido, precisamente onde se concentra grande parte da população regional, o projeto de integração da bacia do São Francisco prevê a construção de dois grandes canais - o Eixo Norte e o Eixo Leste (como mostra o mapa) – para transferir água do Rio São Francisco para um sistema de barragens e açudes que permita uma armazenagem e gestão do uso dos recursos hídricos. O Projeto tem como idéia central promover a integração da Bacia do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas dos principais e maiores rios da região Setentrional do Nordeste brasileiro, situados nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Desta forma, poderá abastecer até 6,8 milhões de pessoas, propiciando água para a irrigação de 300 mil hectares de terra, em solos agricultáveis distribuídos em pequenas manchas descontínuas (menos de 10% dos solos da região), geralmente localizadas nos altiplanos, nas encostas e principalmente nos baixios e nas formações aluvionais dos rios que,

geralmente, são inundadas pelas águas acumuladas em barramentos. Com um investimento total de R\$ 4,5 bilhões de reais, será possível criar uma rede capaz de permitir uma vazão contínua de 26 m<sup>3</sup>/s, ficando sua operação condicionada ao nível de 94% de acumulação de águas na Barragem de Sobradinho, controlada pela Agência Nacional de Águas – ANA.



**Cartograma 5 – Intergração de Bacias do Rio São Francisco**

Fonte: Ministério da Integração

A captação de água para o Eixo Norte será feita à altura do Município de Cabrobó, no Estado de Pernambuco. Daí, a água será bombeada em vazão aproximada de 99m<sup>3</sup>/s para as nascentes dos rios Jaguaribe (CE), Piranhas-Açu (PB/RN), Apodi (RN) e Brígida (PE). Já para o Eixo Leste, que interliga o Rio São Francisco com os rios Paraíba (PB) e Moxotó (PE), o bombeamento será de 28m<sup>3</sup>/s a partir de um ponto nas imediações do Reservatório de Itaparica (PE).

Para chegar às vertentes das bacias receptoras, a água deverá ser elevada a uma altura de 160 metros do ponto de captação, percorrendo, a partir daí, cerca de 2 mil quilômetros de rios e canais a céu aberto. Nesse percurso, ocorrerão perdas substanciais por evaporação e infiltração. As perdas, por infiltração e evaporação, podem chegar, em alguns trechos, a uma fração correspondente a 30% das vazões transportadas, dependendo da natureza do solo.

**d) promoção das exportações** – fomento público e apoio operacional às exportações para ampliação da base exportadora, incorporando novos produtos, empresas e negócios, aproveitando as oportunidades de mercado mundial.

**e) fomento à Estrutura Produtiva do Futuro** – tão importante quanto a consolidação e modernização da estrutura produtiva existente é o fomento à implantação do que se definirá aqui como “Estrutura Produtiva do Futuro”.

O panorama mundial está marcado por um novo dinamismo econômico, baseado na ampliação da demanda por processos e produtos diferenciados, viabilizados pelo desenvolvimento intensivo e acelerado de novas tecnologias e novas formas de organização. Essa nova dinâmica realça a importância da inovação como um elemento-chave para o crescimento da competitividade industrial. O desenvolvimento de novos usos e produtos possibilita a conquista de novos mercados. Para isso é necessária uma alocação crescente de recursos públicos e privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Tais “setores portadores de futuro” estão fortemente vinculados ao que se convencionou caracterizar como economia do conhecimento. Nessas áreas os fatores inovação e qualificação de pessoal são críticos. Nelas a fronteira do conhecimento se move rapidamente, fundindo-se com áreas como **nanotecnologia, biotecnologia e novos materiais**.

Em países como o Brasil, e especialmente em Regiões como o Nordeste, o cruzamento de competências como as acima descritas exige o concurso do Estado e a implantação de políticas de integração e estímulo a um salto de qualidade na indústria. Para dar sustentabilidade a esse processo é preciso promover interações institucionais e empresariais e uma articulação fina entre o sistema educacional e os centros de pesquisa, de modo a estimular um novo ambiente industrial de cooperação.

A implantação dessa nova “estrutura produtiva” é importante para o futuro do País e da Região e apresenta potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas.



**f) adensamento das cadeias produtivas** – demanda iniciativas adicionais para a complementação dos seus diferentes elos com potencialidade regional, além de comercialização, assistência técnica, crédito e incentivos e sistema de regulação dos setores e ramos produtivos. Dentro do projeto estratégico de adensamento das cadeias produtivas regionais, o plano se concentra em 16 **apostas**, apresentadas a seguir:

- i. FRUTICULTURA IRRIGADA – atividade florescente no semi-árido, principalmente no Vale do São Francisco e no Vale Açú-Mossoró, se beneficia das condições especiais de solo, clima e água, demandando, contudo, um fortalecimento das instituições de pesquisa e o adensamento com a implantação de agroindústria.
- ii. AQUICULTURA E PISCICULTURA (CARCINOCULTURA) – a grande disponibilidade de recursos aquáticos e a abundância de mão de obra tem levado a uma expansão acelerada da aquíicultura no Nordeste, especialmente no Rio Grande do Norte, tornando a região responsável por 95% da produção nacional de camarão e principal exportador dos seus produtos. Entretanto, a atividade apresenta riscos e danos ambientais preocupantes e ainda tem grandes dificuldades de manejo, tecnologia, armazenagem e comercialização, além de baixo adensamento da cadeia a jusante e a montante.
- iii. GRÃOS – com presença destacada nos cerrados nordestinos, a cadeia de grãos tem apresentado uma expansão significativa na economia regional, com produção de soja, milho, café e, mais recentemente, algodão, voltada para exportação. Apesar da grande potencialidade de adensamento da cadeia produtiva com agregação de valor, a produção regional ainda se limita aos produtos primários, além de apresentar elos relativamente frágeis a montante que moderam a competitividade do setor, incluindo problemas de infra-estrutura para escoamento da produção.
- iv. OVINOCAPRINOCULTURA – maior produtor nacional de ovinos e caprinos, a atividade está amplamente disseminada no semi-árido, geralmente em pequenos e médios produtores de baixa produtividade e manejo inadequado, com grandes problemas de sanidade animal e qualidade do produto final. Com rebanhos adaptados às condições

ecossistêmicas do semi-árido, a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura tem grandes potencialidades mas precisa incorporar processos avançados de criação, com melhoria genética, vacinação, e higiene, além de investimentos para agregação de valor no produto primário, carne, leite e couro.

- v. COURO E CALÇADOS – a implantação recente, no Nordeste, de grandes indústrias e marcas de calçados, parte das quais de material plástico, está consolidando uma cadeia produtiva regional que se associa e complementa a produção de couro, normalmente formando arranjos produtivos locais. O setor de calçados à base de injetáveis (plásticos) forma uma cadeia com vários elos frágeis, especialmente os materiais sintéticos utilizados na produção; além do mais, estas indústrias foram atraídas para o Nordeste pelos incentivos fiscais e o baixo custo da mão-de-obra regional, fatores de uma competitividade espúria e, portanto, pouco sustentável.
- vi. PETRÓLEO E GÁS NATURAL - basicamente concentrado na Bahia, a cadeia produtiva da indústria petroquímica ainda tem um limitado adensamento, especialmente pela falta de um segmento forte de transformação de plásticos; por outro lado, considerando a velocidade dos avanços tecnológicos na área, a indústria petroquímica e seus encadeamentos com a química exige uma permanente atualização e estreita relação com a pesquisa e os centros tecnológicos. Com os novos investimentos que estão se realizando, especialmente a ampliação da rede de gasodutos no Nordeste e a construção de uma nova refinaria na Região, o setor deverá ter um grande crescimento no próximos anos.
- vii. INDÚSTRIA DE FÁRMACOS E HEMODERIVADOS – ainda incipiente, o Estado de Pernambuco está criando um pólo de fármacos e de hemoderivados, aproveitando a importante base do setor médico-hospitalar pernambucano, um dos mais avançados e densos do Brasil, enquanto o Ceará dispõe de incubadoras para especialização em nutracêuticos e fitoterápicos. Ambas iniciativas dependem fortemente de investimentos em pesquisa e

desenvolvimento e da regulamentação da política de medicamentos genéricos, liberando a produção de medicamentos das patentes e marcas. A instalação da Hemobrás em Pernambuco deverá viabilizar o surgimento de novas empresas no setor.

- viii. INDÚSTRIA MÍNERO-SIDERÚRGICA – amplo segmento que engloba uma série de indústrias de mineração como manganês, bauxita, silício, cobre e outros, com indústria de logística e de infraestrutura de transportes. No Nordeste tem localização destacada na zona de transição com a Amazônia (atividade que envolve vários estados). Este setor têm fortes interligações com a infra-estrutura intermodal (Cidades de Itaqui e Santarém). Grandes projetos das décadas de oitenta e noventa do século passado já se encontram devidamente maturados e que se associam a outros, mais recentes, mais interligados a uma infra-estrutura portuária e ferroviária. Quanto a siderurgia, indústrias especializadas em diversas fases dos processos de produção do aço (como o ferro gusa) estão presentes no estado do Maranhão, associadas à factível perspectiva de uma usina siderúrgica no Ceará.
- ix. INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA – segmento com presença relevante na Bahia, no Ceará, no Maranhão e em Pernambuco, apresenta baixo nível de integração vertical e adensamento da cadeia produtiva; a produção a jusante é pulverizada e desintegrada e seus principais insumos são oriundos de outras regiões ou países. Já a indústria voltada para a produção automobilística se apresenta com bons resultados do complexo de Camaçari. Este segmento vem apresentando um bom desempenho na balança comercial no Nordeste nos últimos dois anos. Esta cadeia tem grande possibilidade de articulação com a produção de componentes termoplásticos e plásticos, os quais devem ser priorizados conjuntamente. Com capacidade de potencializar *linkages* para frente e para trás, com o posterior adensamento do elos de sua cadeia de produção, esbarra nas dificuldades de capacitação de pessoal e de absorção tecnológica por parte das empresas do Nordeste.

- x. TÊXTIL-CONFECÇÕES – com alta capacidade de geração de emprego e potencialidade de crescimento futura, a cadeia têxtil-confecções aparece com destaque em todo Nordeste, mais especificamente nos Estados do Ceará, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e na Bahia. Atualmente encontra-se com pouca capacidade de competir com concorrentes estrangeiros, especialmente asiáticos, necessitando de renovação tecnológica e qualificação da mão-de-obra para se consolidar como setor dinâmico da economia nordestina.
- xi. TURISMO – Caracteriza-se por um conjunto de atividades produtivas em que os serviços têm interesse prevaiente, reconhecido como uma das maiores potencialidades do Nordeste, devido às belezas naturais e clima favorável, o turismo é uma cadeia de alta irradiação na economia; O Brasil está se consolidando cada vez mais como um importante destino turístico, onde a região Nordeste desponta com destaque nesse cenário. Estão previstos grandes investimentos para o setor, com a construção de dezenas de hotéis, condomínios, centro de convenções etc. Esses projetos terão fortes impactos na geração de emprego e renda da Região. O aumento expressivo do movimento turístico na região repercutiu favoravelmente no desempenho da hotelaria, e conseqüentemente no crescimento apreciável do volume de investimentos privados para a construção e ampliação de empreendimentos turísticos modernos e sofisticados em diferentes destinações turísticas. Entretanto, embora já seja um setor importante na economia, o turismo tem apresentado limitado encadeamento produtivo, e perde competitividade devido à baixa qualificação da mão-de-obra. Carece ainda de uma plano global que vislumbre metas, objetivos, capacitação de mão-de-obra e a sustentabilidade da atividade econômica.
- xii. INDÚSTRIA CULTURAL E DE ENTRETENIMENTO - a visão de cultura incorpora aspectos de produção cultural material (como livros, filmes, artesanato) e a interação com outros setores da economia como turismo, entretenimento e a indústria, assim como

aspectos essenciais da sociedade como valores históricos e sustentabilidade do meio-ambiente. A percepção de que a cultura é a mola propulsora e o amálgama do desenvolvimento sustentável, pode ser considerada como um fator de vantagem competitiva de diversos países. Dado que o Nordeste dispõe de vasta diversidade cultural e um manancial de matérias-primas, o setor de cultura e entretenimento vem se destacando como um elemento de forte dimensão no PIB regional. Para que isto se transforme em realidade é preciso reconhecer a cultura em sua dimensão mais ampla, multifacetada e insubstituível, com a riqueza de elementos que esta contém (consolidação de uma identidade regional, fonte de educação e inclusão social e oportunidades de investimentos e empregos) aliada aos interfaces com a indústria do turismo e as oportunidades de geração de riqueza.

- xiii. LOGÍSTICA – o ritmo de desenvolvimento tecnológico e os impactos da globalização de mercados têm exigido dos procedimentos e técnicas de gestão, incluindo a gestão da distribuição de mercadorias e dos resíduos decorrentes, um enfoque sistêmico que seja integrado, efetivo e inovador. A Logística se envolve com os aspectos mais avançados da gestão, nos quais intenta articular os vários elos das cadeias de suprimentos de modo a otimizar os fluxos financeiros, de informações, de pessoas entre os diversos setores da economia. Dada a carência de serviços avançados no Nordeste e grande potencialidade de cidades metrópoles como Fortaleza, Recife e Salvador, além de diversas cidades médias, este subsetor carece de atenção do setor público para o seu desenvolvimento. O desafio que hoje se coloca para as instituições de fomento, planejamento e pesquisa é tornar o ambiente das economias regionais mais convidativo aos investimentos “tradicionais” e “adiantados” com o auxílio da própria Logística.
- xiv. SERVIÇOS AVANÇADOS (serviços médicos, consultoria e tecnologia da informação) – o Nordeste tem alguns pólos importantes de tecnologia da informação, indústria aeroespacial,

tecnologia e equipamentos médicos (telemedicina e telerobótica) que constitui uma base importante para a nova economia regional, com produção de bens de alto valor agregado e forte interação com outras cadeias produtivas da Região. Apesar disso, os elos da cadeia ainda são frágeis e é reduzido o seu peso na economia nordestina, demandando maior incentivo e interação com a pesquisa e o conhecimento científico regional. Por outro lado, dados os novos investimentos na região, serão provavelmente demandados estudos e trabalhos especializados em especificações técnicas, consultoria de projetos industriais e mão-de-obra especializada em serviços de manutenção e implementação de grandes projetos (siderúrgicas, gasodutos, refinaria de petróleo e estaleiro).

- xv. SOFTWARE – o segmento de desenvolvimento de softwares tem uma característica especial, por necessitar basicamente de capital intelectual para, o seu crescimento. O Nordeste vem apresentado bons resultados no desenvolvimento deste setor, tendo uma atuação de destaque os departamentos de informática das universidades, formação de incubadoras de empresas e Programa Nacional de Software para Exportação (SOFTEX) aliados a boa infra-estrutura de telemática existente na Região, estes fatores avançados se constituem como essenciais para o desenvolvimento da atividade na Região. São pólos regionais de desenvolvimento de software as cidades de Campina Grande, Fortaleza e Recife. Em virtude da enorme gama de aplicações e especialidades torna-se cada vez mais evidente a participação deste setor na economia do futuro.
- xvi. BIOMASSA – o projeto BiodieselBrasil envolve o desenvolvimento de tecnologias e processos de produção de combustíveis de origem vegetal que podem ser utilizados na produção de energia elétrica, em motores estacionários, veiculares e agrícolas. Uma das possíveis estratégias é o processamento do Biodiesel que pode ser considerado como uma possibilidade de alto impacto social, trazendo uma série de reflexos nos aspectos ambientais, econômicos e sociais para populações de baixa renda no Nordeste. Outra grande possibilidade é

a retomada do programa do álcool como combustível de alta escala e que está em acordo com as recomendações do protocolo de Kioto e que graças aos avanços tecnológicos com a criação dos veículos "flex fuel" tem possibilitado o aumento consistente da demanda por esse combustível.

Concentrada na Zona da Mata, especialmente Pernambuco, Alagoas e Paraíba, a produção de açúcar e álcool tende a ampliar seus espaços futuros, tanto pela possível redução das barreiras alfandegárias e subsídios ao açúcar por parte dos países desenvolvidos quanto pela importância crescente de combustíveis renováveis e não emissores de gás carbônico. O setor apresenta, contudo, grandes limitações tecnológicas e produtivas no Nordeste, demandando uma reestruturação e modernização dos procedimentos

**g) Desenvolvimento e apoio a Arranjos Produtivos Locais** – fomento à consolidação dos arranjos produtivos locais com potencialidades no Nordeste, colocando isso como uma estratégia central de um processo de *inclusão social produtiva*.

### 5.5.3. Gestão ambiental

O eixo de **gestão ambiental** consiste num conjunto de mecanismos de controle das relações da economia com o ambiente natural, de modo a assegurar a sustentabilidade da utilização dos recursos naturais, respeitando a diversidade dos ecossistemas do Nordeste. A gestão ambiental se desdobra nas seguintes ações estratégicas:

**a) recuperação de áreas degradadas** – estímulo ao investimento público e privado para recuperar áreas degradadas, especialmente aquelas com risco de desertificação e intensa erosão do solo, criando novas condições para o desenvolvimento local;

**b) prevenção de impactos antrópicos** – controle e fiscalização das atividades econômicas de modo a reduzir as pressões antrópicas sobre o ambiente natural, estimulando mudanças os processos produtivos, nas tecnologias e no tratamento dos efluentes;

**c) fortalecimento das instituições e dos instrumentos de regulação** – iniciativas para recuperar e fortalecer, em termos institucionais, técnicos e humanos, as

organizações responsáveis pela gestão ambiental e os seus instrumentos de regulação das atividades econômicas.

## **5.6 ESTRATÉGIA ESPACIAL**

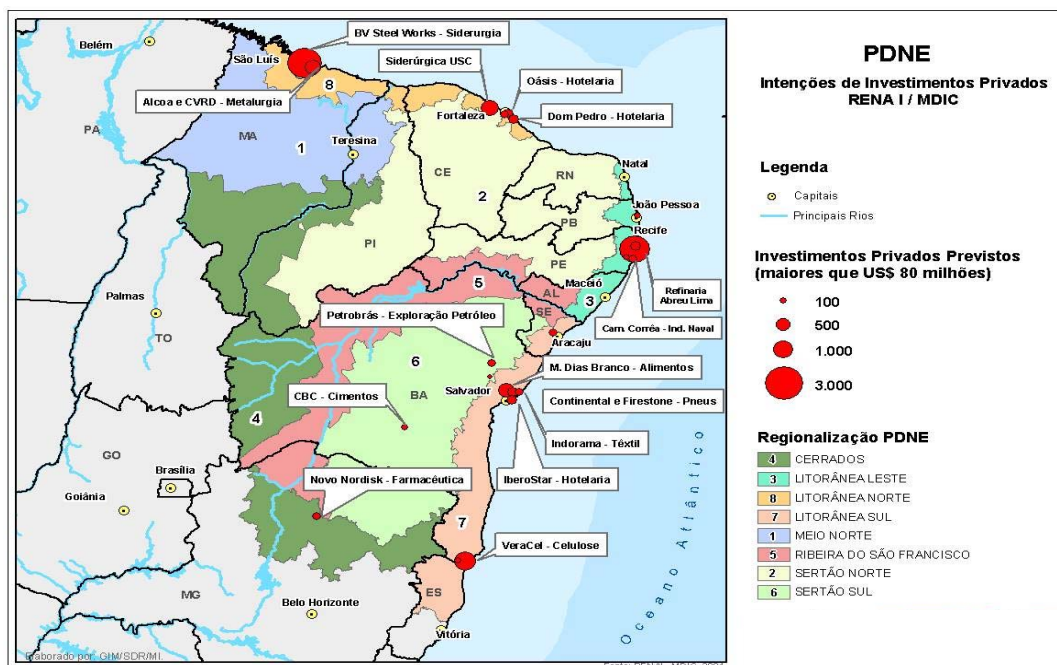
A Região Nordeste foi dividida em 8 sub-regiões de planejamento no intuito de realçar alguns elementos que atestam as diferenças intra-regionais e organizam a configuração espacial de um conjunto de intenções de investimentos e ações em curso que têm impacto importante na trajetória de evolução futura mais provável de seu desenvolvimento. Essa "visão de partida" objetiva do desenvolvimento nordestino constitui ferramenta ímpar para o exercício necessário de definição de agendas sub-regionais de desenvolvimento, em consonância com a estratégia de desenvolvimento defendida pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A definição de estratégias para as diversas sub-regiões nordestinas, naturalmente, só pode ser concretizada com a efetiva participação da sociedade, a partir de intensa troca de idéias e opiniões com os atores sociais e instâncias de poder que compartilham essas preocupações. Um conjunto articulado de orientações estratégicas para o desenvolvimento das várias sub-regiões nordestinas e da Região como um todo deve nascer de um cotejamento e articulação de projetos de várias naturezas, tamanhos e finalidades, possibilitando adequado tratamento dos grandes, médios ou pequenos empreendimentos, das ações de cunho mais social, mais econômico ou ambiental, enfim, das mediações capazes de transformar potenciais situações de conflito numa sólida base de consenso acerca das prioridades para a evolução sócio-econômica da Região.

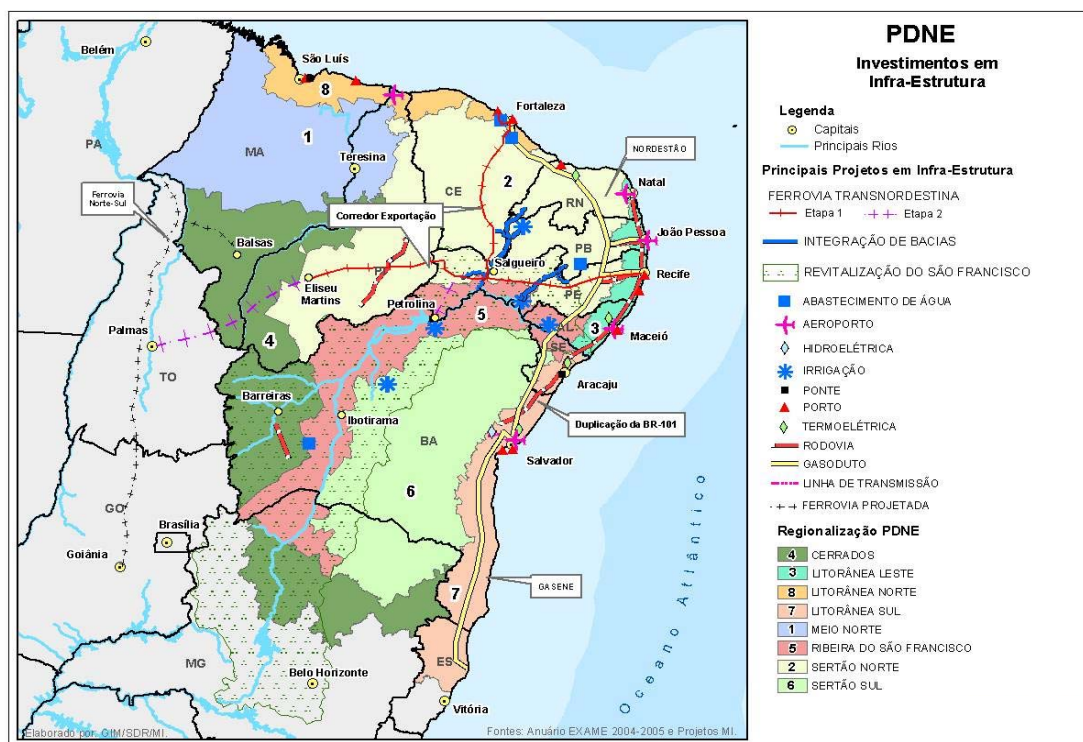
Neste Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Versão para Discussão, ponto inicial de um debate que deve prosperar nos próximos meses, o objetivo de contribuir para a construção de estratégias regionalizadas parte da organização preliminar de um quadro de referência e uma base de comparação para a análise das diferentes perspectivas de desenvolvimento das sub-regiões nordestinas. Para tanto, estruturou-se um inventário de iniciativas públicas e privadas (representadas nos cartogramas 6, 7 e 8) em curso ou sugeridas para os próximos anos que se acopla a um conjunto de indicadores sócio-econômicos. Do debate desse quadro geral de tendências da Região deve emergir um processo de negociação



política que promova o debate das alternativas de ação e possibilite o aperfeiçoamento das agendas prioritárias de desenvolvimento para cada contexto sub-regional.



Cartograma 6 – Intenções de Investimentos Privados RENAI-MDIC

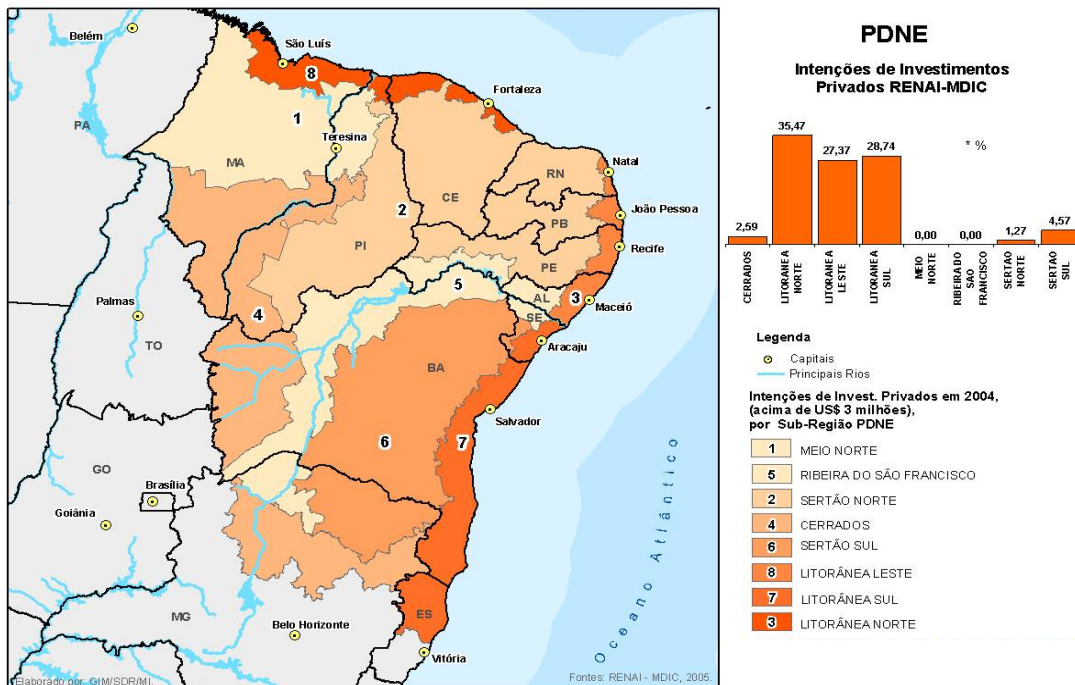


Cartograma 7 – Intenções em Infra-estrutura

Dessa maneira, apresentamos, a seguir, um conjunto inicial de matrizes de investimentos e ações por sub-região que ajudam a forjar um juízo preliminar sobre a configuração espacial que se engendra para a Região e ajuda a animar o processo subsequente de consulta aos atores com vistas à validação e melhoria da definição das diretrizes e estratégias sugeridas no Plano.

É a partir da observação e análise das agendas iniciais de cada sub-região, de seus valores estimados e do perfil das principais "apostas" identificadas que podemos estabelecer, no debate com os atores regionais, um conjunto de questões a serem enfrentadas. Os desequilíbrios espaciais constituem um primeiro campo de preocupação. As lacunas setoriais e uma possível discussão dos efeitos multiplicadores e impactos dos projetos em marcha ou anunciados outro. No confronto dessa percepção mais geral do cenário de evolução do Nordeste, recolhem-se elementos para a formação de um conjunto substantivo e robusto de estratégias de ação para cada sub-região, que respeite os anseios de um desenvolvimento regional mais harmônico. Outro campo de preocupação resulta da existência de oportunidades identificadas que não se encontram contempladas nos investimentos e ações programados. É claro que a carteira de investimentos deve espelhar escolhas que podem ou não estar mais afinadas com a matriz de setores promissores da Região, independentemente de escalas ou outras considerações.

As matrizes detalhadas para cada sub-região e para o conjunto do território nordestino servem exatamente para demonstrar os desequilíbrios, a eventual falta de critérios, enfim, a possível inexistência de visões norteadoras de uma trajetória desejável de desenvolvimento de cada parte e do todo regional. O desafio implícito neste Documento Inicial é o de instigar a sociedade a refletir sobre os elementos que podem transformar as condições de desenvolvimento e a qualidade de vida da população nordestina.



**Cartograma 8 – Intenções de Investimentos Privados RENAI-MDIC**

### 5.6.1 Análise por Sub-Região

#### Sub-Região Litorânea Sul

A sub-região Litorânea Sul do PDNE abrange porções dos Estados de Sergipe, Bahia e Espírito Santo, no caso deste último, suas áreas correspondem aos municípios beneficiados pelo FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. A sub-região abriga duas capitais – Salvador, uma das três regiões metropolitanas do Nordeste, e Aracaju. Essa sub-região concentra os maiores PIB's absoluto (R\$ 42,4 bilhões, em 2001) e *per capita* (R\$ 4.975,00) da região.

Considerando-se o total de investimentos a serem aplicados nos próximos anos (investimentos privados, em infra-estrutura e FNE), a Litorânea Sul receberá o segundo maior montante, cerca de R\$ 11,0 bilhões, equivalentes a 21,8% do total dentre as sub-regiões do PDNE, ultrapassado somente pelas aplicações na Litorânea Norte, que receberá R\$ 12,0 bilhões (23,8 %). O mesmo ocorre em termos de investimentos *per capita*, em que o valor da sub-região, R\$1.289,8, é superada apenas pela Litorânea Norte, R\$ 2.126,9.

No âmbito da sub-região, foram identificados 54 projetos em execução ou planejados, com estimativas de investimentos acima de R\$ 9,8 bilhões (US\$ 4,3 bilhões). Os 10 projetos

de maior porte somam R\$ 7,2 bilhões, equivalentes a 74% daquele total. No entanto, o estado da Bahia concentra 89,2% do investimentos. A Tabela 6 apresenta outras informações dos projetos da sub-região.

**Tabela 6 – Sub-região Litorânea Sul - Previsão de Investimentos**

Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valor R\$ (em milhões)
Bahia Sul Celulose	Ampliação da Bahia Sul para o aumento da produção de celulose, que deve passar de 680 mil toneladas/ano para 1.680 milhão toneladas/ano.	BA	2.640,00
M. Dias Branco	Construção de um complexo que inclui a moagem, uma fábrica de massas e biscoitos e um porto.	BA	1.320,00
Indorama	Instalação de uma unidade têxtil.	BA	660,00
Continental Ag	Instalação de uma fábrica de pneus para automóveis, com produção de cinco a oito milhões de pneus por ano.	BA	572,00
Grupo Iberostar	Construção de resort com quatro hotéis e um campo de golfe.	BA	550,00
Cimentos Sergipe (Grupo Votorantim)	A maior fábrica da Votorantim Cimentos no Nordeste. Será a base das exportações brasileiras da companhia. A unidade receberá investimentos na construção de uma terceira linha fabril, que vai duplicar a capacidade de sua produção.	SE	440,00
Bridgestone Firestone	Construção de uma fábrica que terá capacidade de produção diária de oito mil pneus para veículos de passeio e caminhonetes.	BA	373,60
Continental ag	Construção de uma fábrica de pneus para a linha de produção de automóveis e caminhões. Anualmente serão produzidos seis milhões de pneus para automóvel e picapes e 700 mil unidades para caminhões.	BA	319,00
Bahia Sul Celulose	Aumento da base de plantio de eucaliptos.	BA	286,00
Viniartefatos	Instalação de uma unidade industrial para produzir malhas têxteis.	BA	93,50
Fillatice Sul-Americana	Fabricação de fios de elastano.	BA	93,50
Nestlé Brasil	Nova fábrica de café solúvel.	ES	86,30
Braskem (Grupo Norberto Odebrecht)	Aumento da capacidade de armazenagem do terminal de nafta do Porto de Aratu. Parte do investimento será usado na ampliação do calado do terminal, que poderá receber navios com tonelagem até 40% maior que a capacidade atual.	BA	70,50
Construtora Norberto Odebrecht	Investimento no aumento da capacidade de armazenagem de nafta do terminal, com o objetivo de dobrá-la	BA	70,40
Vila Galé	Construção de um hotel.	BA	69,20
Café Damasco	Ampliação da unidade de torrefação e moagem de café.	BA	49,80
CVC	Construção de um hotel estilo resort. O projeto inclui 270 apartamentos e 50 bangalôs, sendo que dez deles serão construídos dentro d'água. Além disso, haverá um centro de convenções com 5 mil m2, campo de golfe e alojamento.	SE	44,00
Lusomar Maricultura	Ampliação e modernização de sua unidade de produção de camarão.	BA	37,40
Per Plastic Perfilados Plásticos	Instalação de uma unidade industrial para produzir perfilados plásticos.	BA	33,00
Bahia Pet	Instalação de uma fábrica de "flakes" e resinas PET.	BA	32,00
Toro e Viapol	Implantação de unidades de produção de insumos para as indústrias automobilística, petroquímica e de construção civil.	BA	29,90
Confecções Camacan	Fabricação de malhas e artigos têxteis.	BA	28,40
Brasflex Componentes Têxteis	Instalação de uma fábrica de artigos têxteis.	BA	24,50
Grendene	Construção de uma nova fábrica onde serão feitos 15 milhões de pares de sapatos de plástico e ampliação da capacidade instalada da unidade de Sobral (CE).	BA	24,20
Companhia Vale do Rio Doce	Investimento na área de logística, conclusão da primeira etapa de construção do Terminal de Camaçari (TERCAM) e melhoria da estrutura ferroviária para transporte de cargas.	BA	23,20
Papaiz Metais	Ampliar a unidade de produção de fechaduras, dobradiças e acessórios.	BA	23,10
Dopec	Ampliar a unidade de injeção e pintura de peças plásticas de 167 mil carros para 250 mil carros por ano.	BA	22,90
Triflex Indústria e Comércio de Termoplásticos	Instalação de uma unidade industrial para produzir tubos, conexões, formulados e máster.	BA	22,40
Pestana Hotéis e Resorts	Abertura do hotel Convento do Carmo. Trata-se de um projeto que reúne a recuperação de patrimônios históricos com áreas de turismo.	BA	15,40
Linde Gas Therapeutics	Investimento para fornecer oxigênio gasoso via tubulação para a Eka Bahia.	BA	12,30
Ricardo Eletro	Abertura, até dezembro de 2004, de 16 lojas de eletrodomésticos.	BA	11,50
Grupo Bahia Pet	Reciclar as embalagens de PET.	BA	11,00
Coelba (Iberdrola)	Digitalização e automação de subestações de energia (SEs) e deve implantar equipamentos digitais para controle remoto via comunicação de dados.	BA	11,00
Dorf Ketal	Instalação de uma fábrica para a produção de aditivos.	BA	10,70
Indústria Alimentícia Maratá	Investimento na industrialização do café, fabricação de sucos para exportação, produção de alimentos em geral (chá, vinagre, etc) e modernização das fábricas.	SE	8,80

Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valor R\$ (em milhões)
Companhia Vale do Rio Doce	Nova solução logística para o transporte de granito entre o norte e o sul do Espírito Santo. O terminal, que será construído, permitirá transportar por trem parte do granito hoje levado via caminhão.	ES	7,50
Cromitec Resinas do Nordeste	Instalação de uma fábrica para a produção de resinas de poliéster insaturadas.	BA	7,30
Embramotor	Instalação de uma unidade industrial para produzir tanquinhos eletrônicos.	BA	6,60
Monte Pascoal	Investimento na segunda linha de produção da empresa para dobrar a capacidade de extração e processamento de caulim coloidal (coalt).	BA	6,60
Toro e Viapol	Implantação de unidades de produção de insumos para as indústrias automobilística, petroquímica e de construção civil.	BA	20,60
Usina Termelétrica Camaçari	Capacidade de 360 MW	BA	568,00
Usina Termelétrica Sergipe	Capacidade de 135 MW	SE	202,00
Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo	Capacidade de 160 MW	BA	180,00
BR-101	Duplicação de trecho com 372 km, até o entroncamento com a BR-324	SE	148,00
Linha de Transmissão	Trecho entre as cidades de Camaçari e Sapeaçu	BA	110,00
Sistema Multimodal do São Francisco	Implantação C. Port (em fase final de obras)	BA	100,00
Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros	Com 1600 m de comprimento e 21 m de largura, ligará o litoral norte ao litoral sul	SE	90,00
Contorno Ferroviário São Félix	Trecho com 17 km de extensão, incluindo ponte com 610 m na cidade de São Félix, da Ferrovia Centro-Alcântara (FCA). Visa agilizar o transporte de produtos do Pólo de Camaçari	BA	70,00
Porto de Salvador	Expansão no cais de Água de meninos; construção de berços e retroáreas; reativação do ramal ferroviário; dragagem	BA	50,00
Porto de Aratu	Ampliação do pátio de estocagem e modernização de equipamentos; melhorias no píer, dragagem	BA	42,00
Ponte sobre o rio do Sal	Com 574 m entre a cidade de N.S. do Socorro e a capital do estado	SE	19,00
Sistema Multimodal do São Francisco	Construção de ramal portuário Linha Centro(FCA)-Terminal de C. Port	BA	14,00
Aeroporto de Salvador	Melhorias no terminal de cargas doméstico e internacional	BA	13,00
Rodovia Estância	Trecho de 20 km até o entroncamento com a BR-101 na capital do estado	SE	12,00
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>		<b>9.795,40</b>

Fonte: MDIC – RENAI, 2005

Quanto aos projetos acima de R\$10 milhões do FNE em carteira no BNB – Banco do Nordeste (operações contratadas e em análise), para o período 2004 – 2008, é possível constatar o padrão de concentração dos investimentos privados em três sub-regiões. A Litorânea Sul desponta como aquela onde, de longe, são maiores as aplicações do FNE. Enquanto nessa sub-região está sendo aplicado R\$ 1,3 bilhão desse Fundo, Litorânea Leste, segunda sub-região em captação de recursos do FNE, está recebendo R\$ 728 milhões, e a Litorânea Norte, R\$ 693 milhões. Somadas, essas três sub-regiões captam 78% de todos os investimentos desse Fundo.

Relativamente aos investimentos em infra-estrutura, a Litorânea Sul tem prevista uma participação modesta no conjunto dos investimentos identificados pelo PDNE para o Nordeste da ADENE. Dos R\$ 19,0 bilhões projetados para a Região, a Litorânea Sul receberá R\$ 1,6 bilhão ou 8,6% do total.

### **Sub-Região Litorânea Leste**

A sub-região Litorânea Leste é composta por partes dos territórios dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Essa Sub-região possui importantes cidades em seu território, destacando Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, capitais dos quatro estados que a compõem, sendo a primeira uma das regiões metropolitanas da Região.

Essa sub-região concentra o 2º maior PIB absoluto (R\$ 37,4 bilhões, em 1991), sendo o 2º PIB *per capita* da região (R\$ 4.025,16) e receberá o 4º maior volume de investimentos a serem aplicados nos próximos anos (investimentos privados, em infra-estrutura e FNE), R\$ 9,8 bilhões, equivalente a 19,44 % do total. Em termos de investimentos *per capita*, apresenta indicadores praticamente iguais a Litorânea Sul: R\$ 1.058,19 e R\$ 1.289,82, respectivamente, ficando atrás ainda da Litorânea Norte: R\$ 2.126,92.

Existe ainda a previsão de R\$ 728,0 milhões em aportes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, no período de 2004 a 2008, o que representa 20,7 % do total disponibilizados para o Nordeste, menor apenas que recursos destinados a Litorânea Sul.

Está previsto um investimento de R\$ 9,53 bilhões nos 15 projetos em execução ou planejados identificados. Esse montante corresponde ao 3º maior volume dentre as sub-regiões do PDNE, ultrapassado somente pelas aplicações nas sub-regiões Litorânea Norte e Litorânea Sul, que receberão R\$ 10,1 bilhões e R\$ 9,8 bilhões, respectivamente. A Tabela 7 apresenta outras informações dos projetos.

**Tabela 7 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Litorânea Leste**

Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valores R\$ (em milhões)
REFINARIA DE PETRÓLEO	PDVSA e PETROBRAS - Unidade para refino de 200.000 barris dia de petróleo	PE	5.750.00
AMANCO BRASIL	AMANCO BRASIL – Grupo Nueva (construção de fábrica no porto de Suape que produzirá tubos, conexões e prod. Hidosanitários)	PE	15.18
ESTALEIRO	CAMARGO CORREA BRASIL – Construção de Estaleiro voltado para plataformas de petróleo e grandes navios	PE	391.00
HIGIENE	RHODIA – Unidade para fabricação de misturas concentradas de xampus, condicionantes e demaquilantes.	PE	173.63
TERMINAL DE CONTEINERS	TERMINAL DE CONTEINERS DE SUAPE – PE – Construção de 25.000 m de pátios destinados aos contêineres e aos acessos viários	PE	4.60
ICTSI INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	Ampliação do número de tomadas para contêineres frigoríficos, bem como ampliação da retroárea para movimentação de contêineres.	PE	46.00
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO	ARCOR - Instalação de um parques com quatro fábricas e uma central de distribuição	PE	242.90
USINA TERMELETRICA COTEMINAS	Localizada no município de São Gonçalo do Amarante, terá capacidade de 100 MW	RN	150.00
AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Terraplanagem para construção do novo aeroporto	RN	90.00
POLIÉSTER	PETROBRÁS & GRUPO MOSSI GHISOLFI (GMG)/ Instalação de unidade fabril para produzir embalagens PET, ácido teraftálico purificado (PTA) – poliéster	PE	1.840.00
PORTO DE SUAPE	Construção de um novo cais	PE	238.00
PORTO DE RECIFE	Dragagem e melhorias no canal de acesso	PE	120.00
PORTO DE MACEIÓ	Construção do cais para contêineres; melhorias nos berços; dragagem e derrocamento	AL	42.00
USINA TERMOALAGOAS	Localizada no município de Messias, terá capacidade de 143 MW	AL	214.00
AEROPORTO DE MACEIÓ	Melhorias no terminal de passageiros e ampliação do sistema de pistas e pátios de aeronaves	AL	217.00
Total		15	9.534.31

Fonte: MDIC – RENAI, 2005

### Sub-Região Litorânea Norte

Composta por parte dos território do Ceará, Maranhão e Piauí. Essa Sub-região tem como principal cidade Fortaleza, uma das três regiões metropolitanas do Nordeste, além da capital do Estado do Maranhão, São Luís. Concentra o 4º maior PIB absoluto (R\$ 17,75 bilhões, em 2001), sendo o 3º PIB *per capita* da região (R\$ 3.133,48).

Concentra, ainda, o maior volume de investimentos previstos dentre as sub-regiões do Nordeste (investimentos privados, em infra-estrutura e FNE), no total de R\$ 12,05 bilhões, equivalente a 23,81 % do total. Em termos *per capita*, essa sub-região apresenta o melhor indicador (R\$ 2.126,92), seguido pelo da sub-região Litorânea Sul com R\$ 1.289,82.

Os 17 projetos em execução ou planejados (Tabela 8) têm investimentos previstos da ordem de R\$ 6,6 bilhões (US\$ 2,9 bilhões). Os 5 principais projetos somam R\$ 5,7 bilhões, equivalentes a 86 % daquele total.

Além desse projetos, os aportes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste irão garantir a essa sub-região recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhões, no período de 2004 a 2008, o que representa 36,6 % do total disponibilizados para o Nordeste. O apoio do Fundo viabiliza uma série de pequenos projetos na Região contribuindo de forma decisiva para a geração de emprego e renda.

**Tabela 8 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Litorânea Norte**

Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valores R\$ (em milhões)
AGESCO	AGESCO (Aquiraz gestão de condomínio), construção de empreendimento turístico e hoteleiro	CE	546.85
GRUPO HOTELEIRO DOM PEDRO	Construção de Complexo Turístico com hotéis, C. Convenções, C. Praia etc.	CE	562.94
NOVA ATLÂNTIDA	Investimento na construção da primeira fase da cidade turística que inclui 14 hotéis, 13 “resorts” e 6 condomínios residenciais	CE	3450.00
NORDESTE DIGITAL LINE	ampliar a fabricação de CDs e DVDs.	CE	0.74
GRUPO G & F	Investimento em criação de camarão marinho de cativeiro	CE	2.28
PETROBAS/LUBRIOR	Modernização e ampliação da capacidade de processamento de asfalto, lubrificantes e derivados do petróleo.	CE	21.85
GRUPO GERDAU	Ampliação da capacidade para 150 mil ton/ano e modernização de processos e maquinário.	CE	61.19
CVRD/BAOSTEEL/ARCELOR	BV STEEL WORKS (Consórcio CVRD/BAOSTEEL/ARCELOR – Instalação de unidade siderúrgica com capacidade de 7,5 milhões toneladas de placas de aço/ano	MA	6.90
COELCE (ENDELSA) –	Investimento em ações de combate as perdas de energia.	CE	24.13
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ (CDC)	Obras de infra-estrutura portuária.	CE	31.20
VICUNHA TÊXTIL	Ampliação do parque têxtil, com aumento na produção de índigo e brim, na ordem de dois milhões de peças/ ano	CE (	115.00
USINA TERMO-CEARÁ	Localizado no município de Caucaia, aumentará a capacidade de 220 MW para 312 MW	CE	457.00
PORTO DE PECÉM	Melhorias para receber cargas de múltiplo uso	CE	250.00
PORTO DE FORTALEZA	Aprofundamento do cais	CE	202.00
PORTO DE ITAQUI	Melhorias na capacidade operacional; recuperação e dragagem dos berços; pavimentação de trecho de 16 km da BR-135 do porto até Pedrinhas	MA	164.00
AEROPORTO DE PARNAÍBA	Recuperação do Aeroporto de Parnaíba	PI	49.00
CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA	Centro Espacial de Alcântara (CEA), que englobará o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).	MA	650.00
TOTAL		17	6.595.07

Fonte: MDIC – RENAI, 2005

### Sub-Região Cerrados

Por se tratar de área de fronteira agrícola, de baixa ocupação demográfica (2,7 milhões, em 2001) e de expansão econômica relativamente recente, a rede urbana da Região ainda é pouco densa e suas principais cidades são os centros sub-regionais de Floriano, na parte piauiense, Barreiras, no segmento baiano e Teófilo Otoni, na porção mineira. O PIB, em



2001, era de R\$ 8,0 bilhões, o 2º menor das sub-regiões estudadas, acima apenas do Meio Norte, e o PIB *per capita* de R\$ 2.946,7, idêntico à Ribeira do São Francisco, é o 4ª maior.

A região de Cerrados desponta como uma das mais promissoras áreas agricultáveis do País em face da grande extensão de terra ainda inexplorada. Os cerrados na Região, especialmente nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, ocupam cerca de 10 milhões de hectares potencialmente cultiváveis com arroz, milho, soja e outros grãos, e proporcionam a utilização de uma agricultura mecanizada e de alta tecnologia.

Apesar do potencial agrícola, o total de investimentos a serem aplicados nos próximos anos (investimentos privados, em infra-estrutura e FNE), é um dos menores entre as sub-regiões, R\$ 1,54 bilhões, estando acima apenas da sub-região do Meio Norte (R\$ 190 milhões), constituindo o 7º maior volume dentre as sub-regiões do PDNE e o 6º em termos *per capita* (R\$ 570,05).

Os 4 projetos em execução ou planejados, todos de infra-estrutura, têm estimativa de investimentos de R\$ 223,2 milhões (US\$ 97,04 milhões) (Tabela 9).

Os recursos previstos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, R\$ 136 milhões, no período de 2004 a 2008, representa em termos relativos apenas 3,9 % do total.

**Tabela 9 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Cerrados**

Projeto	Descrição do Investimento	Local	Valores R\$ (em milhões)
BR-135	Ampliação do trecho de 110 km entre as cidades de São Desidério e Correntina	BA	136,00
BRASIL ECODIESEL	BRASIL ECODIESEL – Investimento em plantio de mamona, em unidade esmagadora e produção do biodiesel na cidade de Floriano	PI	9,2,00
FERROROVAI NORTE-SUL, RAMAL SUL	Implantação do trecho de 204 km entre as cidades de Estreito e Balsas. Objetivo é melhorar o acesso até o porto de Itaqui	MA	55,00
BR – 135	Construção de trecho rodoviário de 45 km na BR 135/BA, Barreira – Divisa PI/BA	BA	23,00
TOTAL		4	223,20

Fonte: MDIC – RENAI, 2005

### Sub-Região Meio-Norte

A sub-região Meio-Norte é formada pelas áreas centro ocidental do Estado do Maranhão e centro-oeste do Piauí. Tem como principal cidade Teresina, capital do Estado do Piauí, e possuía em 2001 uma população de 4,9 milhões de habitantes, com PIB de R\$ 7,2 bilhões e PIB *per capita* de R\$ 1491,9, os menores de todas as sub-regiões.

A sub-região não apresenta previsão de investimentos privados relevantes e terá o menor volume de investimento em infra-estrutura e FNE, cerca de R\$ 190 milhões, sendo o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste responsável por garantir a essa sub-região recursos da ordem de R\$ 39,5 milhões, no período de 2004 a 2008, o que representa 1,14 % do total disponibilizados para o Nordeste. Em termos *per capita*, o investimentos totais previstos para a sub-região representam apenas R\$ 39,3, o menor dentre todas as sub-regiões.

Estão em execução ou planejados 3 projetos em infra-estrutura, com investimentos acima de R\$ 75,0 milhões (US\$ 32,6 milhões). O projeto que compreende a implantação do trecho de 204 km entre as cidades de Estreito e Balsas, com o objetivo de melhorar o acesso até o porto de Itaqui, é o de maior porte (R\$ 55 milhões) (Tabela 10).

**Tabela 10 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Meio-Norte**

Projeto	Descrição do Investimento	Local	Valores R\$ (em milhões)
Aeroporto de Barreirinhas	Construção de um aeroporto	MA	10,00
MA-034	Pavimentação do entroncamento da BR-226 com a cidade de Buriti Bravo	MA	10,00
Ferrovai Norte-Sul, ramal sul	Implantação do trecho de 204 km entre as cidades de Estreito e Balsas. Objetivo é melhorar o acesso até o porto de Itaqui	MA	55,00
TOTAL		3	75,00

Fonte: MDIC – RENAI, 2005

### Sub-Região Ribeira do São Francisco

A sub-região Ribeira do São Francisco do PDNE, com população em 2001 de 2,7 milhões de habitantes, abrange porções dos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia. Possui o 6º PIB da região (R\$ 8,0 bilhões) e 4º *per capita*. A sub-região caracteriza-se por coincidir, em parte, com a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, localiza-se no Nordeste semi-árido, dividindo a porção norte e sul do sertão.

Apesar de estar previsto investimentos privados relevantes, a Ribeira do São Francisco receberá o 5º volume de investimento, cerca de R\$ 3,45 bilhões, a serem aplicados nos próximos anos em infra-estrutura e com recursos do FNE, perfazendo um investimento total *per capita* de R\$ 1.267,6, sendo superado pela Litorânea Norte (R\$ 2.126,9) e Litorânea Sul (R\$ 1.289,8).

O maior projeto, dentre os 15 previstos ou em execução, é a Revitalização do São Francisco, com valor estimado em R\$ 1 bilhão. A tabela 11 apresenta outras informações dos projetos da sub-região, com estimativas de investimentos acima de R\$ 3,43 bilhões (US\$ 1,49 bilhão). Os 5 maiores projetos somam R\$ 2,97 bilhões, equivalentes a 86,6 % do total.

Estão garantidos, ainda, aportes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste da ordem de R\$ 23,7 milhões, no período de 2004 a 2008, representando 0,68 % do total.

**Tabela 11 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Ribeira do São Francisco**

Projeto	Descrição	UF	Valor R\$ (em milhões <sup>6</sup> )
Revitalização do São Francisco	Obras de saneamento ambiental	NE	1.000,00
BR- 135	Trecho de 110 km entre as cidades de São Desidério e Correntina	BA	68,00
Sistema Integrado de Abastecimento de Santana	Rede de abastecimento de água com 145 km de extensão.	BA	16,00
Projeto Pontal	Sistema com captação no rio São Francisco. Área irrigada de 7897 hectares	PE	256,00
Canal do Sertão	Projeto visa levar água para irrigar um terço do interior do estado	AL	600,00
Projeto Baixo do Irecê	Sistema de captação no rio São Francisco. Área irrigada de 59000 hectares	BA	750,00
Projeto Salitre	Sistema com captação no rio São Francisco. Área irrigada de 31000 hectares	BA	362,00
Sistema Multimodal do São Francisco	Centro Logístico	BA	7,10
Sistema Multimodal do São Francisco	Dragagem de aprofundamento, derrocamento e proteção das margens do Rio São Francisco	BA	78,10
Adução do Semi-Árido	Rede de abastecimento de água com 56 km de extensão. Atende 26 cidades do estado, cerca de 250.000 pessoas	SE	59,00
Sistema Adutor Sertanejo	Recuperação e automação dos sistemas irrigados	SE	50,00
Sistema de irrigação	Região entre as cidades de Jacaré e Curitiba	SE	29,00
Sistema Adutor do Agreste	Rede de abastecimento de água com 32 km de extensão	SE	11,00
Sistema Adutor do Piauí	Rede de abastecimento de água com 35 km de extensão.	SE	10,00
Ferrovia Transnordestina	Trecho de 245 km entre as cidades de Petrolina e Salgueiro.	PE	134,00
TOTAL			3430,20

Fonte: MDIC – RENAI, 2005

### Sub-Região Sertão-Norte

A sub-região Sertão Norte do PDNE faz parte do semi-árido nordestino e abrange porções dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Contava em 2001 com 11,6 milhões de habitantes, a maior população das sub-regiões, e com um PIB

de 24,2 bilhões, o 3º maior. Devido a maior população residente, seu PIB *per capita* não passou do 6º maior (R\$ 2.093,2).

Com o 3º maior volume de investimento previsto, cerca de R\$ 10,9 bilhões, do total de investimentos a serem aplicados nos próximos anos (investimentos privados, em infraestrutura e FNE), é superada apenas pela Litorânea Norte e Litorânea Sul, e o 5º *per capita* (R\$ 940,0). Deve-se frisar que esses valores são decorrentes, na sua maior parte, (R\$ 8,0 bilhões) dos dois principais projetos do Governo Federal para a Região: a Integração de Bacias do São Francisco e a Transnordestina

No entanto, em termos de investimentos privados, aproximadamente R\$ 358,23 milhões, sua posição relativa está acima apenas a sub-região Meio-Norte e a Ribeira do São Francisco, que não possuem esse tipo de inversão.

Na sub-região, existem 14 projetos em execução ou planejados (tabela 12) , com estimativas de investimentos acima de R\$ 10,12 bilhões (US\$ 4,4 bilhões).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste prevê para essa sub-região recursos da ordem de R\$ 394,7 milhões, no período de 2004 a 2008, 11,36 % de todo recurso disponibilizado para o Nordeste.

**Tabela 12 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Sertão Norte**

Projetos	Descrição do Investimento	UF	Valor R\$ (em milhões)
Jandaia	Construção de uma unidade para ampliar a capacidade de processamento de frutas das atuais 4 mil toneladas para 20 mil toneladas	CE	14,10
Grendene	Instalação de uma fábrica para a produção de calçados	CE	24,20
Brasil Ecodiesel	Investimento em plantio de mamona, na implantação de uma esmagadora e em uma unidade industrial para a produção de biodiesel.	PI	8,80
Neoenergia	Investimento na conclusão da Termoçu, termelétrica do Rio Grande do Norte, que vai gerar 340 megawatts de potência a partir de 2007.	RN	290,40
Ferrovia Transnordestina	Sertão Norte para restante	NE	4.000,00
Integração de Bacias	Traçado de acordo com Projeto São Francisco	NE	4.000,00
Usina Termelétrica Vale do Açú	Localizada no município de Altos Rodrigues, terá capacidade de 347 MW	RN	900,00
BR-232	Duplicação do trecho de 148 km entre a cidade de São Caetano e Recife	PE	200,00
Ferrovia Transnordestina (ramal do Gesso)	Trecho de 112 km entre as cidades de Parnamirim e Araripina	PE	144,00
BR-020	Trecho de 128 km entre as cidades de São Raimundo Nonato e Picos	PI	135,00
Ferrovia Transnordestina (trecho pernambucano)	Trecho de 245 km entre Petrolina e Salgueiro, objetiva escoar os grãos do sul do PI e oeste do MA.	PE	134,00
Adutora do Oeste	Rede de abastecimento de água com 721 km de extensão	PE	114,00
Barragem Castanhão	Barragem com 7 bilhões de m³ de capacidade. Visa abastecer de água a região metropolitana de Fortaleza e outras regiões do estado	CE	82,00
Barragem Poço do Marruá	Capacidade de 293 milhões de m³ de água para atender os municípios do semi-árido	PI	73,00
Total			10,12

Fonte: MDIC – RENAI, 2005

## Sub-Região Sertão Sul

A sub-região Sertão Sul do PDNE faz parte do semi-árido nordestino e abrange porções dos estados de Sergipe, Bahia e Minas Gerais (no caso deste Estado, os municípios atendidos pelo FNE), perfazendo um total de 6,7 milhões de habitantes (4º no Nordeste). Com um PIB de R\$ 13,6 bilhões, constitui a 5º sub-região mais rica.

Para essa sub-região, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste garantirá 5,4 % do todo recurso disponibilizado para o Nordeste, cerca de R\$ 188,1 milhões, no período de 2004 a 2008

Está prevista, ainda, a aplicação na sub-região de cerca de R\$ 1,3 bilhão de investimentos privados, o 4º maior volume dentre as sub-regiões do PDNE. Apesar disso, representa apenas 4,6 % do total considerando-se todos os investimentos a serem aplicados nos próximos anos. Em termos gerais, a Sertão Sul receberá de investimentos privados, infraestrutura e do FNE, cerca de R\$ 1,6 bilhão, um dos menores volumes de investimento previsto dentre as sub-regiões do Nordeste, superando apenas Cerrados e Meio Norte. Pelo ângulo das aplicações *per capita* dos investimentos, a Sertão Sul apresenta um valor de R\$ 243,7, superando apenas o Meio Norte (R\$ 39,3).

Estão sendo executados ou previstos 4 projetos, com estimativas de investimentos acima de R\$ 1,02 bilhão (US\$ 441,6 milhões) e outros menores no valor de R\$ 196,9 milhões (US\$ 85,61 milhões). O maior projeto soma R\$ 391,6 milhões, equivalentes a 35 % daquele total e é constituído por investimentos da Petrobrás para a exploração e desenvolvimento da produção, combinada e em separado, de óleo e gás natural, em Lamarão/BA.

A Tabela 13 apresenta outras informações dos projetos da sub-região.

**Tabela 13 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Sertão Sul**

Projetos	Descrição do Investimento	UF	Valor R\$ (em milhões)
Petrobras	Investimentos na exploração e desenvolvimento da produção, combinada e em separado, de óleo e gás natural.	BA	391,60
Companhia Brasileira de Cimentos	Instalação de uma fábrica para a industrialização de calcário.	BA	262,30
Pirelli	Investimento para expandir a produção de pneus na fábrica de Feira de Santana, para 13.000 pneus por dia.	BA	176,00
Igualbahia Indústria e Comércio	Instalação de uma unidade industrial para produzir artefatos de plásticos.	BA	94,80
Demais Projetos	-	-	196,90
Total			1.121,60

Fonte: MDIC – RENAI, 2005

### 5.6.2 Tendências espaciais dos investimentos no Nordeste

Para além dos problemas que o Nordeste enfrenta na sua inserção no contexto da sociedade e economias nacionais, que justifica a atenção especial que lhe dedicam as políticas públicas federais<sup>7</sup>, a Região apresenta uma organização espacial em si mesma bastante desequilibrada e questionável. Essa anomalia contribui para alimentar e reproduzir o “problema regional” nordestino, tal como assinalado por Furtado e tantos outros autores<sup>8</sup>. Sem prejuízo do esforço de reduzir o hiato que separa o Nordeste das outras regiões do país, pode-se ganhar maior consistência nas ações da política de desenvolvimento regional caso se leve em conta nas estratégias do Plano as desigualdades que existem entre as sub-regiões nordestinas. A adoção de critérios objetivos de regionalização ajuda a aproximar as agendas de projetos e ações sub-regionais da realidade e necessidades das respectivas populações.

Não é novidade para nenhum analista do desenvolvimento nordestino que a economia regional está fortemente concentrada em torno às áreas litorâneas. As grandes capitais e outros núcleos urbanos importantes, ancorados nos últimos anos em atividades como o turismo, os serviços modernos, a indústria e os tradicionais setores do comércio varejista e da construção civil, exercem forte atração para os investimentos públicos e privados e determinam um padrão de concentração das atividades e da população que tem sido crescente nas últimas décadas. A clássica divisão territorial nordestina entre a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão – acrescida da Pré-Amazônia e dos Cerrados – continua a expressar a existência de desníveis socioeconômicos substanciais. Na explicação da persistência das desigualdades, o fenômeno da seca ainda encontra lugar de destaque, apesar de décadas de esforços para sua superação.

Mas quase cinquenta anos de políticas (macro)regionais de desenvolvimento pouco alteraram a configuração espacial do interior da Região. E isso demanda um olhar especial no Plano. Assim, propõe-se nesse item colocar, lado a lado, as oito (8) sub-regiões delineadas e averiguar, mediante alguns indicadores normalizados pelas respectivas populações e produtos, como o mapa da Região se desenha em termos de alguns programas em curso e intenções de investimento previstas para os próximos anos. Os indicadores, expressos na forma de

---

<sup>7</sup> Embora a intensidade desse apoio diferencial esteja aquém das necessidades que habilitam a estruturação de uma ação eficaz..

<sup>8</sup> A moderna contabilidade nacional associada à macroeconomia keynesiana do Pós-Guerra desnudou, por volta dos anos 50, os graves desequilíbrios regionais do país

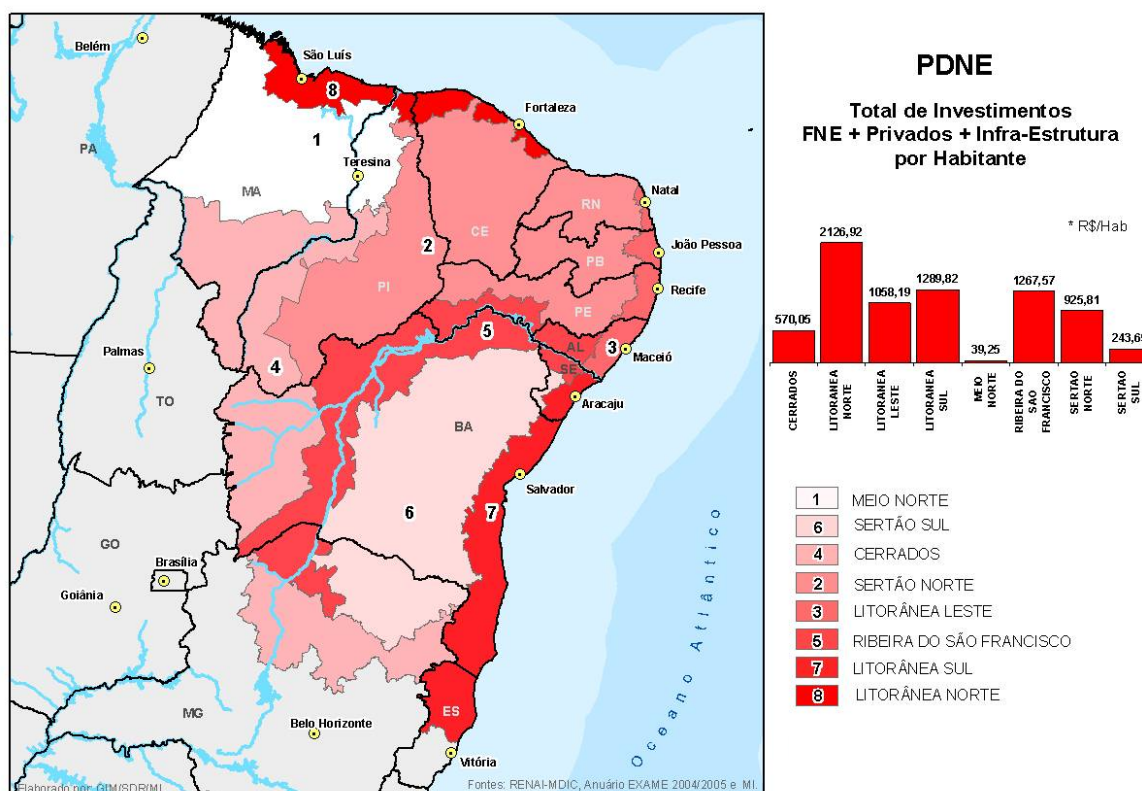
cartogramas que se organizam a partir dessa divisão territorial sub-regional, cobrem dois tipos de recursos: a) os envolvidos em inversões anunciadas, privadas e públicas, em grandes empreendimentos, sobretudo industriais ou de serviços e de infra-estrutura; e b) alguns dispêndios sociais importantes, com ênfase nos que adquiriram maior força no Governo atual. O conjunto completo de cartogramas, apresentado em anexo, busca colocar na mesa de discussão uma visão das tendências futuras para o desenvolvimento da Região. Eles revelam a dimensão de um problema pouco considerado no planejamento regional.

De imediato, as sub-regiões litorâneas, como em toda a trajetória histórica de desenvolvimento da Região, concentram a maior parte dos investimentos privados programados e também parte expressiva dos investimentos de infra-estrutura – alguns públicos, outros semi-públicos - mais relevantes. Um habitante do Litoral Norte<sup>9</sup> deverá ser aquinhado, nos próximos anos, com R\$ 2.126,92 de investimentos em infra-estrutura, plantas industriais e unidades de prestação de serviços de grande porte; um do Litoral Sul, com R\$ 1.289,82 (Cartograma 9). De outro lado, os cidadãos de sub-regiões como o Meio Norte maranhense tenderão a receber menos de R\$ 40,00 por habitante, ou seja, nenhum recurso significativo equivalente às sub-regiões do Litoral. Em outras palavras, os rumos assinalados pela carteira conhecida de investimentos atuais e futuros de maior monta são de reforço das tendências espaciais concentradoras que secularmente têm operado no interior da Região nordestina.

Duas sub-regiões, a Ribeira do São Francisco e o Sertão Norte, só passam a rivalizar com as sub-regiões litorâneas na medida em que contam com dois projetos “puxados” pelo setor público, a Ferrovia Transnordestina e a Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional. Esses dois projetos jogam essas duas sub-regiões em patamares de investimento que alcançam os R\$ 1.000,00 por habitante, próximos dos observados para as três litorâneas e bem superior aos observados para as demais.

---

<sup>9</sup> Alguns dos investimentos mais importantes do Litoral Norte, conforme declaração dos empreendedores, foram diferidos no tempo. Uma grande planta siderúrgica anunciada para São Luiz do Maranhão, a partir de capitais chineses, teve o início de sua implantação atrasado



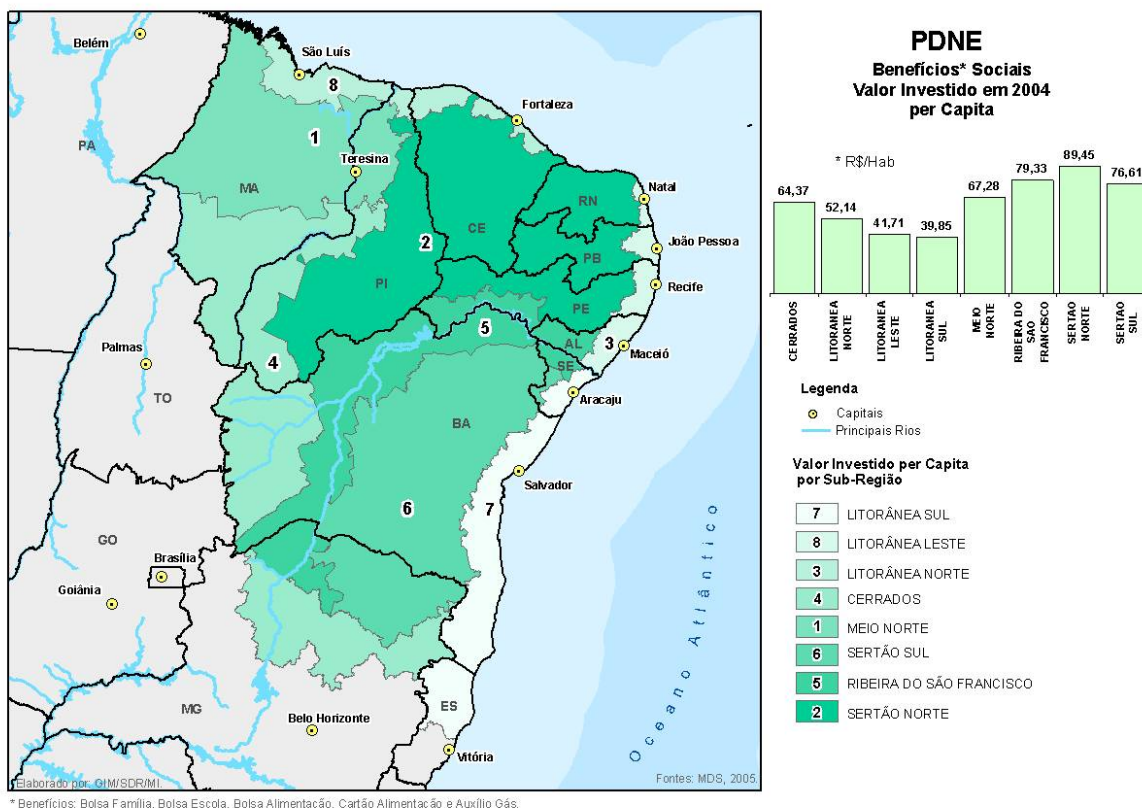
**Cartograma 9 – Total de Investimentos (FNE, Infra-Estutura, Privados)**

Um importante contraponto a esse quadro das inversões de maior vulto reside no verdadeiro “colchão” de programas sociais, de grande capilaridade e foco territorial (Cartograma 10). Esse conjunto de ações no campo sócio-produtivo, representado aqui pelos dispêndios do Programa Bolsa-Família e mecanismos associados de transferência de renda às famílias mais pobres, pelos créditos do PRONAF e ao setor de pequenos e médios empreendimentos urbanos concedidos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste pelo BNB, e pelos investimentos acumulados do Programa Um Milhão de Cisternas<sup>10</sup>, promove um efeito de amortecimento dos impactos econômicos de medidas macroeconômicas sobre a população mais carente do Nordeste, gerando renda que permite guindar esses cidadãos a um patamar mínimo de sobrevivência. Aqui a distribuição territorial dos recursos é favorável às sub-regiões menos favorecidas, na contraposição das tendências identificadas para os grandes capitais e empreendimentos. Num extremo, o cidadão do Sertão Norte é aquinhado com quase R\$ 130,00, considerando os empréstimos de menor monta

<sup>10</sup> Cabe mencionar o aporte importante, não considerado nesse conjunto, dos recursos vinculados à Previdência Social do meio rural, que também têm vasta cobertura do interior da Região.



urbanos e rurais, as cisternas e os programas de benefícios sociais, como o Bolsa-Família. Noutra ponta, um cidadão do Litoral Leste (de Touros, no Rio Grande do Norte, a Barra de São Miguel, em Alagoas, incluindo as capitais nesse meio) recebia, em média, R\$ 52,53. As três sub-regiões litorâneas são as que recebem menos desse tipo de recurso.



**Cartograma 10 – Benefício Sociais per capita**

No balanço geral das trajetórias associadas aos grandes empreendimentos, de um lado, e aos programas de cunho social, de outro, fica-se com a impressão de que, ainda que a existência do “colchão” social de inversões capilares tenha um papel fundamental na construção de um ambiente de maiores possibilidades de inclusão social, a resultante geral da combinação dos dois conjuntos de ações não logra superar a trajetória de reforço da concentração intrarregional capitaneada pelos grandes empreendimentos. Os valores relativos aos dois conjuntos ainda são muito distintos, com a exceção dos investimentos programados para o Sertão Sul e o Meio Norte, cuja quase ausência de projetos de vulto torna os dispêndios no “colchão” social maior ou próximo dos do outro conjunto.

O desafio de montar agendas consistentes de investimentos no interior do Nordeste, nas sub-regiões semi-áridas, nos cerrados nordestinos ou no Meio-Norte deve ser objeto de atenção especial em qualquer esforço de planejamento que se realize daqui para frente. Precisamos conceber um estoque de projetos viáveis para o interior da Região e organizar as correspondentes estruturas de financiamento, de forma a facilitar sua efetiva realização.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Maria Jaci Câmara de. O Sistema Urbano-Regional de Maceió. Recife: SUDENE-DPGPSU-SRE, 1993. (Inédito).

ANDRADE, Manuel Correia de. Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semintensiva na Bahia e Norte de Minas. Recife: SUDENE-Divisão de Política Espacial, 1982. 476 p. (Série Estudos Regionais, 7).

---. Sertão Sul. Recife: SUDENE-CPR-Divisão de Política Espacial, 1985. (Série Estudos Regionais, 11).

---. Área do Sistema Canavieiro. Recife: SUDENE-PSU-SRE, 1988. 644 p. (Série Estudos Regionais, 18).

BANCO DO NORDESTE. Estudos das cadeias produtivas, 2005. Site: [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)

BELTRÃO, Valdir de Araújo; LAMOUR, Carlos. Uso Atual e Potencial dos Solos do Nordeste. Recife: SUDENE, 1985. 136 p. (Série Projeto Nordeste, 6).

BITOUN, Jan. O Sistema Urbano-Regional de João Pessoa. Recife: SUDENE-DPGPSU-SRE, 1992. (Série Estudos Regionais, 23). (inédito).

BONETTI, Eliseo. A Teoria das Localidades Centrais, Segundo W. Christaller e A. Lösch. Textos Básicos, n. 1, Rio de Janeiro: IPGH, s.d. p. 1-17.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, 1993. 230 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro, 1972.

CORREIA, Roberto Lobato e LOJKASEX, Vanda. Uma Definição Estatística da Hierarquia Urbana. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, a. 34, n. 3, p. 154-171, jul./set., 1972.

COUTINHO, Solange Fernandes Soares. Espaços Agrários do Estado de Pernambuco. Recife, 1987. Dissertação (mestrado em Geografia) Departamento de Ciências Geográficas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 1987.

CLAVAL, Paul. La Teoria de los Lugares Centrales. Textos Básicos, n. 1, Rio de Janeiro: IPGH, s.d, p. 19-46.

CHRISTALLER, W. Central Places in Southern Germany. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc., 1966

DINIZ, J. Alexandre Filizola. O Subsistema Urbano-Regional de Crato/Juazeiro do Norte. Recife: SUDENE/DPG/PSU/SRE, 1989. 326 p. (Série Estudos Regionais 21).

---, José Alexandre Felizola. Áreas Agrícolas Subcosteiras do Nordeste Meridional. Recife: SUDENE, CPR, Divisão de Política Espacial, 1981, 262 p. (Série Estudos Regionais, 5).

---. A Área Centro-Occidental do Nordeste. Recife: SUDENE, CPR, Divisão de Política Espacial, 1982. 229 p. (Série Estudos Regionais, 8).

---.O Subsistema Urbano-Regional de Aracaju. Recife: SUDENE-DPG-PSU-SRE, 1987. 345 P. (Série Estudos Regionais, 15).

---.O Subsistema Urbano Regional de Teresina. Recife: SUDENE-DPG-PSU-SRE 1987. 258 P. (Série Estudos Regionais, 17).

---.O Subsistema Urbano Brasileiro: uma nova análise e interpretação para fins de planejamento. Revista Brasileira de geografia, Rio de Janeiro: IBGE, a. 35, n. 4, p. 3-34, out./dez. 1973.

DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluizio Capdeville. A Região Cacaueira da Bahia. Recife: SUDENE, CPR, Divisão de Política Espacial, 1983. 298 p. (Série Estudos Regionais, 10).

HILHORST, Jos G. M. Planejamento Regional: enfoque sobre sistemas. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 189 p.

IPEA/PNUD - Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003.

IBGE – PNAD 2002 e 2003

IBGE - Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980. 1991, 2000

IBGE – Departamento de Contas Regionais

IBGE – 1998, p. 140

IBGE – Centralidade das Cidades, 1993

FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho. Um estudo de Regionalização do Estado de Minas Gerais por Meio de um Modelo Potencial. HADDAD, Paulo, Planejamento Regional: métodos e aplicações ao caso brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 1972, p. 149-184. (Série Monografia 8).

FUNDAÇÃO CEPRO. Estrutura Espacial do Piauí. Relatório de Pesquisa 1, Teresina, 1976.

GRIGG, David. Regiões Modelos e Classes. Richard J. Chorley e Peter Hagget (Coord. edit.). Modelos Integrados em Geografia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: USP, 1974. p. 23-66.

HILHORST, Jos G. M. Planejamento Regional. Enfoque sobre Sistemas. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 189 p.

LEAO, Sônia de Oliveira. Evolução dos Padrões de Uso do Solo Agrícola na Bahia. Recife: SUDENE-DPG-PSU-SRE, 1987. 412 p.

LIMA, Gerson Portela. Regionalização do Estado do Piauí: aplicação do modelo de potencial, Ensaios Econômicos, Teresina: CEPRO, n. 5, 1976.

LINS, Carlos José Caldas. Região e Regionalização. Notas e Comunicações de Geografia. Série B: Textos Didáticos, nº 12, 3ª edição. Recife: UFPE, 2003. 55 p.

---. Técnica de Regionalização Agrária. 8o Encontro Nacional de Geografia Agrária. Mesas Redondas e Comunicações p.81-89. Barra dos Coqueiros, 1987.

---. Crescimento dos Centros Urbanos do Nordeste do Brasil no período 1960-70. Recife: Massangana, 1990. 221 p.

---, Crescimento Urbano e Migrações no Nordeste: algumas proposições com vistas ao planejamento. Seminário Os Desequilíbrios de Desenvolvimento Regional, a Mão-de-obra e as Migrações Internas no Nordeste. Promovido pelo Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco e o Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES), em outubro de 1979.

LINS, Carlos José Caldas; BURGOS, Ivonete Sultanum. Espaços Rurais do Nordeste: Subsídios para uma Política Espacial. Recife: SUDENE, CPR, Div. Pol. Espaciais, 1985. 50 p.

LINS, Carlos José Caldas e DANTAS, Rosiane Batista. Oportunidade de Investimentos Econômicos nas Cidades da Zona da Mata da Bahia. Recife: SUDENE/DPE.1998. 87 p.

LINS, Carlos José Caldas Lins et al. Oportunidades de Investimentos Econômicos nas Cidades da Zona da Mata do Nordeste. Recife: SUDENE/DPE, 1997. 142 p.

LINS, Carlos José Caldas; BURGOS, Ivonete Sultanum; SILVA, Silvana Muniz da. Zoneamento do Uso do Solo nas Áreas-Programa do PLANVASF. Barra dos Coqueiros: 8o Encontro Nacional de Geografia Agrária, 1987. p. 178-183 (Mesas Redondas e Comunicações).

LINS, Carlos José Caldas, SILVA, Mauricea Monteiro da e SANTOS, Lúcia Cristina. Hierarquia Urbana da Região Funcional de Caruaru. Recife: SUDENE, CPR, Div. Pol. Espaciais, 1982. (Mimeografado)

LINS, Rachel Caldas. Áreas de Exceção do Agreste de Pernambuco. Recife: SUDENE-DPG-PSU-SRE, 1989. 327 p. (Série Estudos Regionais, 20).

MELO, Mário Lacerda de. Regionalização Agrária do Nordeste. Recife: SUDENE, CPR, Div. de Política Espacial, 1978. 225 p. (Série Estudos Regionais, 3).

---. Os Agrestes. Recife: SUDENE, CPR, Divisão de Política Espacial, 1980. 553 p. (Série Estudos Regionais, 4).

---. O Meio-Norte. Recife: SUDENE, CPR, Div. de Política Espacial, 1983. 474 p. (Série Estudos Regionais, 9).

---. Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco. Recife: SUDENEPSU-SRE, 1988. 321 p. (Série Estudos Regionais, 19).

MDIC-Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio – “Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, 1993.

MDIC-Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio - Rede Nacional de Informações sobre o Investimento – RENAI - Relatório de Projetos de Investimentos em 2004 (2º Semestre), Brasília, 2005.

MEC – Ministério da Educação- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP – Censo Escolar, 2003

MELO, Mário Lacerda de. Regionalização Agrária do Nordeste. Recife: SUDENE, CPR, Div. Pol. Espaciais, 1978. 225 p. (Série Estudos Regionais 3).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Relatório Final do Grupo Interministerial para Redelimitação do Semi-árido Nordestino e do Polígono das Secas. Brasília, 2005. CD-ROM.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SECRETARIA DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – “Bases para Recriação da SUDENE por uma Política de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste (versão final)” – GTI-Grupo de Trabalho Interministerial para Recriação da SUDENE – Junho de 2003

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SECRETARIA DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – “Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Uma Proposta para Discussão” -

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semi-Árido – PDSA – (Versão Preliminar Antecipada do Plano)” – Brasília - 2004

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semi-Árido – PDSA – (Versão para Discussão)” – Brasília - 2005

OLIVEIRA, Sônia de. O Subsistema Urbano-Regional de Ilhéus-Itabuna. Recife: SUDENE/DPG/PSU/SRE, 1987. 428 p. (Série Estudos Regionais 16).

PAULOMAKI, Mauri. The Functional Centers and Areas of South Bothnia, Finland. Fennia, Helsinki, 1964. 88 p.

Projeto Brasil 3 Tempos – 2007, 2015, 2022

RICHARDSON, Harry W. Elementos de Economia Regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEPRE-IPEA-INAE-IICA. Nordeste: Uma Estratégia para Vencer o Desafio da Seca e Acelerar o Desenvolvimento. Sudene 40 Anos. Sudene. Brasília. 1999. Albuquerque, Roberto Cavalcanti de. Nordeste: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento. Banco do Nordeste. Fortaleza. 2002

SILVA, Jane de Souza; ARRUDA, Maria Aparecida. Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro IBGE, a. 36, n. 256, p. 74-95, jan./mar., 1978.

SILVA, Marlene Maria da. O Norte Cearense. Recife: SUDENE-CPR-Divisão de Política Espacial, 1985. 299 p. (Série Estudos Regionais, 12).

SILVA, Marlene M. da.; ANDRADE-LIMA, Diva M. de. Sertão Norte - Área do Sistema Gado-Algodão. Recife: SUDENE-CPR-Divisão de Política Espacial, 1982. 344 p. (Série Estudos Regionais, 6).

SILVA, Sylvio C.B. de Melo e; SILVA, Barbara C.M.N.; LEAO, O Subsistem Urbano Regional de Feira de Santana. Recife: SUDENE-CPR-Divisão de Política Espacial, 1985. (Série Estudos Regionais, 13).

---. O Subsistema Urbano-Regional de Ilhéus-Itabuna. Recife: SUDENE-PSU-SRE, 1987. 428 p. (Série Estudos Regionais, 16).

SILVEIRA, Maria Célia Barros da. Regionalização Agrária do Estado do Espírito Santo. Recife, 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Ciências Geográficas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade federal de Pernambuco, 1987.

SUDENE - CPR, Div. Pol. Espaciais, Série Estudos Regionais Vol. 13, 1985. 376 p.

## ANEXOS

**Anexo 1 – Quadro 1 – Previsão de Investimento em Infra-estrutura Econômica no Nordeste**

R\$ 1.000.000,00

<b>Projeto</b>	<b>Estado</b>	<b>Investimento Total</b>	<b>Conclusão prevista</b>
Usina Termo-Alagoas (Município de Messias)	AL	214,00	2006
BR-101	AL a BA	1.253,00	2008
Usina Termelétrica de Camaçari (Município de Camaçari)	BA	568,00	2004
Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo	BA	180,00	2005
Porto de Salvador – Melhoria na infra-estrutura (Município de Salvador)	BA	50,00	2005
BR-135 (Municípios de São Desidério e Correntina)	BA	136,00	2008
Linhas de Transmissão (Municípios de Camaçari e Sapeaçu)	BA	110,00	-
Linhas de Transmissão/ (Municípios de Colinas e Sobradinho)	BA	975,00	-
Gasodutos (Municípios de Salvador e Rio de Janeiro)	BA e RJ	2.427,00	2007
BR-116 (Municípios de Pacajús e Fortaleza)	CE	205,00	2006
Usina Termo-Ceará (Município de Caucaíia)	CE	457,00	2006
Porto de Pecém (Município de São Gonçalo do Amarante)	CE	250,00	Sem previsão
Porto de Fortaleza (Município de Fortaleza)	CE	202,00	2005
BR-116 (Estados da Bahia e Pernambuco)	BA/PE	205,00	2007
Linha de Transmissão (Municípios de Fortaleza e Teresina)	CE e PI	450,00	-
Ferrovia Norte-Sul - ramal sul (Município de Estreito e Balsas)	MA	555,00	2007
Porto de Itaqui (rodovia para o município de Pedrinhas; município de São Luiz)	MA	164,00	2008
Aeroporto de barreirinhas (município de Barreirinhas)	MA	10,00	2005
Gasodutos	Nordeste	2.310,00	2007
Rede de distribuição de Pead	PB	10,00	2005
Gasoduto (Municípios de João Pessoa e Campina grande)	PB	49,00	2005
BR-230 (Município de Campina Grande)	PB	131,00	2007
Porto de Suape (Município de Ipojuca)	PE	238,00	2008
Refinaria Petrobras (Município de Ipojuca)	PE	4.000,00	-
Porto de Recife (Município de Recife)	PE	120,00	2008
BR-232 (Municípios de Recife/Caruaru/São Caetano)	PE	400,00	2006
BR-020 (Municípios de São Raimundo Nonato e Picus)	PI	135,00	2008



<b>Projeto</b>	<b>Estado</b>	<b>Investimento Total</b>	<b>Conclusão prevista</b>
Aeroprt do Parnaíba – Ampliação (Município de Parnaíba)	PI	49,00	2005
BR-330 (Município de Bom Jesus -PI/Divisa Maranhão)	PI e MA	150,00	2008
Usina Termelétrica Vale do Açú (Município de Alto Rodrigues)	RN	900,00	2007
Aeroporto – RN (Município de São Gonçalo do Amarante)	RN	90,00	Sem previsão
Ferrovia entre Parnamirim(RN) e Araripina (PE)	RN e PE	144,00	2007
Usina Termelétrica Coteminas (Município de São Gonçalo do Amarante)	RN	150,00	Sem previsão
BR-101	RN a SE	1.300,00	2008
Usina Termo-Sergipe (Município de Carmópolis)	SE	202,00	Sem previsão
Ponte Aracaju - Barra dos Coqueiros	SE	90,00	2006
BR-101	SE	148,00	2004
Ponte do Mosqueiro (Município de Aracaju/Linha Verde)	SE e BA	50,00	2006
Usina Hidrelétrica Estreito (Município de Estreito)	TO e MA	2.311,00	2010
Ferrovia Norte-Sul - ramal norte (Município de Açailândia)	TO e MA	336,00	2010
<b>TOTAL</b>		<b>21.724,00</b>	

Fonte: Revista Exame

Obs.: Os projetos da Integração de Bacias e a Transnordestinas não estão computados.

## Anexo 2 – Quadro 2 – Investimentos Privados Previstos no Nordeste e Espírito Santo (2004-2007)

### Litorânea Sul

Descrição do Investimento	Início/Fim do Investimento	Localização	Valor em dólar (US\$)
PLÁSTICOS ACALANTO INDÚSTRIA – Ampliara a produção de brinquedos	2004	BA (Lauro de Freitas) Leste Meridional	621.000,00
RECONFLEX- IND. COM DE COLCHOÕES – Ampliação da produção de colchões e travesseiros	2004	BA (Santo Antônio de Jesus) Leste Meridional	773.000,00
LINE GAS THERAPEUTICS – Instalação de oxigênio gasoso para a ELKA BAHIA	2004-NI	BA (Eunápolis) Leste Meridional	5.600.000,00
TRICOBRAS DO NORDESTE LAB. & IND. – Unidade industrial para a produção de perfumes e cosméticos	2004	BA (Salvador) Leste meridional	929.000,00
UNA QUÍMICA DO NORDESTE - Unidade industrial para a produção de adesivos e diluentes	2004-2005	BA (Simões Filho) Leste Meridional	362.000,00
VIC BRASIL IND. DE PERFUMARIA - Instalação de unidade industrial para produzir cosméticos e perfumes	2004	BA ( Lauro de Freitas) Leste Meridional	573.000,00
VITALE COSMÉTICOS DO NORDESTE – Instalação de unidade industrial para a produção de cosméticos	2004	BA (Feira de Santana) Leste Meridional	447.000,00
WORK INDUSTRIAL – Ampliar a produção de tintas, massas e resinas.	2004	BA (Salvador) Leste Meridional	1.183.000,00
CADs Indústrias de Cosméticos – Instalação de unidade industrial para produzir cosméticos	2004	BA ( Lauro de Freitas) Leste Meridional	520.000,00
PESTANA HOTÉIS E RESORTS	2004-2005	BA (Salvador) Leste Meridional	6.993.007
HOTÉIS- VILA GALÉ - HOTEL	2004-2005	BA (Salvador) Leste Meridional	22.641.509
MONTE PASCOAL – Investimento na Segunda linha da empresa para dobrar a produção de caulim coloidal	2004-NI	BA (Prado) Leste meridional	3.000.000,00
Grupo LM- Comércio e reparação de Veic.	2004-NI	BA (Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana) Leste Meridional	1.650.165,00
Grupo IBEROSTAR Cosntrução de resort e Hotel	2004-2005	BA (Salvador) Leste Meridional	250.000,00
TRIFEX – Ind. & Com. de termoplásticos – Unidade para produzir tubos, conexões, master e formulados.	2004	BA (Salvador) Leste Meridional	10.173.000,00
LUK STAR – Ind. & Com. e Exportação do Nordeste / Unidade industrial para a produção de eletrônicos	2004	BA (Mata de São João) Leste Meridional	1.333.000,00
T.K.L. M. do Nordeste - Unidade industrial para a produção de alto falantes	2004-2005	BA (Mata de São João) Leste Meridional	500.000,00
NAT Tecnologia eletrônica - Unidade industrial para a produção de eletrônicos	2004	BA (Lauro de Freitas) Leste Meridional	118.000,00
Bahia PET – Instalação de unidade para produzir flakes e resinas PET.	2004	BA (Simões Filho)	14.253.000,00
Bridstone-Firestone / fabricação de PNEUS	2004	BA (Camaçari)	169.311.312,00
PIRELLI PNEUS – Expansão da fábrica de Pneus para 13.000 pneus/ dia	2005	BA (Feira de Santana)	80.000.000,00
CONTINENTAL AG – fabricação de pneus	2006-2007	BA (Camaçari)	145.000.000,00
IGUALBAHIA IND. & COM. – Unidade para a produção de art. de plástico	2004	BA (Feira de Santana)	43.111.000,00
PER PLASTIC Perfilados Plásticos / Unidade pra a produção de perfilados plásticos	2004	BA (Simões Filho)	14.547.000,00
STYROCORTE IND. & COM. DE PLÁSTICOS – Unidade para produzir poriestireno expandido	2004-2005	BA (Salvador)	650.000,00
COMPUNEO INFORMATICA/ Unidade para a produção de computadores e lâmpadas dicróicas	2004	BA (Lauro de Feitas)	188.000,00
DSI INF. BRASIL – Microcomputadores e produtos eletrônicos	2004	BA (Ilhéus)	660.000,00
KAUAC Ind. & Com. – Instalação de uma unidade industrial para produzir microcomputadores.	2004	BA (Ilhéus)	32.000,00

Descrição do Investimento	Início/Fim do Investimento	Localização	Valor em dólar (US\$)
NPC Eletrônicos - Instalação de uma unidade industrial para produzir microcomputadores.	2004	BA (Ilhéus)	223.000,00
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE/CVRD – Logística do Terminal de Camaçari (TERCAM) e melhoria na estrutura ferroviária	2004	BA (Camaçari)	10.561.056
LOGIC BAHIA ESTALEIROS – Instalação de unidade para a construção de embarcações	2004	BA (Salvador)	172.000
BRASFRUT FRUTOS DO BRASIL – Ampliação da unidade de sucos e de polpas de frutas	2004	BA (Feira de Santana)	1.277.000,00
CAFÉ DAMASCO – Ampliação da Unidade de Torrefação e Moagem	2004	BA (Salvador)	20.000.000,00
LUSOMAR MARICULTURA - Investimento em criação de camarão marinho de cativeiro	2004	BA (Jandaíra)	15.018.315,00
PAPAIZ Metais – Ampliar a produção de fechaduras, dobradiças e acessórios	2004-2005	BA (Simões Filho)	10.500.000,00
CCC – Companhia Brasileira de Cimentos / Instalação de unidade beneficiadora de calcário	2004-NI	BA (Ituaçu)	19.205.000,00
COTTO BAHIA IND. & COM. – Instalação de uma indústria cerâmica	2004	BA (Alagoinhas)	5.178.000,00
TORO E VIAPOL - Investimento em planta para fornecimento de insumos destinados às indústrias petroquímica, automobilística e de construção civil.	2004-2006	BA (Camaçari)	20.600.000,00
GRENDENE BRASIL – Ampliação e construção de nova fábrica para a fabricação de sandálias de plástico	2005-2006	BA (Teixeira de Freitas)	10.989.010,00
DIPAWA NE IND. & COM. E CONSTR. – Instalação de unidade para a produção de produtos metalúrgicos.	2004	BA (Simões Filho)	1.800.000,00
FUNDAÇÃO TUPY – Instalação de unidade para a produção de ferro-gusa, granalha de aço e perfis de ferro fundido.	2004-2005	ES (Cachoeira do Itapemirim)	26.048.951,00
TRACOMAL MINERAÇÃO – Modernização do parque fabril e aprimoramento na qualidade dos produtos	2004-NI	ES (Vitória)	4.234.000,00
AGOL (arabian gulf oil) – Instalação de uma refinaria de petróleo com capacidade de 200.000 barris/ dia.	2004-NI	ES (Anchieta)	2.500.000,00
BRASFLEX COMP. TÊXTEIS – Instalação de fábrica de artigos têxteis.	2004	BA (Camaçari)	11.141.000,00
CONFECÇÕES CAMACAN – Fabricação de malhas e artigos têxteis	2004	BA (Camacan)	12.931.000,00
FILATICE SUL- AMERICANA - Fabricação de fios de Elastano.	2004	BA (Simões Filho)	39.213.000,00
IDORAMA - Instalação de unidade têxtil	2005-NI	BA (Camaçari )	300.000.000,00
MAIZUB IND. de TAPETES - Investimento em planta para a produção de tapetes.	2004	BA (Salvador)	247.000,00
VINIAR ARTEFATOS - Investimento em planta para a produção de malhas têxteis.	2004	BA (Camaçari)	42.515.000,00
MONDIAL ELETROPORTÁTEIS – Ampliar a linha de produtos eletroportáteis	2004	BA (Camaçari)	2.100.000,00
Relovuz do Nordeste – Construção de unidade para produzir luminárias	2004-NI	BA (Nazaré)	783.000,00
ME Indústria Eletrônica do Nordeste -	2004	BA (Solimões Filho)	636.000,00
Pirelli – Construção de fábrica de cabos e umbilicais	2004-2006	ES (Vila Velha)	30.000,00
EMBRAMOTOR – Empresa Brasileira de Mot. / Instalação de unidade para produzir tanquinhos eletrônicos	2004	BA (Lauro de Freitas)	3.000.000,00
CROMITEC – Fábrica para a produção de resinas de poliéster insaturadas	2004	BA (Camaçari)	3.303.000,00
Ind. Móveis CMT	2004	BA (Simões Filho)	990.000,00
PRODUMASTER DO NORDESTE – Instalação de unidade industrial para produzir poliuretano	2004	BA (Camaçari)	1.455.000,00

Fonte: MDIC

## Meio-Norte

Descrição do Investimento	Início/Fim do Investimento	Localização	Valor em dólar (US\$)
AGESCO (Aquiraz gestão de condomínio), construção de empreendimento turístico e hoteleiro	2004-NI	CE (Aquiraz)	237.762.238,00
GRUPO HOTELEIRO DOM PEDRO Construção de Complexo Turístico com hotéis, C. Convenções, C. Praia etc.	2004-NI	CE (Fortaleza)	244.755,45
NORDESTE DIGITAL LINE – ampliar a fabricação de CDs e DVDs.	2004	CE (Caucáia)	321.000,00
GRUPO G & F – Investimento em criação de camarão marinho de cativeiro	2004	CE (Amontada)	990.099,00
PETROBAS/LUBRIOR – Modernização e ampliação da capacidade de processamento de asfalto, lubrificantes e derivados do petróleo.	2004	CE (Fortaleza)	9.500.000,00
GRUPO GERDAU - Ampliação da capacidade para 150 mil ton/ano e modernização de processos e maquinário.	2004-2008	CE (Maracanaú)	26.602.564,00
BV STEEL WORKS (Consórcio CVRD/BAOSTEEL/ARCELOR – Instalação de unidade siderúrgica com capacidade de 7,5 milhões toneladas de placas de aço/ano	2004	MA (São Luiz)	3.000.000,00
COELCE (ENDELSA) – Investimento em ações de combate as perdas de energia.	2004	CE (Fortaleza)	10.489.510,00
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ (CDC) – Obras de infra-estrutura portuária.	2004-2006	CE (Fortaleza)	13.566.434,00
TERMINAL DE ARMAZENAGENS DE CABEDELO (TECAB) – Ampliar a capacidade de estocagem de combustíveis que passará a ter 45,8 milhões de litros.	2004-NI	BA (Cabedelo)	6.600.660,00
TERMINAL DE ARMAZENAGENS DE CABEDELO (TECAB) – Ampliar a capacidade de estocagem de combustíveis que passará a ter 45,8 milhões de litros.	2004-NI	BA (Cabedelo)	6.600.660,00
VICUNHA TÊXTIL – Ampliação do parque têxtil, com aumento na produção de indigo e brim, na ordem de dois milhões de peças/ ano	2004/2005	CE (Fortaleza)	50.000.000,00

Fonte: MDIC

## Litorânea Norte

Descrição do Investimento	Início/Fim do Investimento	Localização	Valor em dólar (US\$)
MOTOGAS- Expansão do abastecimento de veículos automotores à gás.	2004-2005	PB (João Pessoa)	1.107.235,00
Carrefour RECIFE- Unidade de hipermercado	2004	PE (Recife)	12.237.762,00
AMANCO BRASIL – Grupo Nueva (construção de fábrica no porto de Suape que produzirá tubos, conexões e prod. hídrosanitários)	2004	PE (Ipojuca)	6.600.660,00
Riachuelo – Investimento em um novo Shopping Center	2004-2005	RN (Natal)	45.454.545,00
SAPPEL DO BRASIL – Investimentos em linhas de produção e novos equipamentos	2004-2007	PE (Recife)	1.980.198,00
CAMARGO CORREA BRASIL – Construção de Estaleiro voltado para plataformas de petróleo e grandes navios	2004-2007	PE (Ipojuca/Porto de Suape)	170.000,00
BRASKEN – Grupo Norberto Odebrecht/ Investimentos em vários projetos, sendo parte na Região Nordeste.	2005	AL (Marechal Deodoro)	33.962.264,00
DORF KETAL – Unidade para a produção de aditivos	2004	BA (Camaçari)	4.851.000,00
KHS IND. & COM. – Instalação de unidade de envasamento de agardente com capacidade de 30.000 latas/hora.	2004	PE (Vitória de Santo Antão)	550.000,00
RHODIA – Unidade para fabricação de misturas concentradas de xampus, condicionantes e demaquilantes.	2004-NI	PE (Cabo de Santo Agostinho)	75.489.510,00
Koblitz/Brasil – Ampliação e modernização da fábrica de painéis eletrônicos e a construção de dois galpões na sede da companhia.	2004-NI	PE (Recife)	825.083,00
TERMINAL DE CONTEINERS DE SUAPE – PE – Construção de 25.000 m de pátios destinados aos containeres e aos acessos viários	2004-2005	PE (Ipojuca)	2.000.000,00
ICTSI (Grupo Filipino) – Ampliação da infra-estrutura portuária	2004-NI	PE (Recife)	20.000.000,00
ARCOR - Instalação de quatro parques e uma central de distribuição	2004-2009	PE (Ipojuca)	105.610.561,00
PETROBRÁS & GRUPO MOSSI GHISOLFI (GMG)/ Instalação de unidade fabril para produzir embalagens PET, ácido teraftálico purificado (PTA) - poliéster	2005-2007	PE (Ipojuca)	800.000.000,00

Fonte: MDIC

## Cerrados

Descrição do Investimento	Início/Fim do Investimento	Localização	Valor em dólar (US\$)
BRASIL ECODIESEL – Investimento em plantio de mamona, em unidade esmagadora e produção do biodiesel.	2004-2006	PI (Florianópolis)	4.000.000,00

Fonte: MDIC

## Sertão Sul

Descrição do Investimento	Início/Fim do Investimento	Localização	Valor em dólar (US\$)
BRASIL CASHEW NUTS AGROINDUSTRIAL - Instalação de fábrica beneficiadora e processadora do caju	2004-2005	BA (Ribeira do Pombal)	3.153.000,00
BAHIA STARCH AGRO-INDUSTRIAL – Instalação de fábrica de fécula de mandioca	2004	BA (Abaíra)	3.030.000,00
BRASKOV IND. & COM. DE BEBIDAS – Instalação de uma unidade de produção de cerveja	2004	BA (Vitória da Conquista)	1.091.000,00
INDÚST. DE CALÇADOS CASTRO ALVES – Instalação de unidade produtora de calçados	2004	BA (Castro Alves)	2.752.000,00
JACOBINA MINERAÇÃO E COM. – Instalação de unidade industrial para a extração de minérios	2005-2007	BA (Jacobina)	32.278.000,00
FRE WAY ART. DE COURO – Instalação de unidade produtora de artefatos em couro (calçados)	2004	BA (Jacobina)	3.300.330,00

Fonte: MDIC

## Ribeira do São Francisco

Descrição do Investimento	Início/Fim do Investimento	Localização	Valor em dólar (US\$)
ICOFORT AGROINDUSTRIAL – Unidade industrial para a produção de óleos vegetais	2004	BA ( Juazeiro)	1.620.000,00

Fonte: MDIC

## Sertão Norte

Descrição do Investimento	Início/Fim do Investimento	Localização	Valor em dólar (US\$)
IBERDROLA – NEOENERGIA – Investimento na finalização da TERMOAÇU para entrada em atividade no ano de 2007.	2004	RN ( Açu)	132.013.20
GRENDENE BRASIL - Ampliação e construção de nova fábrica para a fabricação de sandálias de plástico	2005-2006	CE (Sobral)	10.989.011,00

Fonte: MDIC

**Anexo 3 – Quadro 3 – Área de Atuação da ADENE – Funções Urbanas Definidoras dos Níveis Hierárquicos de Cidades**

NÍVEL HIERÁRQUICO	FUNÇÕES	
	COMERCIAIS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Metropolitano	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Livraria com seções de livros técnicos e importados;</li> <li>▪ Joalheria de artigos finos;</li> <li>▪ Loja de prataria, cristais e objetos finos de decoração;</li> <li>▪ Revendedor de máquinas e equipamentos para indústria;</li> <li>▪ Loja de equipamentos óticos de precisão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cursos de Doutorado;</li> <li>▪ Faculdade de Turismo e Hotelaria;</li> <li>▪ Faculdade (Curso) de Química;</li> <li>▪ Faculdade (Curso) de Física;</li> <li>▪ Clínica de Cirurgia Plástica;</li> <li>▪ Clínica de transplante de órgãos;</li> <li>▪ Escritórios de Consultoria e Planejamento;</li> <li>▪ Consulado.</li> </ul>
Submetropolitano	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revenda autorizada de veículos importados;</li> <li>▪ Livraria com seções especializadas;</li> <li>▪ Farmácia de manipulação;</li> <li>▪ Loja de equipamentos de engenharia;</li> <li>▪ Loja de material e equipamentos para dentistas;</li> <li>▪ Loja de instrumentos musicais;</li> <li>▪ Loja de Persianas, cortinas e tapetes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cursos de Mestrado;</li> <li>▪ Faculdade de Medicina;</li> <li>▪ Faculdade de Engenharia;</li> <li>▪ Faculdade de Economia;</li> <li>▪ Escritório de Engenharia;</li> <li>▪ Escritório de Arquitetura;</li> <li>▪ Clínica cardiológica;</li> <li>▪ Clínica ortopédica;</li> <li>▪ Tinturaria;</li> <li>▪ Hotel de luxo (com centro de convenções);</li> <li>▪ Serviço de táxi aéreo.</li> </ul>
Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Loja de equipamentos e programas de computação;</li> <li>▪ Revendedor de máquinas para indústria;</li> <li>▪ Loja de equipamentos médico-cirúrgicos;</li> <li>▪ Revendedor autorizado de caminhões;</li> <li>▪ Loja de equipamentos ortopédicos;</li> <li>▪ Loja de artigos para noiva;</li> <li>▪ Loja de artigos para gestantes;</li> <li>▪ Hipermercado;</li> <li>▪ Loja de refrigeradores comerciais;</li> <li>▪ Artigos contra incêndios;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Faculdade de Administração;</li> <li>▪ Faculdade de Direito;</li> <li>▪ Clínica cardiológica;</li> <li>▪ Clínica ortopédica;</li> <li>▪ Hotel muito confortável;</li> <li>▪ Serviço de transporte aéreo regular;</li> <li>▪ Serviço de editoração gráfica;</li> <li>▪ Hospital regional.</li> </ul>
Sub-regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Loja de equip. para consultórios odontológicos;</li> <li>▪ Revendedor autorizado de automóveis;</li> <li>▪ Magazine;</li> <li>▪ Supermercado;</li> <li>▪ Loja de parafusos;</li> <li>▪ Loja de confecções e artigos infantis;</li> <li>▪ Livraria;</li> <li>▪ Loja de brinquedos para crianças;</li> <li>▪ Sapataria de artigos finos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cursos de Especialização;</li> <li>▪ Faculdade de Formação de Professores;</li> <li>▪ Curso de línguas estrangeiras;</li> <li>▪ Hotel confortável;</li> <li>▪ Hospital geral.</li> </ul>
Zonal	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Loja de motores e bombas hidráulicas;</li> <li>▪ Loja de refrigeradores comerciais;</li> <li>▪ Loja de tecidos;</li> <li>▪ Loja de confecções infantis;</li> <li>▪ Loja de confecções masculinas;</li> <li>▪ Loja de material de escritório;</li> <li>▪ Papelaria;</li> <li>▪ Revendedor de pneus.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escritório de Advocacia;</li> <li>▪ Consultório odontológico;</li> <li>▪ Clínica médica;</li> <li>▪ Agência bancária;</li> <li>▪ Restaurante regional;</li> <li>▪ Hotel simples;</li> <li>▪ Clínica especializada.</li> </ul>
Subzonal	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Loja de confecções populares;</li> <li>▪ Sapataria popular;</li> <li>▪ Loja de produtos agropecuários;</li> <li>▪ Armazém de secos e molhados;</li> <li>▪ Loja mista de móveis e eletrodomésticos populares;</li> <li>▪ Perfumaria popular;</li> <li>▪ Funerária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Posto bancário;</li> <li>▪ Casa lotérica;</li> <li>▪ Salão de beleza;</li> <li>▪ Pousada ou pensão;</li> <li>▪ Ensino Médio particular.</li> <li>▪ Policlínica.</li> </ul>
Local	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ mercearia;</li> <li>▪ Mercadinho;</li> <li>▪ Farmácia;</li> <li>▪ Armazém;</li> <li>▪ Revendedor de gás em bujão;</li> <li>▪ Armazém de material de construção;</li> <li>▪ Moveleira popular;</li> <li>▪ Padaria;</li> <li>▪ Açougue de carne verde;</li> <li>▪ Frigorífico de aves e ovos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Bar;</li> <li>▪ Cabeleireiro;</li> <li>▪ Oficina de conserto de bicicletas;</li> <li>▪ Oficina de conserto de eletrodoméstico;</li> <li>▪ Ensino fundamental particular;</li> <li>▪ Posto de Saúde.</li> </ul>

Fonte: